



ESTUDO PRELIMINAR E MAPA DE RISCOS

PAVIMENTAÇÃO COM BLOCO INTERTRAVADO SEXTAVADO

Brasil Novo, 21 de março de 2024



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO

CNPJ: 34.887.950/0001-00



INTRODUÇÃO AO PROJETO

A pavimentação na zona urbana de um município é uma benfeitoria que melhora significativamente a qualidade de vida dos seus munícipes, e que contempla diretamente a valorização imobiliária das áreas beneficiadas com este tipo de obra pública, além de facilitar o tráfego urbano dos usuários das vias públicas.



CONCEITOS

Entre os diversos materiais utilizados na construção de pavimentos, o bloco intertravado, popularmente conhecido como bloquete, termo técnico “blokret”, tem se destacado como uma opção versátil e eficiente.

Com uma gama de benefícios que vão desde a facilidade de instalação à durabilidade, os bloquetes têm conquistado espaço em projetos de pavimentação em todo o mundo.

O bloquete é um elemento de pavimentação utilizado para revestir superfícies em áreas urbanas e em rodovias.

Ele é composto por peças de concreto pré-moldado, que podem apresentar diferentes formatos e tamanhos, como retangulares, quadrados ou sextavados.

O termo “intertravado” refere-se ao sistema de encaixe entre os blocos, que permite que eles sejam dispostos de forma a criar uma superfície contínua e uniforme.

A principal característica dos bloquetes é a sua capacidade de distribuir as cargas do tráfego de forma eficiente, tornando-os resistentes e duráveis.

Cada bloquete é projetado para se encaixar perfeitamente com os demais, criando um pavimento sem a necessidade de argamassa ou outros materiais de ligação.

Sua popularidade cresceu significativamente devido à facilidade de instalação, manutenção simplificada e a possibilidade de reutilização em caso de mudanças na infraestrutura urbana.

O bloquete é uma solução de pavimentação versátil, resistente, de fácil instalação e manutenção, que vem ganhando espaço na construção e na renovação de espaços urbanos, proporcionando uma alternativa sustentável e eficiente para as necessidades de infraestrutura urbana.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO

CNPJ: 34.887.950/0001-00



CONSIDERAÇÕES DECLARATIVAS GERAIS

O presente estudo tem por objetivo estabelecer o trajeto estabelecendo as coordenadas das avenidas, ruas e travessas que serão contempladas com os serviços de pavimentação em bloquete.



Mapa de trajeto global dos bairros contemplados

Imagem produzida no Google Earth, manipulada pelo Setor de Planejamento - SEPLAN



Mapa de trajeto bairro: Cidade Nova

Imagem produzida no Google Earth, manipulada pelo Setor de Planejamento - SEPLAN



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
CNPJ: 34.887.950/0001-00



Mapa de trajeto bairro: Torre

Imagem produzida no Google Earth, manipulada pelo Setor de Planejamento - SEPLAN



Mapa de trajeto bairro: Daniel de Freitas

Imagem produzida no Google Earth, manipulada pelo Setor de Planejamento - SEPLAN



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO

CNPJ: 34.887.950/0001-00



RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

BAIRRO CIDADE NOVA

- ✓ COORDENADAS:
- ✓ LATITUDE -3.308468; LONGITUDE -52.537960;
- ✓ TRAVESSA BAHIA;
- ✓ ÁREA TOTAL: 846,65 M².



- ✓ COORDENADAS:
- ✓ LATITUDE -3.308909; LONGITUDE -52.537815;
- ✓ TRAVESSA CAMPO GRANDE;
- ✓ TRECHO 1;
- ✓ ÁREA TOTAL: 877,80 M².





ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO

CNPJ: 34.887.950/0001-00



- ✓ COORDENADAS:
- ✓ LATITUDE -3.308909; LONGITUDE -52.537815;
- ✓ TRAVESSA CAMPO GRANDE;
- ✓ TRECHO 2;
- ✓ ÁREA TOTAL: 1193,50 M².



- ✓ COORDENADAS:
- ✓ LATITUDE -3.308333; LONGITUDE -52.537020;
- ✓ TRAVESSA ARACAJU;
- ✓ ÁREA TOTAL: 1120,00 M².





ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO

CNPJ: 34.887.950/0001-00



- ✓ COORDENADAS:
- ✓ LATITUDE -3.308396; LONGITUDE -52.536349;
- ✓ TRAVESSA POTIGUAR;
- ✓ ÁREA TOTAL: 1156,05 M².



- ✓ COORDENADAS:
- ✓ LATITUDE -3.310989; LONGITUDE -52.537313;
- ✓ RUA MARANHÃO;
- ✓ ÁREA TOTAL: 1015,00 M².





ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO

CNPJ: 34.887.950/0001-00



- ✓ COORDENADAS:
- ✓ LATITUDE -3.308859; LONGITUDE -52.535578;
- ✓ TRAVESSA CEARENSE;
- ✓ ÁREA TOTAL: 700,00 M².



BAIRRO DANIEL DE FREITAS

- ✓ COORDENADAS:
- ✓ LATITUDE -3.307673; LONGITUDE -52.544632;
- ✓ RUA ITABIRINHA (Rua Transamazônica);
- ✓ ÁREA TOTAL: 910,00 M².





ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO

CNPJ: 34.887.950/0001-00



- ✓ COORDENADAS:
- ✓ LATITUDE -3.308977; LONGITUDE -52.544806;
- ✓ TRAVESSA SATURNINO CÂNDIDO;
- ✓ ÁREA TOTAL: 805,00 M².



- ✓ COORDENADAS:
- ✓ LATITUDE -3.309352; LONGITUDE -52.544306;
- ✓ TRAVESSA CARMOSINA DE FREITAS;
- ✓ ÁREA TOTAL: 808,50 M².





ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO

CNPJ: 34.887.950/0001-00



- ✓ COORDENADAS:
- ✓ LATITUDE -3.309894; LONGITUDE -52.544184;
- ✓ RUA FRANCISCO DE PAULA SALES;
- ✓ ÁREA TOTAL: 781,34 M².



- ✓ COORDENADAS:
- ✓ LATITUDE -3.310442; LONGITUDE -52.544037;
- ✓ RUA ERNESTO ALMEIDA;
- ✓ ÁREA TOTAL: 828,10 M².





ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO

CNPJ: 34.887.950/0001-00



- ✓ COORDENADAS:
- ✓ LATITUDE -3.311023; LONGITUDE -52.543900;
- ✓ RUA ANTÔNIO LORENZONI;
- ✓ ÁREA TOTAL: 828,10 M².



- ✓ COORDENADAS:
- ✓ LATITUDE -3.311511; LONGITUDE -52.543785;
- ✓ RUA ANTÔNIO LORENZONI;
- ✓ ÁREA TOTAL: 804,23 M².





ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO

CNPJ: 34.887.950/0001-00



- ✓ COORDENADAS:
- ✓ LATITUDE -3.312042; LONGITUDE -52.543670;
- ✓ AVENIDA FRANCISCO EDSON DE SOUZA;
- ✓ ÁREA TOTAL: 799,75 M².



- ✓ COORDENADAS:
- ✓ LATITUDE -3.312524; LONGITUDE -52.543570;
- ✓ RUA SALOMÃO MALTA;
- ✓ ÁREA TOTAL: 815,92 M².





ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO

CNPJ: 34.887.950/0001-00



- ✓ COORDENADAS:
- ✓ LATITUDE -3.312971; LONGITUDE -52.543455;
- ✓ RUA SOLANGE ALVES BAHIA;
- ✓ ÁREA TOTAL: 729,54 M².



- ✓ COORDENADAS:
- ✓ LATITUDE -3.313349; LONGITUDE -52.543367;
- ✓ RUA JOSÉ MELADO;
- ✓ ÁREA TOTAL: 774,55 M².





BAIRRO DA TORRE

- ✓ COORDENADAS:
- ✓ LATITUDE -3.298991; LONGITUDE -52.538377;
- ✓ TRAVESSA OITO DE DEZEMBRO;
- ✓ ÁREA TOTAL: 2478,00 M².



- ✓ COORDENADAS:
- ✓ LATITUDE -3.298175; LONGITUDE -52.538713;
- ✓ ALAMEDA POLIVALENTE;
- ✓ ÁREA TOTAL: 1323,00 M².





ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO

CNPJ: 34.887.950/0001-00



- ✓ COORDENADAS:
- ✓ LATITUDE -3.298619; LONGITUDE -52.540423;
- ✓ RUA PRIMEIRO DE JANEIRO;
- ✓ ÁREA TOTAL: 1386,00 M².



ALLAN JOHNNYS
DANTAS

CARDOSO:07308627985

Assinado de forma digital por
ALLAN JOHNNYS DANTAS
CARDOSO:07308627985
Dados: 2024.03.21 09:00:11
-03'00'

Allan Johnnys Dantas Cardoso
Engenheiro Civil
CREA-PA: 151712096-9
CPF: 073.086.279-86



ESTUDOS PRELIMINARES

O presente documento visa planejar a contratação de empresa para prestação de serviços referentes à pavimentação com bloco intertravado sextavado em avenidas, ruas e travessas pertencentes aos bairros: Cidade Nova, Daniel de Freitas e Torre respectivamente no município de Brasil Novo – Pará.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO ESTUDO

SEPLAN – Setor de Planejamento, Orçamento e Gestão do município de Brasil Novo.

OBJETO DE CONTRATAÇÃO

O escopo dos serviços compreende atividades referente à pavimentação com bloco intertravado sextavado em avenidas, ruas e travessas pertencentes aos bairros: Cidade Nova, Daniel de Freitas e Torre respectivamente no município de Brasil Novo – Pará.

REQUISITOS DA AQUISIÇÃO

- Natureza dos serviços

O objeto a ser contratado é caracterizado como obra, em observância do disposto na Lei Federal Nº: 14133/2021 (Nova Lei de Licitação e Contratos), que aponta as definições da obra que se referem a toda construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação, executadas direta ou indiretamente em obras públicas.

- Duração do Contrato

O contrato de prestação de serviço tem previsão de duração de 12 (doze) meses, a contar da data de emissão da ordem de serviço.

- Relevância dos requisitos estipulados

A contratação de empresa de engenharia é de fundamental importância para realização dos serviços de pavimentação urbana, pois é necessário conhecimento e experiência com mão de obra aprofundados para este tipo de serviço, que uma vez executado o objeto deste contrato, será de extrema relevância para garantir a trafegabilidade na zona urbana do município de Brasil Novo, com mais segurança e conforto aos seus usuários.

ESTIMATIVA DE QUANTIDADE

O quantitativo presente no Projeto Básico fora determinado a partir do levantamento das avenidas, ruas e travessas dos bairros selecionados a serem atendidos, sendo estimado um percentual de cobertura para cada região. Já o quantitativo de serviço por item foi determinado a partir da quantia de quilômetros a ser recuperado.



ESTIMATIVA DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS

O Projeto Básico que subsidia a estimativa de preços, considera os custos de referência das Tabelas de Preços da SINAPI, do SEDOP, do SBC e do AGETOP/RODOVIÁRIO. A primeira (SINAPI), trata-se de uma base de preços de âmbito nacional, enquanto as demais são bases regionais.

MODALIDADE SRP OU COMUM?

A modalidade de contratação será à critério do setor responsável pela análise e processamento da solicitação.

MOTIVAÇÃO / OBJETO

O acesso a zona urbana do município de Brasil Novo necessita de constante atenção, cuidado e zelo para garantia da trafegabilidade e segurança dos usuários. O município conta com uma gama diversa de modalidade econômico-financeira, a saber: comerciantes, empreendedores, agricultores, pecuaristas, pescadores, feirantes e produtores em geral. Todos esses profissionais necessitam ter acesso direto na zona urbana do município. As demandas e necessidades de cada um podem ser das mais variadas formas, seja de um pecuarista comercializar a produção de bovinos, seja um agricultor comercializar sua produção de cacau, de outros alimentos ou gêneros alimentícios, enfim, todos necessitam de acesso constante às vias públicas. No tocante às vias públicas da zona urbana, os moradores de bairros com vias sem pavimentação, passam por um desconforto à parte. Muitos tem sua qualidade de moradia diretamente afetada, resultando também em sua qualidade de vida. Os motivos podem ser infindáveis, mas o que deve ser considerado angular é exatamente o acesso de boa qualidade através das vias públicas, e como objeto deste estudo, a pavimentação em bloquete que interligam trechos dessas vias.

Diante de todo o exposto supracitado, com a pavimentação dessas vias entre os trechos selecionados, resultará em uma melhora significativa na qualidade de vida de todos os munícipes e usuários desses trechos, por isso a contratação de uma empresa de engenharia, visa atender as demandas do município para garantir a trafegabilidade das vias públicas, bem como o serviço prestado por contratado com capacidade técnica comprovada mediante certidões emitidas por outras entidades públicas, ficando sob responsabilidade da empresa contratada a relação de trabalho com os funcionários mobilizados para a execução do serviço, recaiando sobre ela as contratações, os pagamentos, a previdência e demais auxílios, bem como a disponibilização de (EPI) equipamentos de proteção individual, alimentação e transporte. Além disso, fica sob responsabilidade do CONTRATADO a disponibilização de veículos e maquinários para atendimento do objeto, bem como a manutenção desses maquinários, mantendo-os em acordo com o requisitado pelas normalizações do MTE - Ministério do Trabalho e Emprego.

JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

O processo será repassado para autoridade competente para que possa aprovado o Projeto Básico e tomar as demais medidas cabíveis. Contudo, o Estudo Preliminar considera adequado a separação do objeto em lotes (partes) por região, a fim de possibilitar maior concorrência e garantir mais descentralização da operação dos serviços.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO

CNPJ: 34.887.950/0001-00



RESULTADOS ESPERADOS

Com a contratação da empresa de engenharia para realização dos serviços do objeto do projeto básico, é esperado manter a trafegabilidade na zona urbana do município de Brasil novo, garantindo o escoamento da produção da agricultura e pecuária, bem como dar garantia de acesso dos usuários aos serviços básicos de saúde e educação. Além disso, com a contratação de empresa, espera-se garantir o emprego das boas práticas de engenharia, com respeito as condições de trabalho e higiene, bem como de segurança as equipes do serviço com uso de EPI.

RESPONSABILIDADE DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO PELA ELABORAÇÃO

Declaro para os devidos fins que o SEPLAN – Setor de Planejamento, Orçamento e Gestão da Prefeitura Municipal de Brasil Novo é responsável pela elaboração do presente documento através do representante legal inscrito em decreto e coordenador chefe de setor.

ALLAN JOHNNYS
DANTAS

CARDOSO:07308627985

Assinado de forma digital por
ALLAN JOHNNYS DANTAS
CARDOSO:07308627985
Dados: 2024.03.21 09:00:31 -03'00'

Allan Johnnys Dantas Cardoso
Engenheiro Civil
CREA-PA: 151712096-9
CPF: 073.086.279-86



MAPA DE RISCOS

1. Dados do Processo:

Objeto:

PAVIMENTAÇÃO EM BLOQUETE SEXTAVADO NO MUNICÍPIO DE BRASIL NOVO – PA, CONTEMPLANDO TRAFEGABILIDADE DE QUALIDADE NAS VIAS PÚBLICAS.

2. Fase de Análise:

PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

3. Riscos referente a fase de análise escolhida:

Risco 01: Planejamento deficiente

Probabilidade: (x) Baixa Média Alta

Impacto: (x) Baixo Médio Alto

Dano(s):

Riscos diversos, impactando desde à qualidade na execução do Objeto, quanto ao tempo de execução, assertividade orçamentária, etc.

Ação(ões) Preventiva(s):

Realizar planejamento eficiente, quantificar e orçar adequadamente o objeto conforme as necessidades reais do município.

Responsável: SEPLAN

Ação(ões) de Contingência: Revisão de quantitativos

Responsável: SEPLAN

Risco 02: Elaboração do Termo de Referência inadequado

Probabilidade: (x) Baixa Média Alta

Impacto: (x) Baixo Médio Alto

Dano(s):

Utilização, por parte da CONTRATADA, de mão de obra desqualificada, com grandes possibilidades de realização das etapas previstas em desconformidade com o objeto proposto.

Ação(ões) Preventiva(s):

Elaborar adequadamente o termo de referência conforme as características do objeto contratado e solicitar a revisão deste, pelo setor competente.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO

CNPJ: 34.887.950/0001-00



Responsável: SEPLAN

Ação(ões) de Contingência: Refazer o Termo de Referência.

Responsável: SEPLAN

Risco 03: Indisponibilidade financeira

Probabilidade: (x) Baixa Média Alta

Impacto: Baixo (x) Médio Alto

Dano(s): A não contratação e/ou atraso na conclusão do objeto licitado.

Ação(ões) Preventiva(s):

Planejamento financeiro para Contratações

Responsável: SECRETARIA DE FINANÇAS

Ação(ões) de Contingência:

Reprogramação de Planejamento financeiro

Responsável: SECRETARIA DE FINANÇAS

Risco 04: Contratação de Empresa que não tenha capacidade de executar o Contrato

Probabilidade: (x) Baixa Média Alta

Impacto: Baixo (x) Médio Alto

Dano(s):

Entrega de serviços de má qualidade / Prejuízo ao erário.

Ação(ões) Preventiva(s): Avaliação da capacidade técnica Operacional da empresa

Responsável: Setor de engenharia

Ação(ões) de Contingência: Recessão contratual e reinício do processo licitatório

Responsável: CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

4. Fase de Análise:

Gestão/ execução do objeto

5. Riscos referente a fase de análise escolhida:

Risco 01: Atraso na contratação

Probabilidade: (x) Baixa Média Alta



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO

CNPJ: 34.887.950/0001-00



Impacto: (x) Baixo Médio Alto

Dano(s):

Atraso na realização dos serviços propostos.

Ação(ões) Preventiva(s): Fiscalizar o contrato e prazo de execução dos serviços propostos

Responsável: Fiscal de contrato

Ação(ões) de Contingência: Aplicar penalidades previstas em Contrato, para que a CONTRATADA venha a cumprir todas as demandas do órgão.

Responsável: Fiscal de contrato e ass. Jurídica

Risco 02: Aquisição com preço acima da média do mercado

Probabilidade: (x) Baixa Média Alta

Impacto: Baixo (x) Médio Alto

Dano(s):

Danos ao erário

Ação(ões) Preventiva(s): Avaliação da Composição dos preços unitários propostos, incluindo composição de BDI e encargos sociais incidentes sobre mão de obra.

Responsável: SEPLAN

Ação(ões) de Contingência: Utilizar sempre os preços dos Bancos de dados do Governo- (SINAPI/SEDOP/SBC/AGETOP RODORIÁRIO) etc., avaliar todas as cotações, caso existam, e fazer devidos comparativos, para que os preços unitários reflitam a realidade, de forma a resguardar a administração pública contratações que causem prejuízo ao Erário.

Responsável: SEPLAN

Risco 03: Falta de empenho vigente para liquidação e pagamento à Contratada

Probabilidade: (x) Baixa Média Alta

Impacto: Baixo Médio (x) Alto

Dano(s):

CONTRATADA se recusar a prestar os serviços propostos, implicando em atrasos na realização da obra.

Ação(ões) Preventiva(s): Planejamento Financeiro

Responsável: SECRETARIA DE FINANÇAS



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
CNPJ: 34.887.950/0001-00



Ação(ões) de Contingência: Reservar os recursos com antecedência

Responsável: SECRETARIA DE FINANÇAS

Risco 04: Execução do objeto da aquisição em desacordo com o acordado

Probabilidade: (x) Baixa Média Alta

Impacto: Baixo (x) Médio Alto

Dano(s):

Prejuízo ao erário

Ação(ões) Preventiva(s):

Elaboração do termo de referência e Especificações técnicas adequadas; Fiscalização de Contrato; Fiscalização dos serviços executados.

Responsável: Setor de Engenharia

Ação(ões) de Contingência: Sanções e penalidades previstas no Contrato

Responsável: CPL/Assessoria. Jurídica

6. Responsáveis pela elaboração do Mapa de Riscos:

Declaro, para os devidos fins, que o SEPLAN – Setor de Planejamento, Orçamento e Gestão, é o responsável pela elaboração do presente documento, que materializa a prestação dos serviços previstos no objeto deste instrumento.

ALLAN JOHNNYS
DANTAS
CARDOSO:07308627985

Assinado de forma digital por
ALLAN JOHNNYS DANTAS
CARDOSO:07308627985
Dados: 2024.03.21 09:00:51 -03'00'

Allan Johnnys Dantas Cardoso
Engenheiro Civil
CREA-PA: 151712096-9
CPF: 073.086.279

Documento assinado digitalmente
gov.br MARCELO NEVES DA CRUZ
Data: 21/03/2024 09:08:36-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Marcelo Neves da Cruz
Coordenador de Planejamento
Decreto Nº: 583/2023



PROJETO BÁSICO

**PAVIMENTAÇÃO EM BLOCO INTERTRAVADO SEXTAVADO TIPO BLOKRET NO
MUNICÍPIO DE BRASIL NOVO – PA**

Brasil Novo, 21 de março de 2024



1. DO OBJETO DO PROJETO

1.1. Contratação de empresa de engenharia para execução de serviços de pavimentação de 21000 m² em blocos intertravados sextavado tipo “blokret” nas vias urbanas da cidade de Brasil Novo – PA.

1.2. O(s) projeto(s), o contrato, e as especificações técnicas são complementares entre si, tornando-se peça única deste objeto. Portanto qualquer menção feita em um e omitida em outro será considerado (a) especificada e válida.

2. DO OBJETIVO DO PROJETO

2.1. Os objetivos do presente projeto básico são a descrição, caracterização e objeto com vistas à contratação de empresa de engenharia para execução de serviços de pavimentação de 21000 m² das vias urbanas na cidade de Brasil Novo em blocos intertravados sextavado tipo blokret, para melhorias na trafegabilidade, mobilidade e segurança à população do município.

2.2. Uma vez que as licitantes devem ter um claro retrato do objeto em questão, este projeto básico, junto as demais peças técnicas, tais como, estudo técnico preliminar e memorial descritivo, se prestam a transmitir uma clara representação do objeto.

3. DA JUSTIFICATIVA DO PROJETO

3.1. Brasil Novo é um município brasileiro do estado do Pará, pertencente à Mesorregião do Sudoeste Paraense. Com uma área de 6.362 km² e população estimada em 2022 de 24.718 habitantes, segundo dados do IBGE. Apresenta 2.3% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 19.1% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 2.4% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 123 de 144, 100 de 144 e 62 de 144, respectivamente.

3.2. Visto isso, as vias indicadas neste projeto básico possuem condições precárias, devido ao motivo das mesmas não serem pavimentadas, estando ainda em suas características naturais, o que acarreta problemas com a trafegabilidade, mobilidade e segurança afetando diretamente à população local. Para melhorar a mobilidade das vias é necessário a realização dos serviços de pavimentação para melhorar o tráfego local, visando a segurança dos transeuntes, bem como o funcionamento dos



serviços públicos em período chuvoso e melhorando a qualidade de vida dos residentes das vias levantadas em projeto.

3.3. Diante do exposto, a contratação do objeto visa atender as demandas do município para garantir a trafegabilidade das vias, bem como o serviço prestado por contratada com capacidade técnica comprovada mediante certidões emitidas por outras entidades públicas e/ou privadas, ficando sob responsabilidade da empresa contratada a relação de trabalho com os funcionários mobilizados para a execução dos serviços, recaindo sobre ela as contratações, os pagamentos, a previdência e demais auxílios, bem como a disponibilização de EPIs (equipamentos de proteção individual), alimentação e transporte. Além disso, fica sob responsabilidade do CONTRATADO a disponibilização de veículos e maquinários para atendimento do objeto, bem como a manutenção desses maquinários, mantendo-os em acordo com o requisitado pelas normalizações do MTE - Ministério do Trabalho e Emprego.

3.4 Abaixo, a figura (01) mostra uma breve ilustração do trajeto e localização das vias onde serão pavimentadas para o melhor acesso e trafegabilidade para a população local. Assim como também a tabela 01 onde está exposto os 21 (vinte e um) pontos onde existe a necessidade de pavimentação e as coordenadas das mesmas.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
CNPJ: 34.887.950/0001-00



Figura 01- Mapa de disposição das ruas a serem pavimentadas.

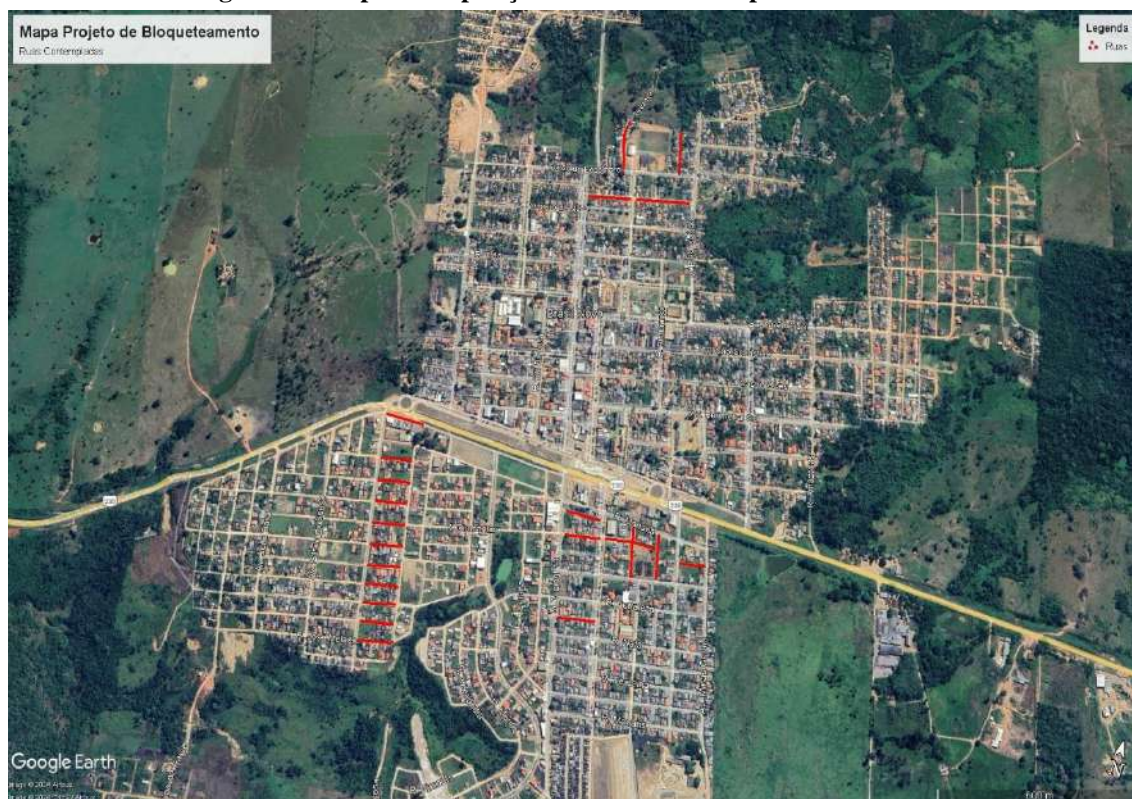


Tabela 01- Levantamento de vias urbanas pertencentes ao município de Brasil Novo-PA.

VIAS URBANAS	COORDENADAS	ÁREA (m²)
Tv. Oito de Dezembro	-3.298991 S /-52.538377 W	2478,00
Alameda Polivalente	-3.298175 S /-52.538713 W	1323,00
Rua 1º Janeiro	-3.298619 S /-52.540423 W	1386,00
Continuação da Rua Itabirinha (Daniel de Freitas com jardim Valadares) Rua Transamazônica (foto)	-3.307673S /-52.544632 W	910,00
Tv. Saturnino Cândido	-3.308977 S /-52.544806 W	805,00
Rua Carmosina de Freitas	-3.309352 S /-52.544306 W	808,50
Rua Francisco de Paula Sales	-3.309894 S /-52.544184 W	781,34
Rua Ernesto Almeida	-3.310442 S /-52.544037 W	828,10
Rua Antônio Lorenzoni	-3.311023 S /-52.543900 W	828,10
Rua Bernardo Felix de Medeiros	-3.311511 S /-52.543785 W	804,23
Rua Francisco Edson de Souza	-3.312042 S /-52.543670 W	799,75



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO

CNPJ: 34.887.950/0001-00



Rua Salomão Malta	-3.312524 S /-52.543570 W	815,92
Rua Solange Alves Bahia	-3.312971 S /-52.543455 W	729,54
Rua Jose Melado	-3.313349 S /-52.543367 W	774,55
Tv. Bahia	-3.308468 S /-52.537960 W	846,65
Tv. Campo grande (Trecho 01)	-3.308909 S /-52.537815 W	877,80
Tv. Campo grande (Trecho 02)	-3.308909 S /-52.537815W	1193,50
Tv. Aracaju	-3.308333 S /-52.537020 W	1120,00
Tv. Potiguar	-3.308396 S /-52.536349 W	1156,05
Rua Maranhão	-3.310989 S /-52.537313 W	1015,00
Tv. Cearense	-3.308859 S /-52.535578 W	719,00

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

4.1. As intervenções nas vias urbanas do município, por meio da pavimentação de 21000 m² das vias urbanas no município de Brasil Novo em blocos intertravados sextavado tipo blokret, visam solucionar os impedimentos de locomoção, com intuito de garantir a segurança dos usuários, garantindo a trafegabilidade à população do município. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada na especificação técnica, apêndice deste Projeto Básico.

Estão inclusos nas intervenções do objeto os serviços de:

- Administração local da obra;
- Serviços preliminares;
- Placa de obra em chapa galvanizada;
- Execução de almoxarifado em canteiro de obra;
- Mobilização e desmobilização de equipamentos e pessoal;
- Terraplanagem;
- Pavimentação.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Requisitos necessários ao atendimento da necessidade: O SEPLAN (Setor de Planejamento, Orçamento e Gestão) sob levantamento geral por meio de mapas e tabelas



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO

CNPJ: 34.887.950/0001-00



existentes no banco de dados da PMBN - Prefeitura Municipal de Brasil Novo, observa a necessidade de contratação de empresa de engenharia para execução de serviços de pavimentação de 21000 m² das vias urbanas na cidade de Brasil Novo em blocos intertravados sextavado tipo blokret.

5.1.2. Contrato de escopo: não é de natureza continuada.

5.1.3. Empresa consorciada: não se aplica.

5.1.4. Critérios e práticas de sustentabilidade, quando aplicáveis:

- a) O uso de equipamentos de climatização mecânica, ou de novas tecnologias resfriamento do ar, que utilizem energia elétrica, apenas nos ambientes aonde indispensável;
- b) automação da iluminação do prédio, projeto de iluminação, interruptores iluminação ambiental, iluminação tarefa, uso de sensores de presença;
- c) uso exclusivo de lâmpadas fluorescentes compactas ou tubulares de alto rendimento e de luminárias eficientes;
- d) utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção;
- e) Priorização do emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução, conservação e operação das obras públicas;
- f) Observação das diretrizes, critérios e procedimentos necessários para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução n° 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA e Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 01 de 19/01/2010.

5.1.5. Duração do contrato: Vigência e execução de **12 (doze)** meses, podendo ser prorrogado.

5.1.6. Necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas: não se aplica.

5.1.7. Soluções de mercado: não se aplicam, porque para o objeto em tela existem vários fornecedores.

5.1.8. Declaração de que possui aparelhamento e pessoal técnico disponível para a execução do objeto, com a descrição de equipamentos mínimos, equivalentes ou similares, bem como seus quantitativos devidamente listados, mantidas suas capacidades e especificações técnicas mínimas



solicitadas com a relação da equipe técnica que se responsabilizará pelas obras, acompanhada de sua qualificação, integrada, obrigatoriamente pelo profissional detentor de atestados de comprovação da capacidade técnica exigido;

5.1.9. A comprovação do vínculo empregatício com a licitante será mediante Contrato Social, no caso de sócio ou por meio de apresentação de cópia de contrato de trabalho, carteira de trabalho ou ficha de registro de emprego, ou ainda Certidão de Registro e Quitação expedida pelo CREA.

5.1.10. Caso seja apresentada Certidão de Registro do CREA, o licitante deverá anexar cópia do contrato de prestação de serviços, com vistas a comprovar a validade do referido documento.

5.1.11. Prova de Registro ou inscrição da empresa licitante e de seus Responsáveis Técnicos no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, conforme as áreas de atuação previstas no Projeto Básico, em plena validade, devidamente atualizada em todos os seus dados cadastrais e contratuais. No caso de empresas e profissionais não inscritas nos Conselhos do Estado do Pará, deverão ser providenciados os respectivos vistos destes Conselhos Regionais até a data da assinatura do contrato conforme Resolução Confea nº 1007 de 05/12/2003, art. 58 da Lei 5.194 de 1966.

6. DA FORMAÇÃO DE PREÇOS

Os valores de referência para a pavimentação das vias em blocos intertravados sextavados tipo blokret foram definidos com base nas tabelas públicas de preço, descritas abaixo:

6.1. O critério de julgamento, para os grupos de itens será definido posteriormente pela CPL - Comissão Permanente de Licitação, como base a tabela de preços praticados pelo SINAPI/PA, referente ao Estado/Unidade Federativa de execução dos serviços e SEDOP/PA, referente a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas do Estado do Pará, no mês vigente quando da execução dos serviços objeto deste certame.

6.2. De forma complementar, foram utilizadas bases de composição AGETOP RODOVIARIA, pelo setor de engenharia da PMBN - Prefeitura Municipal de Brasil Novo.

6.3. Para a apresentação detalhada da planilha sobre o custo direto de obra incide a Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) de 24,23%, o percentual foi obtido através de parâmetros prescritos pelo Tribunal de Contas da União, mediante o Acórdão nº 2622/2013.

6.4. No percentual de desconto oferecido será considerado duas casas decimas, levando em consideração, o preço dos serviços e material, incluídos todos os custos diretos e indiretos, inclusive



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
CNPJ: 34.887.950/0001-00



taxas, impostos, frete e outros que incidam ou venham a incidir na execução do objeto contratado, conforme código da tabela SINAPI.

I. É importante ressaltar que na planilha de composição detalhada do BDI, não se deve incluir alíquotas relacionadas aos tributos de IRPJ e CSLL, em função de sua natureza direta e personalista.

II. Para a definição dos valores dos materiais será considerada a tabela de preços de materiais do SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, vigente na data da licitação, acrescido do custo de despesas diretas e indiretas, observados o percentual de desconto apresentado na proposta, e ainda seguindo os seguintes critérios de utilização:

Utilizar primeiramente a tabela do SINAPI. Em último caso, se o item de custo não constar em nenhuma tabela, as composições serão elaboradas por meio de composição própria baseadas em valores do mercado de construção civil da região.

6.5. Os materiais a serem usados no contrato serão de "PRIMEIRA LINHA", podendo a fiscalização verificar a sua qualidade a qualquer tempo e aceitar, ou não, a marca / modelo fornecido / instalado caso a qualidade do material ou insumo não seja compatível com o preço especificado na tabela referencial ou na pesquisa de preços.

6.6. Todos os materiais a serem empregados serão novos e certificados pelo INMETRO, podendo ser submetidos amostras à aprovação da fiscalização antes do seu emprego.

Tabela 02- Estimativa de Preço.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR MÉDIO ESTIMADO	
		MENSAL APROXIMADO	TOTAL
I	EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO DE 21000 M² DAS VIAS URBANAS NA CIDADE DE BRASIL NOVO EM BLOCOS INTERTRAVADOS SEXTAVADO TIPO BLOKRET.	367.279,415	4.407.352,98

7. DA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO OBJETO E/OU DESCRIÇÃO DO SERVIÇO

7.1. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CONTRATANTE: Município de Brasil Novo.



7.2. **CONTRATADA:** Empresa proponente, vencedora da licitação, com a qual se celebra o contrato.

7.3. **PROJETO BÁSICO:** é recomendado que a contratada descreva a prestação dos serviços que contém os elementos técnicos capazes de propiciar a avaliação do custo pela Administração, com a contratação e os elementos necessários e suficientes com nível de precisão adequado para caracterizar o serviço a ser contratado, além de estabelecer direitos e obrigações, frequências, periodicidade, ferramentas e equipamentos, insumos, quadro de pessoal, controle e monitoramentos a serem adotados pela Contratada.

7.4. **MANUTENÇÃO:** conjunto de atividades que visam a assegurar capacidade plena e condições de funcionamento contínuo, seguro e confiável das edificações, equipamentos, sistemas e instalações, preservando-lhes as características e o desempenho.

7.5. **MANUTENÇÃO OU CONSERVAÇÃO PREVENTIVA:** conjunto de ações ou de operações de manutenção ou conservação executadas sobre um equipamento, sistema ou produto, com programação antecipada e efetuada dentro de uma periodicidade por meio de inspeções sistemáticas, objetivando mantê-lo(s) operando ou em condições de operar dentro das especificações do fabricante. Dentre essas atividades preventivas incluem-se: ensaios, testes, ajustes, calibrações, limpeza geral, pinturas, reconstituições de partes com características alteradas, substituições de peças ou equipamentos desgastados, reorganização interna e externa de componentes, adaptações de componentes, entre outras.

7.6. **MANUTENÇÃO OU CONSERVAÇÃO CORRETIVA:** conjunto de ações ou operações de manutenção ou conservação desenvolvidas com o objetivo de fazer retornar às condições especificadas, o equipamento, sistema ou instalação após a ocorrência de defeitos, falhas ou desempenho insuficiente.

7.7. **ROTINA DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS:** é o detalhamento das tarefas que deverão ser executadas em determinados intervalos de tempo, sua ordem de execução, especificações, duração e frequência.

7.8. **RESPONSÁVEL TÉCNICO (RT):** profissional pertencente ao quadro técnico da Empresa, com as qualificações e formação exigidas, que responde por todas as obras e/ou serviços de sua área, a executar-se ou em execução na vigência de seu contrato com essa Empresa.



7.9. **FISCAL OU GESTOR DO CONTRATO:** é o representante da Administração, especialmente designado, na forma da Nova Lei de Licitações e Contratos Nº 14133/2021, para acompanhar e fiscalizar a execução contratual.

7.10. **UNIDADE DE SERVIÇO OU UNIDADE DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO:** é o parâmetro de medição adotado pela Administração para possibilitar a quantificação dos serviços e a aferição dos resultados.

7.11. **ORDEM DE SERVIÇO:** é o documento utilizado pela Contratante para a solicitação, acompanhamento e controle de tarefas relativas à execução dos contratos de prestação de serviços que deverá estabelecer quantidades estimadas, prazos e custos da atividade a ser executada e possibilitar a verificação da conformidade do serviço executado com o solicitado.

7.12. **MATERIAL BÁSICO:** são os materiais de consumo, peças de reposição e insumos relacionados as manutenções nas edificações e ferramental básicos, necessários ou complementares à sua utilização, a serem utilizados na execução dos serviços contínuos e/ou eventuais, cujos custos já estão incluídos na composição da mão de obra contínua, na parcela referente à equipamentos e ferramentas.

7.13. **EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIs):** são os exigidos pelos órgãos governamentais de Segurança e Medicina do Trabalho, para execução dos serviços tais como: uniformes, capacetes, botas, luvas de borracha, cinto de segurança, óculos, máscaras, protetores auriculares e capas plásticas.

7.14. **MATERIAIS DE CONSUMO OU REPOSIÇÃO:** são os materiais que por defeito, quebra, fadiga ou por fim da vida útil necessitem ser substituídos nos equipamentos e sistemas.

7.15. **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS:** os serviços contratados serão fiscalizados por pessoal credenciado e designado pela prefeitura municipal de Brasil Novo através da portaria de fiscalização de contrato, para verificação e ateste do emprego dos procedimentos adequados de engenharia em conformidade com as instruções normativas e técnicas, bem como o emprego das condutas de segurança de trabalho.

8. DA SOLICITAÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1. A prestação de serviços, objeto deste Projeto Básico, refere-se as atividades necessárias para a entrega de vias urbanas bem estruturadas e garantindo para a população e demais usuários, segurança, conforto e trafegabilidade.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO

CNPJ: 34.887.950/0001-00



8.2. Visa cumprir políticas públicas ligadas ao bem-estar social ao melhorar a infraestrutura das vias.

8.3. Qualquer alteração nas características originais daquilo apontado neste Projeto Básico somente poderá ser realizada mediante prévia, por escrito e expressa autorização da Contratante.

8.4. Os valores referentes à mão de obra, já estão acrescidos dos encargos sociais. Esclarecemos que conforme o art. 58 da CLT os trabalhadores deverão ter uma jornada semanal de 44 horas, sendo que para os trabalhadores da construção civil ficou convencionado uma jornada de trabalho mensal de 220 horas. Esse resultado é obtido pela divisão de 44 pelo número 6, que são os dias de trabalho normal pela legislação e depois multiplicado por 30 dias.

8.5. Para os materiais e insumos deverão ser utilizados os valores da tabela de preços de materiais do SINAPI e/ou SEDOP/PA vigentes na data da licitação, e sobre eles aplicado o percentual de BDI apresentado no certame literário para os materiais.

8.6. Foi definido, para a parcela de mão de obra do objeto da licitação, o percentual de BDI de 24,23%, mensurados conforme o “Demonstrativo dos BDIs Estimados nos Orçamentos Desonerados de Obras da SEDOP/PA”.

8.7. Foi definido, para a parcela de materiais e insumos do objeto da licitação, o percentual de BDI de 24,23%, mensurado conforme o “Demonstrativo dos BDIs Estimados nos Orçamentos Desonerados de Obras da SEDOP/PA”, item 2 – itens de mero fornecimento de materiais e equipamentos.

9. DA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS

9.1. Será de inteira responsabilidade da Contratada assegurar a prestação dos serviços durante os horários definidos pela Contratante.

9.2. A CONTRATADA realizará todas as rotinas de execução de serviços de que se fizerem necessários para a materialização do objeto de contrato conforme planilha orçamentária (planilha de quantidades e preços).

9.3. Os serviços especificados no contrato não excluem outros, de natureza similar, que porventura se façam necessários para a boa execução da tarefa estabelecida pela Contratante, obrigando-se a Contratada a executá-los prontamente como parte integrante de suas obrigações, devendo ser prevista forma de remuneração adequada e legal pelo serviço executado, seja por Termo Aditivo Contratual ou outra forma acordada entre Contratante e Contratada.



9.4. Os serviços solicitados deverão ser autorizados pelo Gestor do contrato, mediante O.S. - Ordem de Serviço, devendo a mesma, quando solicitada, disponibilizar, para a execução dos serviços, profissionais capacitados e especializados, bem como fornecer o material e insumos necessários para sua execução.

9.5. Deverão ser elaborados, **previamente à emissão da Ordem de Serviços, para fins de avaliação dos custos e prazo de execução dos serviços pela Contratada**, os seguintes documentos:

9.6. Planilhas de orçamento com fonte de custos baseada nas tabelas de preços do SINAPI-PA e SEDOP-PA **vigentes na data da licitação**;

9.7. Os serviços objeto deverá ser executados com a utilização de técnicas e rotinas adequadas, em estrita concordância e obediência às normas técnicas vigentes, em especial as Normas da ABNT, Manual de Obras Públicas.

9.8. A critério da Contratante, poderão ser fornecidos, eventualmente, pela Contratante, especificações técnicas, desenhos e projetos adicionais a serem seguidos rigorosamente durante a execução dos serviços objeto deste Projeto Básico.

9.9. As planilhas de orçamento a serem apresentadas pela Contratada deverão possuir, no mínimo, o código do item de custo das tabelas SINAPI-PA (ou ainda, a referência para os preços estimados por orçamentos), o quantitativo, especificação simplificada com marca e modelo do material (quando possível), valor unitário de cada item conforme a tabela de referência, **valor unitário de cada item com o percentual de desconto contratado**, valor total por item, percentual do BDI e o respectivo valor total do BDI, desconto do ISS caso a alíquota do município seja menor que a prevista no BDI de referência, além de observações que porventura se façam necessárias conforme o caso. **As planilhas deverão ser assinadas por profissional habilitado da Contratada.**

10. DA ORDEM DE SERVIÇO (O.S.)

10.1. Cada O.S. - Ordem de Serviço deve conter todas as informações necessárias para obter o melhor controle na execução dos serviços e no controle das faturas da Contratada. Essas faturas devem ser apresentadas na forma de Boletins de Medição e apresentadas periodicamente.

10.2. A autorização para a execução do serviço, através da emissão da O.S. - Ordem de Serviço, só poderá ser realizada pelo: Gestor do contrato ou pessoa por ele oficialmente indicada.



10.3. A O.S. - Ordem de Serviço - e o relatório emitido pelo Gestor do Contrato serão os únicos documentos que provam a execução do serviço e serão utilizados como comprovante para que o Gestor do contrato ateste a respectiva nota fiscal.

10.4. Durante a execução ou após a conclusão dos serviços pela Contratada, a equipe técnica da Contratante, por meio de seu Gestor de Contrato responsável, por solicitar correções por falta de qualidade ou expedir a confirmação da execução conforme as normas técnicas aplicáveis.

10.5. A contratada deverá apresentar o Relatório Financeiro com as mesmas informações da O.S. atestada, sob pena de inadimplência dos documentos que não apresentarem tais informações.

11. DAS NORMAS DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

11.1. Os materiais, equipamentos e ferramentas necessárias para a execução dos serviços serão disponibilizados pela Contratada, sem ônus adicional para a Contratante, face ao fato dos respectivos custos já comporem uma parcela dos valores referentes à mão de obra para a execução dos serviços.

11.2. Os orçamentos serão elaborados pela Contratada em níveis analítico e sintético, e contemplarão as composições de todos os serviços e profissionais envolvidos, bem como respectivos códigos, custos unitários e totais, e demais informações complementares.

11.3. Os valores decorrentes das (O.S.) Ordens de Serviços finalizadas e aprovadas pela Fiscalização serão faturados mensalmente, mediante a medições, relatórios fotográficos e apresentação de Nota Fiscal específica, conforme pré-definidos no edital.

11.4. Os serviços somente serão considerados executados mediante a aprovação, pela Fiscalização, de todas as etapas, incluídas a retirada dos entulhos, a reconstituição das partes danificadas, se for este o caso, bem como a completa limpeza das áreas afetadas.

11.5. A execução dos serviços relativos a cada O.S. poderá ser acompanhada por funcionário designado pelo Gestor do Contrato.

11.6. O recebimento e a aceitação dos serviços que compõem Ordem de Serviço dar-se-ão em até 10 (dez) dias úteis, contados da data da comunicação, por escrito da conclusão dos serviços pela Contratada, após a realização de teste de conformidade e verificação das especificações técnicas do Projeto Básico e do orçamento aprovado, que será efetivado pelo Gestor do Contrato.



11.7. Durante o prazo de garantia, a Contratada ficará obrigada a reparar qualquer defeito relacionado à má execução dos serviços objeto deste Projeto Básico, sempre que houver solicitação, e sem ônus para a Contratante.

11.8. O recebimento dos serviços não exclui a responsabilidade civil da Contratada pela solidez e segurança dos serviços e dos materiais empregados.

12. DAS NORMAS TÉCNICAS E INSTRUÇÕES DE EXECUÇÃO

12.1. Os materiais empregados e os serviços executados deverão obedecer a todas as normas brasileiras vigentes atinentes ao objeto do contrato, existentes ou que venham a ser editadas, devem seguir com rigor as seguintes normas:

- ABNT NBR 9781 – PEÇAS DE CONCRETO PARA PAVIMENTAÇÃO – ESPECIFICAÇÃO E MÉTODOS DE ENSAIO.
- ABNT NBR 15953 – PAVIMENTO INTERTRAVADO COM PEÇAS DE CONCRETO – EXECUÇÃO.

12.2. O concreto utilizado nas peças deve ser constituído pelos materiais especificados em norma.

12.3. As dimensões e tolerâncias das peças de concreto devem atender os requisitos previstos em norma.

12.4. A resistência característica à compressão deve ser determinada conforme os anexos da NBR ABNT 9781 e atender às especificações da mesma.

12.5. Os lotes de fabricação devem ser limitados à produção diária, utilizando-se o mesmo equipamento e matéria-prima

12.6. Os ensaios de aceitação das peças de concreto devem ser realizados por laboratórios de terceira parte, preferencialmente creditados pelo INMETRO, nos ensaios pertinentes.

12.7. A execução da obra deve no mínimo:

- Atender a todos os requisitos do projeto, inclusive quanto a escolha dos materiais a serem empregados;
- Receber e aceitar as peças de concreto e demais materiais, com base em inspeção visual e avaliação de laudos técnicos dos lotes, conforme ABNT NBR 9781;
- Utilizar pessoal devidamente capacitado, com treinamento atualizado;
- Utilizar equipamentos e ferramentas apropriados à execução dos serviços e condições específicas de projeto;
- Informar ao projetista sobre condições não previstas observadas no projeto.



- 12.8. Deve-se inspecionar toda a obra, substituindo peças eventualmente danificadas.
- 12.9. A liberação ao tráfego só deverá ser permitida após aprovação dos requisitos de inspeção final.
- 12.10. Todo o processo existente para a execução da obra deve ser seguido rigorosamente.
- 12.11. O assentamento das peças deve seguir as etapas previstas na NBR 15953.
- 12.12. O material de rejuntamento das peças deve atender aos requisitos estabelecidos em norma e executado conforme estabelecido na mesma.

13. DA MÃO DE OBRA

- 13.1. A Contratada deverá disponibilizar, na execução do contrato, toda a mão de obra necessária para a realização dos serviços objeto deste Projeto Básico e nos prazos estipulados em cronograma físico-financeiro, devem ser observadas rigorosamente todas as normas trabalhistas aplicáveis à categoria dos profissionais que executarão os serviços, conforme escopo estabelecido em planilha contratual.
- 13.2. A equipe de serviço será composta por profissionais qualificados e especializados, cuja função será executar, conforme demanda da Contratante, os serviços considerados indispensáveis, rotineiros, preventivos, corretivos e/ou emergidas nas edificações que pertencem à contratante.
- 13.3. A formação e atribuições dos profissionais, bem como quantitativos mínimos exigidos para a equipe técnica, deverá constar na planilha referencial para execução dos serviços para que seja aprovado previamente pela Contratada.
- 13.4. As escalas de trabalho serão estabelecidas pela Contratada, analisadas e aprovadas pela Fiscalização, atendendo as quantidades máximas de duração de trabalho previstas na Convenção Coletiva da Categoria de cada profissional. A jornada de trabalho deverá respeitar o intervalo de, no mínimo, 1h (uma hora) para o almoço.
- 13.5. Tendo em vista o disposto nas Convenções Coletivas, no art. 74, §2º, da Consolidação das Leis do Trabalho, e no art. 2º da Portaria Nº 373 de 25/02/2011, do Ministério do Trabalho e Emprego, a Contratada deverá realizar o controle da jornada de trabalho, da assiduidade e pontualidade de seus empregados.
- 13.6. O gestor do contrato definirá, de acordo com a demanda de serviços, junto à Contratada o efeito necessário para atender as necessidades previstas no contrato.



13.7. A substituição / reposição imediata dos colaboradores nos casos de afastamento ocasionados por faltas, férias e outras ausências legais, ou a pedido do gestor do contrato, deverá ser realizado no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

13.8. A Contratada deverá, após assinatura do contrato, apresentar comprovante de capacitação dos funcionários através da carteira de trabalho ou de diplomas de cursos de capacitação, com os seguintes requisitos:

13.9. **Pedreiro:** Profissional com conhecimento para execução supervisionada de alvenarias, revestimentos, pisos cimentados, pisos cerâmicos, assentamentos de azulejos, meio fio de concreto, mourões de cerca, concretagem de lajes, cintas, vigas, pilares, instalações hidrossanitárias, elétricas e demais serviços afins.

13.10. **Servente:** Profissional supervisionado pelo mestre de obras / pedreiro / encanador / eletricitista / jardineiro, para auxiliar a execução de tarefas braçais tais como, escavações, demolições, retiradas, transporte de entulhos e insumos.

13.11. **Topógrafo:** Profissional com competência para realizar levantamentos e executam trabalhos topográficos. Efetuar o reconhecimento básico da área programada para elaborar traçados técnicos. Executar os trabalhos topográficos relativos a balizamento, colocação de estacas, referências de nível e outros.

13.12. **Calceteiro:** Profissional supervisionado que organiza o local de trabalho na obra; constroem fundações e que faz pavimentação de ruas e calçadas em peças intertravadas.

13.13. **Operador de máquinas pesadas:** Profissional habilitado, com curso próprio para manuseio dos equipamentos pesados, ajustam e operam máquinas de produção, garante a qualidade das máquinas e matem a limpeza e organização delas.

13.14. **Motorista de caminhão:** Profissional habilitado, movimentam cargas volumosas e pesadas, podem, também, operar equipamentos, realizar inspeções e reparos em veículos, vistoriar cargas, além de verificar documentação de veículos e de cargas.

13.15. **Engenheiro Civil:** Profissional habilitado, trabalham com obras em infraestrutura, transporte, saneamento, bem como em obras ambientais e hidráulicas, no serviço público e privado, em instituições de ensino e pesquisa, na elaboração de projetos de arquitetura, cálculos de estrutura em diversos materiais e outras.



13.16. Os profissionais serão funcionários da Empresa Contratada e prestarão serviços com vistas à materialização do objeto contratado.

14. DOS MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

14.1. Para a perfeita execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

14.2. Todo material empregado na obra deverá estar em conformidade com normativa técnica, sendo rejeitados aqueles que não se enquadrarem nas especificações fornecidas.

14.3. Serão aceitos materiais que possam substituir os especificados, desde que consultada previamente a fiscalização.

14.4. A contratada se obriga a demonstrar a qualidade do material ou equipamento proposto apresentando laudos comprobatórios de acordo com as normas da ABNT, e/ou testes de ensaios realizados por institutos ou laboratórios tecnológicos credenciados.

14.5. Os materiais que não possam atender as condições acima poderão ser aceitos pela fiscalização, desde que satisfaçam as normas relativas à sua finalidade, demonstrando seu comportamento satisfatório, no mercado, após 5 (cinco) anos de uso.

14.6. Na seleção dos materiais, satisfeitos os requisitos de preço e qualidade, os de fabricação nacional terão preferência sobre os de outras procedências.

15. DA FIXAÇÃO E DO CONTROLE DA JORNADA DE TRABALHO

15.1. Tendo em vista o disposto nas Convenções Coletivas, no art. 74, §2º, da Consolidação das Leis do Trabalho, e no art. 2º da Portaria N° 373 de 25/02/2011, do Ministério do Trabalho e Emprego, a Contratada deverá realizar o controle da jornada de trabalho, da assiduidade e pontualidade de seus empregados.

16. DO PREPOSTO DA CONTRATADA

16.1. A Contratada manterá, durante todo o período de vigência do contrato, um preposto, com fins de representá-la administrativamente, sempre que necessário, devendo indica-lo mediante declaração específica, na qual constarão todos os dados necessários, tais como nome completo, números de identidade e do CPF, endereço e telefones residencial e de celular, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional, entre outros.



16.2. O preposto deverá estar apto a realizar visita técnica para quantificar os serviços a serem realizados no intuito de encaminhar a planilha referencial de serviços para a Administração Pública.

16.3. O Preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas as faturas dos serviços prestados.

16.4. A Empresa orientará o seu Preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho.

16.5. A Contratada deverá instruir seu Preposto quanto à necessidade de **atender prontamente a quaisquer solicitações da Contratante, do Gestor do Contrato ou de seu substituto, acatando imediatamente as determinações, instruções e orientações destes, inclusive quanto ao cumprimento das normas internas**, desde que de acordo com a legalidade, e **devendo, ainda, tomar todas as providências pertinentes para que sejam corrigidas quaisquer falhas detectadas na execução dos serviços contratados.**

16.6. São atribuições do Preposto, dentre outras:

16.7. Comandar, coordenar e controlar a execução dos serviços contratados, nas dependências da Contratante;

16.8. Zelar pela segurança, limpeza e conservação dos equipamentos e das instalações da Contratante colocados à disposição dos empregados da Contratada:

16.9. **Cumprir e fazer cumprir todas as determinações, instruções e orientações emanadas das autoridades da Contratante e da Gestão do contrato;**

16.10. Apresentar informações e/ou documentação solicitada pelas autoridades da Contratante e/ou pela Fiscalização do contrato, inerentes à execução e às obrigações contratuais, em tempo hábil.

16.11. Reportar-se ao Gestor do contrato para dirimir quaisquer dúvidas a respeito da execução dos serviços e das demais obrigações contratuais;

16.12. **Relatar ao Gestor do contrato, pronta e imediatamente, por escrito, toda e qualquer irregularidade observada;**

16.13. Garantir que os funcionários se reportem sempre à Contratada, primeiramente, e não aos servidores/autoridades da Contratante, na hipótese de ocorrência de problemas relacionados à execução contratual;



16.14. Realizar, além das atividades e tarefas que lhe forem atribuídas, quaisquer outras que julgar necessárias, pertinentes ou inerentes à boa prestação dos serviços contratados;

16.15. Encaminhar ao Gestor do Contrato todas as notas fiscais/faturas dos serviços prestados, bem como toda a documentação complementar exigida neste Projeto Básico;

16.16. Esclarecer quaisquer questões relacionadas às notas fiscais/faturas dos serviços prestados, ou de qualquer outra documentação encaminhada, sempre que solicitado;

16.17. Administrar todo e qualquer assunto relativo aos empregados da Contratada, respondendo perante a Contratante por todos os atos e fatos gerados ou provocados por eles.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

17.1. Atestar as faturas correspondentes, por intermédio de servidor competente, formalmente designado pela Administração Pública como Gestor do Contrato.

17.2. Efetuar o pagamento na forma convencionada no Contrato.

17.3. Estabelecer rotinas para o cumprimento do objeto deste Projeto Básico.

17.4. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa prestar os serviços, por meio dos seus empregados, dentro das normas trabalhistas vigentes e cláusulas do Contrato.

17.5. Propiciar acesso aos empregados da Contratada às suas dependências para a execução dos serviços.

17.6. Prestar as informações e os esclarecimentos, necessários à prestação dos serviços, que venham a ser solicitados pela Contratada.

17.7. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, por meio de servidor especialmente designado, nos termos da Nova Lei de Licitações e Contratos Nº 14133/2021.

17.8. Rejeitar os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela Empresa Contratada, exigindo sua correção, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificado e aceito pela Contratante.

17.9. Efetuar, quando julgar necessário, inspeção com a finalidade de verificar a prestação dos serviços e o atendimento das exigências contratuais.



17.10. **Exigir o afastamento e/ou substituição, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, de qualquer colaborador da Contratada que não mereça confiança no trato dos serviços, que produza complicações para a supervisão e fiscalização ou que adote postura inconveniente ou incompatível com o exercício das atribuições que lhe forem designadas.**

17.11. Comunicar, por escrito, à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do serviço.

17.12. **Não permitir que os profissionais executem tarefas em desacordo com as condições pré-estabelecidas.**

17.13. Exigir, mensalmente, os documentos comprobatórios do pagamento de pessoal, do recolhimento dos encargos sociais, benefícios, Certidões Negativas de Débitos Trabalhistas, Recolhimento das Contribuições Sociais (FGTS e Previdência Social), tributos estaduais e federais, além de qualquer outro procedimento de verificação que julgar necessário.

17.14. **Aplicar à Contratada, penalidades contratuais e regulamentares cabíveis, garantidos o direito ao contraditório e a ampla defesa.**

- Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, deverá oficiar ao Ministério da Previdência Social e a Receita Federal do Brasil - RFB.
- Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, deverá oficiar ao Ministério do Trabalho e Emprego.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

18.1. Responsabilizar-se pelo recolhimento de seguros, impostos, taxas, serviços, encargos sociais, fiscais, comerciais, trabalhistas, alimentação, transporte, inclusive licença em repartições públicas, registros e autenticações do Contrato e dos documentos a ele relativos, e demais obrigações social e trabalhista prevista nas legislações em vigor, não transferindo à Contratada, a responsabilidade por seus pagamentos, obrigando-se e saldá-los na época própria;

18.2. A inadimplência de licitante com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior não transfere à Contratada, a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto dessa licitação; Apresentar mensalmente a Nota Fiscal / Fatura discriminativa dos serviços efetivamente prestados, **até o quinto dia útil do mês subsequente àquele a que se referem os serviços**, acompanhada do demonstrativo de cálculo, juntamente com os comprovantes de quitação dos salário



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
CNPJ: 34.887.950/0001-00



dos empregados, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, previstos em lei de acordo com a Convenção Coletiva da Categoria, relativo a todo o pessoal a serviço deste Contrato;

18.3. Responder por todos os ônus referentes aos serviços ora contratados, desde os salários de pessoal neles empregados, como também os encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, assim como taxas, impostos e quaisquer outras exigências legais ou regulamentares que venham a incidir sobre a atividade aqui pactuada;

18.4. Responder pelos encargos fiscais e comerciais resultantes de adjudicação deste Contrato;

18.5. Comprovar a formação técnica específica de mão de obra oferecida quando da apresentação do profissional ao serviço;

18.6. Prover toda a mão de obra necessária para garantir a operação dos postos, conforme requisitado pela administração, obedecida as disposições da legislação trabalhista vigente;

18.7. Para atender eventuais acréscimos solicitados pela Administração e suprir eventuais faltas disciplinares, a empresa deverá manter mão de obra qualificada dentro dos padrões desejados para substituição imediata no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

18.8. Instruir seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, tornando-se obrigatório o uso dos equipamentos de segurança de seus colaboradores;

18.9. Relatar à Gerência de Apoio Administrativo e Logístico toda e qualquer irregularidade observada nos postos onde houver prestação de serviços;

18.10. Manter a disciplina de seus colaboradores nos locais de serviço, conforme normas disciplinares determinadas pela Contratada;

18.11. Responsabilizar-se pelos serviços prestados, devendo os mesmos serem prestados com esmero, boa qualidade e nos termos da legislação vigente;

18.12. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislações;

18.13. **Nomear encarregado responsável pelos serviços, com a missão de garantir o bom andamento do mesmo, fiscalizando e ministrando a orientação necessária aos executantes dos**



serviços. O encarregado quando necessário, fica obrigado a se reportar diretamente ao gestor de contrato, devendo tomar as providências pertinentes para corrigir as falhas apontadas;

18.14. Assumir todas as responsabilidades e medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito, por meio de seu encarregado, respondendo por todas as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho;

18.15. Registrar e controlar diariamente a assiduidade e pontualidade de seu pessoal, bem com as ocorrências;

18.16. Os funcionários que executarão os serviços devem ser profissionais qualificados, podendo ser solicitado pela Administração do Executivo Municipal comprovação de capacitação técnica na área de atuação do respectivo colaborador;

18.17. Zelar pelos postos de serviços bem como pelos móveis e utensílios existentes, reparando-os ou substituindo-os, por sua cota quando danificados ou extraviados, durante o horário de serviço de seus colaboradores. Os bens substituídos deverão ser comunicados à Contratada, para fins de controle patrimonial;

18.18. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado, inclusive a terceiros, pela execução inadequada dos serviços, bem como a má conservação e utilização dos móveis e utensílios, ficando desde já autorizado à Contratada descontar os valores correspondentes nas faturas devidas;

18.19. Indenizar a Contratada no caso de subtração de seus bens ou valores, bem como por acesso indevido a informações de uso restrito a Contratada, quando tais atos forem praticados por seus colaboradores, prepostos com ou sem consentimento destes, responsabilizando-se também pela reparação que tal prejuízo possa causar;

18.20. Credenciar junto à Contratada, os colaboradores que necessitam adentrar as instalações da Contratada, para prática de qualquer ato necessário junto aos seus representados;

18.21. Permitir o acesso diário da Contratada ao controle de frequência de seus colaboradores;

18.22. Arcar com o pagamento de quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à Contratada por autoridade competente, em decorrência da inobservância por parte de seus colaboradores, dos postulados legais e vigentes de âmbito Federal;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
CNPJ: 34.887.950/0001-00



18.23. Fica proibida a licitante vencedora de veicular publicidade acerca do objeto desta licitação, salvo se houver prévia autorização da Contratada;

18.24. Deverá registrar, quando necessário, as ARTs (Anotações de Responsabilidade Técnica) junto ao CREA-PA.

18.25. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus colaboradores quando da execução do objeto ou em conexão com ele, ainda que acontecido em dependência da Contratante, inclusive por danos causados a terceiros;

18.26. Atender integralmente as determinações/obrigações deste Projeto Básico;

18.27. Reconstituir todas as partes danificadas em virtude da execução dos serviços, incluindo componentes, materiais e acessórios necessários para a execução;

18.28. Caberá à Contratante, de acordo com as planilhas anexadas ao Contrato, o pagamento da reconstituição das partes afetadas devido a intervenções estritamente necessárias à execução dos serviços - assim entendido e atestado pela Gestão do Contrato;

18.29. Caberá a Contratada o ônus da reconstituição das partes desnecessariamente danificadas, caracterizando má execução dos serviços;

18.30. Orientar seus colaboradores a se manterem sempre limpos, asseados e devidamente uniformizados, além de identificação por crachá, uso obrigatório de EPIs, quando em serviço nas dependências da Contratante;

18.31. Responder por quaisquer prejuízos que seus colaboradores ou prepostos comprovadamente causem ao patrimônio da Contratante, ou a terceiros, durante a permanência no local de serviço, decorrentes de ação ou omissão culposa ou dolosa, precedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente, desde que fique comprovada a responsabilidade, nos termos da Nova Lei de Licitações e Contratos Nº: 14133/21.

18.32. Executar os serviços de forma a produzir o máximo de resultados, com o mínimo de transtorno para a Contratante, devendo, para tanto programar a sua execução em conjunto com a Administração Pública;

18.33. Respeitar normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências da Contratante;



18.34. Fiscalizar regularmente os seus colaboradores designados para a prestação do serviço, com o intento de verificar as condições em que o serviço está sendo prestado;

18.35. Refazer os serviços que, a juízo do representante da Contratante, não forem considerados satisfatórios, sem que caiba qualquer acréscimo no preço contratado;

18.36. Manter o vínculo empregatício com os seus colaboradores, sendo responsável pelo pagamento de salários e todas as demais vantagens, recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas, além de seguros, indenizações e tributos pertinentes. A inadimplência da Contratada para com estes encargos não transfere à Contratante (Administração) a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;

18.37. Administrar todo e qualquer assunto relativo aos seus colaboradores.

18.38. Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da Contratante.

18.39. Utilizar equipamentos/ferramentas de primeira qualidade, devendo mantê-los sempre em perfeitas condições de funcionalidade, de modo a evitar acidentes e prejuízos às instalações do Contratante e à prestação dos serviços.

18.40. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Projeto Básico e demais documentos anexos;

18.41. Dotar equipamentos elétricos de sistema de proteção, de moto a evitar danos à rede elétrica, sob pena de responsabilidade;

18.42. Manter, nas dependências da Contratante, devidamente identificadas, a quantidade e a espécie dos equipamentos/ferramentas necessários à execução dos serviços objeto do contrato, devendo providenciar e disponibilizar qualquer outro equipamento julgado indispensável para a realização dos serviços;

18.43. Proceder a limpeza e retirada de entulhos dos locais de trabalho, após a execução dos serviços realizado;

18.44. Informar a Fiscalização, para efeito de controle de acesso as suas dependências, o nome, os respectivos números da carteira de identidade e da matrícula de todos os colaboradores a serem



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO

CNPJ: 34.887.950/0001-00



alocados na prestação do serviço, inclusive daqueles designados pela Contratada para exercer atribuições de supervisão, coordenação e controle operacional em relação ao contingente alocado na Contratante;

18.45. Informar a Fiscalização, também para efeito de controle de acesso em suas dependências, todas as ocorrências de afastamento definitivo e novas contratações de colaboradores, devendo estas serem comunicadas até a data de início do trabalho dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

18.46. Assumir todas as despesas e ônus relativos ao pessoal, os adicionais previstos em legislação, convenção coletiva ou dissídio coletivos da categoria profissional, bem como quaisquer outros oriundos, derivados ou conexos com este contrato, ficando ainda, para todos os efeitos legais, declarado pela Contratada, a inexistência de qualquer vínculo empregatício entre seus colaboradores e a Contratante;

18.47. Agir com total diligência em eventuais reclamações trabalhistas promovidas por seus colaboradores que estejam em algum momento envolvidos na prestação de serviço aqui contratado, comparecendo em todas as audiências designadas, apresentando as necessárias contestações e recuso cabíveis, ainda que extinta a relação contratual com a Contratante;

18.48. Assumir todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus colaboradores no desempenho do serviço ou em conexão com eles, que tenha relacionamento ao contrato com a Contratante;

18.49. Fornecer aos seus colaboradores, desde o início da execução dos serviços prestados, uniformes novos, em quantidades descritas abaixo, submetendo-os previamente à aprovação do gestor do contrato junto a Contratante;

O uniforme deve ser composto de:

- 2 (duas) calças compridas tipo “jeans” ou sarja; 2 (duas) camisetas ou camisas;
- 1 (um) cinto de nylon;
- 2 (dois) pares de botina com sola de borracha, e biqueira de proteção de acordo com a categoria profissional;
- 4 (quatro) pares de meia;
- 1 (uma) capa de chuva;
- 1 (um) crachá de identificação.



- 18.50. Demais itens previstos em convenção coletiva necessários para vestimenta dos profissionais;
- 18.51. As peças dos uniformes deverão ser confeccionadas em tecido de boa qualidade, duráveis e que não desbotem facilmente, compatível com o clima do local onde deverá ser realizado o serviço e, se for o caso, com o disposto no respectivo acordo, convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho;
- 18.52. **Os uniformes deverão conter o emblema da Contratada, de forma visível, preferencialmente, na camisa**, podendo para isso conter um bolso, do lado esquerdo, para sua colocação;
- 18.53. Todos os sapatos ou botinas deverão ser em couro maleável de boa qualidade, não sintético;
- 18.54. **Em hipótese alguma, os custos de qualquer um dos itens de uniformes e materiais deverão ser repassados aos seus colaboradores;**
- 18.55. A Contratada deverá substituir as peças do uniforme que apresentarem defeito ou desgaste independentemente do prazo mínimo estabelecido, sem qualquer ônus à Contratante ou aos colaboradores;
- 18.56. Fornecer além do uniforme acima, equipamentos de proteção individual – EPIs a todos os colaboradores cujas atividades os exijam por normas de segurança em vigor. Deverão ser disponibilizados todos os EPIs necessários para a segurança dos profissionais, de acordo com a sua especialidade, levando em consideração as normas que regem as leis trabalhistas;
- 18.57. Cumprir, além das normas de segurança constantes destas especificações, todas as outras disposições legais, federais, estaduais, e distritais pertinentes, sendo de sua inteira responsabilidade os processos, ações ou reclamações movidas por pessoas físicas ou jurídicas em decorrência de negligência nas precauções exigidas no trabalho ou da utilização de materiais inaceitáveis na execução dos serviços;
- 18.58. Cuidar para que os serviços a serem executados acarretem a menor perturbação possível aos serviços públicos, às vias de acesso e a todo e qualquer bem, público ou privado, adjacente as instalações da Contratante, providenciando sinalização e/ou isolamento das áreas de serviço;
- 18.59. Fornecer aos seus colaboradores até o último dia do mês que antecede ao mês de sua competência, os vales-transportes e alimentação, de acordo com o horário de trabalho, e qualquer outro benefício que se torne necessário ao bom e completo desempenho de suas atividades;



18.60. Pagar, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, a remuneração dos seus colaboradores utilizadas no serviço contratado, via depósito bancário na conta dos mesmos, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante, bem como recolher no prazo legal, os encargos decorrentes da contratação dos colaboradores, exibindo sempre que solicitado, as comprovações respectivas;

18.61. Não vincular sob hipótese alguma, o pagamento de remuneração de seus colaboradores ao pagamento das faturas mensais efetuadas pela Contratante;

18.62. O atraso no pagamento de fatura por parte da Contratante, decorrente de circunstâncias diversas, não exime a Contratada de promover o pagamento dos colaboradores nas datas regulamentares;

18.63. Realizar todas as transações comerciais necessárias à execução dos serviços contratados exclusivamente em seu próprio nome;

18.64. Manter arquivo com toda a documentação relativa à execução dos serviços contratado, inclusive ao cumprimento de suas obrigações salariais, as Carteiras de Trabalho e Previdência Social, deverão ser encaminhadas à Contratante;

18.65. Caso solicitado previamente pela Contratante, a Contratada deverá executar os serviços em dias e horários distintos dos estabelecidos originalmente, podendo, nesse caso, haver compensação entre a carga horária semanal estabelecida e aquela prevista na convenção ou acordo coletivo de trabalho da categoria envolvida;

18.66. Cumprir o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal / 1988;

18.67. “XXXIII – a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos”;

18.68. Apresentar, mensalmente, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, comprovantes de pagamento do vale-alimentação, vale-transporte e salários, relativos aos colaboradores alocados na execução do serviço contratado, bem como comprovante/guia de recolhimento dos tributos incidentes sobre esse serviço, em especial, no tocante ao INSS e ao FGTS;

- A contratada deverá apresentar Certidão de Registro de Pessoa Física de sua respectiva região, em nome do profissional aludido no CAT - Cadastro de Comunicação de Acidente de Trabalho, válida na data da apresentação da proposta, devidamente atualizada em todos



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO

CNPJ: 34.887.950/0001-00



os seus dados cadastrais, que comprove possuir aptidão de atividade relacionada com as características do objeto;

18.69. Os itens de maior relevância serão apresentados a seguir, e dizem a respeito da execução dos serviços, a saber:

Tabela 03- Dos Itens de Relevância.

ITEM	OBJETO DO CONTRATO	DOS ITENS DE RELEVÂNCIA
I	EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO DE 21000 M² DAS VIAS URBANAS NA CIDADE DE BRASIL NOVO EM BLOCOS INTERTRAVADOS SEXTAVADO TIPO BLOKRET.	PLACA DA OBRA EM CHAPA GALVANIZADA
		EXECUÇÃO DE ALMOXARIFADO EM CANTEIRO DE OBRA EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA.
		ESCAVAÇÃO HORIZONTAL, INCLUINDO CARGA E DESCARGA EM SOLO DE 1ª CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS.
		TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA EM LEITO NATURAL.
		EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE BASE E OU SUB BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE SOLOS DE COMPORTAMENTO LATERÍTICO (ARENOSO)
		BLOKRET SEXTAVADO E= 8CM (INCL. COLCHÃO DE AREIA E REJUNTAMENTO)
		GUIA (MEIO-FIO) E SARJETA CONJUGADOS DE CONCRETO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO COM EXTRUSORA, 45 CM BASE (15 CM BASE DA GUIA + 30 CM BASE DA SARJETA) X 22 CM ALTURA.
		CALÇADA EM CONCRETO DESEMPENADO 15MPA - ESPESSURA = 5CM

19. DA FORMA DE PAGAMENTO

Para o recebimento dos serviços será necessário a anuência do gestor de contrato na Ordem de Serviços, validando que todos os trabalhos previstos na planilha orçamentária foram executados.



Após a validação do gestor de contrato dos trabalhos realizados, será liberada a emissão da Nota Fiscal separadas por Ordem de Serviço. Os pagamentos serão feitos em até 30 (trinta) dias após a emissão da Fatura devidamente atestada.

20. DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, com o valor total de R\$ 4.407.352,98 (quatro milhões, quatrocentos e sete mil, trezentos e cinquenta e dois reais e noventa e oito centavos).

Tabela 04- Da Vigência do Contrato.

DA VIGÊNCIA DO CONTRATO			
ITEM	OBJETO DO CONTRATO	PRAZO ESTIMADO	VALOR
I	EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO DE 21000 M ² DAS VIAS URBANAS NA CIDADE DE BRASIL NOVO EM BLOCOS INTERTRAVIDOS SEXTAVADO TIPO BLOKRET.	12 MESES	R\$ 4.407.352,98

Os prazos de contrato serão contados a partir de sua assinatura e eficácia e a partir da publicação no Diário Oficial do Município de Brasil Novo, podendo ser prorrogado conforme a legislação vigente e comunicação à Contratante. A gestão do Contrato ficará a cargo da Prefeitura Municipal de Brasil Novo.

21. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

21.1. Os equipamentos e ferramentas necessários ao bom desenvolvimento do trabalho, objeto deste Projeto Básico serão de responsabilidade da Contratada;

21.2. A Contratada deverá disponibilizar o transporte dos seus colaboradores para a realização dos serviços e demandas nos postos de serviços que estão relacionados neste Projeto Básico sendo de sua responsabilidade todas as despesas que incidirem sobre o transporte dos seus colaboradores;

21.3. Os serviços objeto deste Projeto Básico serão executados conforme estabelecido em contrato deverão envolver os componentes especificados;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO

CNPJ: 34.887.950/0001-00



21.4. A execução dos serviços deverá ser realizada com a adoção de todas as medidas relativas à proteção dos trabalhadores e de pessoas ligadas a atividade da Contratada e Observadas as legislações pertinentes, principalmente as prescrições contidas na Norma Regulamentadora - NR-18.

21.5. Deverão ser observados os requisitos de segurança com relação as redes elétricas, máquinas, andaimes e guinchos, presença de chamas e de metais aquecidos, uso e guarda de ferramentas e aproximação de pedestre;

21.6. Se for necessário durante a execução dos serviços o emprego de materiais tóxicos, inflamáveis ou explosivos, a fiscalização deverá ser antecipadamente notificada, e deverá sugerir por escrito sobre as medidas de segurança propostas pela contratada, quanto a guarda e emprego do referido material;

21.7. A contratante não assumirá responsabilidade por acidentes que ocorrerem nos locais da obra e nem atuará como mediador em conflitos que deles resultem;

21.8. A contratada responderá, nos termos da legislação vigente, por qualquer acidente ocorrido com o pessoal, material, instalações e equipamentos sob sua responsabilidade, bem como de terceiros, durante a execução dos serviços.

21.9. A contratada submeter-se-á as medidas de segurança exigidas pelo local onde se realizarem os serviços.

22. DA DISCIPLINA

22.1. Os profissionais colocados à disposição da contratante deverão trabalhar de acordo com as normas estabelecidas pela mesma, respeitando as cláusulas contratuais;

22.2. Havendo desrespeitos as normas e cláusulas contratuais, a contratante comunicará a contratada para que sejam tomadas as medidas cabíveis, sem prejuízo a prestação dos serviços a serem executados.

23. DA VISITA E FISCALIZAÇÃO

23.1. As empresas interessadas poderão realizar vistoria nos locais e instalações do fornecimento e da prestação dos serviços, de forma a obterem pleno conhecimento das condições e eventuais dificuldades para a sua execução, bem como de todas as informações necessárias a formulação da sua proposta de preços;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO

CNPJ: 34.887.950/0001-00



23.2. A realização da vistoria não se consubstancia em condição para a participação na licitação, ficando, contudo, as licitantes cientes de que, após apresentação das propostas e dos demais documentos, não serão admitidas, em hipótese alguma, alegações posteriores no sentido da inviabilidade de cumprir com as obrigações, face ao desconhecimento dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas;

23.3. Modelo de Declaração de Vistoria;

23.3.1. Da fiscalização;

23.4. A gestão e a fiscalização da presente contratação ficarão a cargo do SEPLAN – Setor de Planejamento, Orçamento e Gestão;

23.5. A administração terá livre acesso aos postos de trabalho onde a contratada efetivamente prestará os serviços;

23.6. A fiscalização não permitirá que seja executado serviço em desacordo com as normas preestabelecidas pela contratante

23.7. Reserva-se a contratante o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, por intermédio do gestor do contrato ou por alguém designado por este, nos moldes descritos na Lei nº 14133/21

23.8. Cabe a fiscalização da contratante:

23.9. Notificar a empresa, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para sua correção, conforme conveniência;

23.10. Ordenar a imediata retirada do local de trabalho do empregado que estiver sem uniforme ou crachá, que dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência no posto, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente, obrigando a empresa a fazer sua imediata substituição no prazo de 01 (uma) hora contada a partir da notificação, verbal, por escrito, por telefone ou por quaisquer meios de ocorrência;

23.11. Examinar as carteiras profissionais dos prestadores colocados à sua disposição, para comprovar o registro da função;

23.12. Examinar mensalmente toda a documentação que a empresa contratada deverá apresentar comprando a regularidade dos pagamentos de salários, recolhimentos dos encargos sociais, controle de entrada e saída de materiais de construção (material básico, material elétrico, material



hidrossanitário, material para central de gás, inclusive com apresentação de planilha de custos mensais, e demais documentos solicitados, dos prestadores de serviço que estão a sua disposição;

24. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) - Registro comercial, no caso de empresa individual, ou;
- b) - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;
- c) - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, ou;
- d) - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país.
- e) – Carteira de identidade ou equivalente com foto;

24.1. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

24.1.1. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

a) - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente (CREA ou CAU), detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

b) - registro ou inscrição da pessoa jurídica na entidade profissional competente (CREA ou CAU);

c)- declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

24.1.2. A relação de trabalho entre a empresa participante do processo licitatório e o profissional exigido no item 24.1.1 “a” deve ser demonstrada obrigatoriamente na fase de habilitação do processo licitatório por meio de:

- a) Contrato Social da empresa, em que conste o nome do profissional, caso seja sócio ou administrador da empresa licitante, ou;
- b) Carteira de Trabalho, contendo o registro funcional do profissional, ou;



- c) Contrato de Prestação de Serviço entre as partes (profissional e empresa licitante);
- d) registro ou inscrição da pessoa física responsável técnico 24.1.1 “a”, junto a entidade profissional competente (CREA ou CAU);

24.1.3 O(s) atestado(s) e/ou certidão(ões) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, somente será(ão) aceito(s) com a (s) respectiva(s) certidão(ões) do CREA ou CAU.

24.2. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

24.2.1 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

24.2.1.1. No caso de Sociedade Civil (Sociedade Simples e Sociedade Cooperativa) ou comercial (sociedade empresária em geral) deverão apresentar o balanço da empresa, devidamente registrado pelo órgão competente, com o Termo de Abertura, ativo, passivo, demonstrações do resultado, Termo de Encerramento e assinado pelo responsável pela empresa designado no Ato Constitutivo da sociedade, e também por bacharel ou técnico em Ciências Contábeis ou outro profissional, legalmente habilitado perante o Conselho Regional de Contabilidade, constando nome completo e registro profissional.

24.2.1.2. Em se tratando de Sociedade por Ações (Sociedade Empresária do Tipo S.A.), o balanço deverá ser apresentado por publicação no Diário Oficial.

24.2.1.3. As Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP), ainda que sejam enquadradas no SIMPLES, deverão apresentar Balanço Patrimonial, devidamente registrado pelo órgão competente, com o Termo de Abertura, ativo, passivo, demonstrações do resultado, Termo de Encerramento, assinado por Contador ou Técnico em Ciências Contábeis, legalmente habilitados, constando nome completo e registro profissional.

24.2.1.4. O MEI (Micro Empreendedor Individual) para fins da habilitação econômico-financeira deverá apresentar a Declaração Anual Simplificada para o Microempreendedor Individual (DASN-SIMEI) ou sua substituta, a Declaração Única do MEI (DUMEI). Caso o MEI tenha sido constituído no mesmo exercício do lançamento da licitação, deverá apresentar os relatórios mensais de receita bruta, assinados pelo próprio Micro Empreendedor.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO

CNPJ: 34.887.950/0001-00



24.2.1.5. As sociedades constituídas à menos de 12 (doze) meses, no exercício social em curso, deverão apresentar o Balanço de Abertura.

24.2.1.6. Os documentos referidos item 24.2.1 limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

24.2.1.7. As empresas optantes do SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL-SPEED, submetida ao IND DNRC 107/08, deverão apresentar:

- a) Termo de Abertura e Encerramento (impresso do arquivo SPEED contábil);
- b) Recibo de Entrega do Livro Digital (impresso do arquivo SPEED contábil);
- c) Balanço Patrimonial (impresso do arquivo SPEED contábil);
- d) Demonstração de Resultado do Exercício (impresso do arquivo SPEED contábil).

24.2.2. As empresas obrigadas a apresentar o balanço deverão extrair e apresentar:

- a) Índices contábeis, extraídos do último balanço patrimonial ou do balanço patrimonial, ou balanço de abertura, referente ao período de existência da sociedade, atestando a boa situação financeira:

- a.1) - Índice de Liquidez Geral (ILG) não inferior a 1,00 (um), obtido pela fórmula:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG= ----- > 1,00

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

- a.2) - Índice de Liquidez Corrente (ILC) não inferior a 1,00 (um), obtido pela fórmula:

Ativo Circulante

LC= ----- > 1,00

Passivo Circulante

- a.3) - Índice de Solvência Geral (ISG) não inferior a 1,00 (um), obtido pela fórmula:

Ativo Total

SG= ----- > 1,00

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

24.3. Certidão Negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, no caso de não constar na certidão o seu prazo de validade, a mesma deverá ter sido emitida há menos de noventa dias da data de abertura dos envelopes.

24.4. DA REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL e TRABALHISTA

- a) Comprovante de inscrição no CNPJ atualizado;



- b) Ficha de inscrição cadastral FIC – Inscrição Estadual atualizada (se houver);
- c) Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal;
- d) Certidão negativa de Débitos Relativos aos Tributos federais e à Dívida Ativa da União, sendo que a mesma deve abranger também as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº. 8.212, de 24 de julho de 1991, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- e) Certidões de Negativas da Fazenda Estadual (Tributária e Não Tributária – se houver), do domicílio ou sede do licitante;
- f) Certidão Negativa de Débito da Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhista - CNDT;
- h) Declaração da proponente de que não possui em seu quadro pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei nº 9.854/99), de acordo com o modelo ANEXO VII deste Edital;

24.4.1. Nota: A certidões de natureza fiscal, social e trabalhista, poderá ser apresentada na forma “POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA”.

24.5. DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

- 24.5.1. Declaração unificada, conforme modelo constante no anexo A.

25. DA SUBCONTRATAÇÃO

25.1. É expressamente vedada a subcontratação total do objeto deste contrato, **sob pena de rescisão contratual.**

25.2. A subcontratação parcial somente será admitida mediante autorização expressa da Fiscalização.

25.3. Para subcontratação parcial deverão ser observadas as condições estabelecidas neste Projeto Básico e atendidos os seguintes requisitos:



25.4. Informação prévia à Fiscalização dos motivos da subcontratação, da identificação da subcontratação e das razões da escolha; e

25.5. Atendimento pela subcontratada, no que couber, das condições de habilitação e das disposições do edital e do Contrato, mediante a apresentação da documentação pertinente à Fiscalização.

25.6. A contratada, independentemente da subcontratação parcial, permanece responsável pela execução do objeto contratado, respondendo pela qualidade e exatidão dos trabalhos subcontratados, sendo, ainda, perante a Contratante, responsável solidária com a subcontratada junto aos credores desta, no que se refere aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, e pelas consequências dos atos e fatos a esta imputáveis.

25.7. A Fiscalização, após analisar a solicitação da Contratada referente à subcontratação parcial, deverá se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contando do recebimento da solicitação, podendo solicitar outros documentos além dos apresentados, ou os esclarecimentos que julgar necessários, devendo a Contratada atender à solicitação no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

26. GARANTIAS

26.1. Da Garantia de Execução:

26.1.1. A garantia de execução do contrato será na modalidade seguro-garantia, no custo de 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, conforme previsto nos termos da Lei nº 14.133/2021;

26.1.2. A realização da primeira medição somente ocorrerá após a apresentação da Apólice de Seguro-Garantia de Obra, por parte da CONTRATADA, à equipe de fiscalização.

26.2. Da Garantia Legal:

26.2.1. A aceitação dos serviços pela equipe de fiscalização do SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO não exime a CONTRATADA da garantia e responsabilidade por eventuais falhas ou defeitos, de acordo com o disposto no Código Civil;

26.2.2. Os serviços serão garantidos pela CONTRATADA por um período mínimo de 05 (cinco) anos a contar da data da entrega definitiva do objeto do contrato;

26.2.3. Durante a vigência da garantia, todas as peças, componentes ou quaisquer outros materiais relacionados ao objeto que apresentarem quebra ou avaria decorrentes de vícios da execução deverão ser substituídos pela CONTRATADA, e todo e qualquer reparo deverá ser realizado, sem ônus para o SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, inclusive no que tange à mão de obra e procedimentos necessários para o reparo e / ou substituição;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO

CNPJ: 34.887.950/0001-00



26.2.4. Após o recebimento de notificação da necessidade de reparo ou substituição de peças decorrentes de vício de execução, a CONTRATADA terá prazo de 02 (dois) dias úteis para resposta e vistoria, e 24 (vinte e quatro) horas para encaminhar cronograma para execução dos serviços necessários.

27. SANÇÕES

27.1. Da Inexecução do Contrato:

27.1.1. O contrato deverá ser fielmente executado pela CONTRATADA, respondendo esta pelas consequências de sua inexecução parcial ou total, nos termos da Lei nº 14.133/2021;

27.1.2. A Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- Advertência;
- Multa;
- Impedimento de licitar e contratar;
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

27.2. Demais Infrações Contratuais:

27.2.1. Poderá a Administração aplicar multa pelos eventos abaixo elencados, os quais configuram infração às normas previstas contratualmente;

27.2.2. Infrações em que ocorrerá aplicação de multa calculada de acordo com o grau:

Tabela 05- Infração às Normas Previstas.

GRAU	VALOR ESTIMADO			
1	R\$	19.500,00	à	R\$ 23.361,00
2	R\$	23.400,00	à	R\$ 27.261,00
3	R\$	27.300,00	à	R\$ 31.161,00
4	R\$	31.200,00	à	R\$ 35.061,00
5	R\$	35.100,00	à	R\$ 38.961,00
6	R\$	39.000,00	à	R\$ 42.861,00
7	R\$	42.900,00	à	R\$ 77.961,00
8	R\$	78.000,00	à	R\$ 124.761,00
9	R\$	124.800,00	à	R\$ 159.861,00
10	R\$	159.900,00	à	R\$ 249.561,00
11	R\$	249.600,00	à	R\$ 311.961,00
12	R\$	312.000,00	à	R\$ 390.000,00



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO

CNPJ: 34.887.950/0001-00



Tabela 06- Multa Calculada de Acordo com o Grau.

INFRAÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
Deixar de providenciar e manter no local cadastro com cópias dos documentos de identificação de todos os trabalhadores.	1	Por ocorrência
Deixar de responder às comunicações emitidas pela SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.	1	Por ocorrência
Deixar de apresentar nota fiscal com a especificação dos materiais e produtos utilizados, ou descumprir outra obrigação acessória.	1	Por ocorrência
Não manter o local da obra em perfeito estado de conservação e limpeza durante todo o período de execução do serviço.	1 à 2	Por ocorrência
Não retirar o entulho proveniente da execução da obra.	2	Por ocorrência
Não assumir os ônus, encargos sociais, trabalhistas, fiscais e previdenciários concernentes à execução de seus serviços.	12	Por ocorrência
Atraso na apresentação de documentos exigidos pela equipe de fiscalização da SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS.	1	Por ocorrência
Atraso de até 20 (vinte) dias na apresentação de seu planejamento de obra, conforme diretrizes apresentadas neste PROJETO BÁSICO e seus anexos. Decorridos 20 (vinte) dias de atraso, considerar-se-á ocorrida a inexecução parcial do contrato.	10	Por dia de atraso, limitado a 20 dias
Deixar de obter autorização prévia junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS para realização de serviços que interfiram em áreas ocupadas por atividades exercidas pela SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	3	Por ocorrência
Não dar ciência imediata, por escrito, à SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, de qualquer anormalidade na execução do serviço.	3 à 7	Por ocorrência
Deixar de dar ciência à fiscalização diante de qualquer incidente ou acidente nas frentes de serviço e / ou deixar de tomar providência imediata.	3 à 7	Por ocorrência
Deixar de executar, sem justificativa, os serviços conforme detalhes apresentados nos desenhos fornecidos pela Setor de planejamento	8 à 12	Por ocorrência
Não realizar o reparo de quaisquer defeitos de execução do objeto do contrato, inclusive após o recebimento provisório, nos termos legais e contratuais.	8 à 12	Por ocorrência
Atraso no prazo para resposta e vistoria para realização de reparo de quaisquer defeitos de execução do objeto do contrato, inclusive após o recebimento provisório, nos termos legais e contratuais.	1	Por dia de atraso
Não realizar limpeza no imóvel para fins de entrega da obra.	3	Por ocorrência
Veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto do contrato sem prévia autorização da SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS e/ou não manter sigilo absoluto sobre informações, dados e documentos provenientes da execução do contrato e, também, demais informações internas da SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, a que a CONTRATADA tiver conhecimento.	5	Por ocorrência
Trabalhar na obra profissional sem registro, habilitação ou que não possua contrato formal de prestação de serviços.	3 à 4	Por ocorrência



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO

CNPJ: 34.887.950/0001-00



Atraso de até 30 (trinta) dias na mobilização e/ou início dos serviços de obra. Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, considerar-se-á ocorrida a inexecução total do contrato.	4	Por dia de atraso, limitado a 30 dias
Deixar de confirmar no local, antes do início dos serviços, as medidas configuradas no projeto de arquitetura.	2	Por ocorrência
Não providenciar o reparo de quaisquer danos ocorridos no local de trabalho, ou em outras partes do imóvel, durante a execução dos serviços.	3 à 4	Por ocorrência
Deixar de apresentar, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, Plano de Ação para realização de reparos após a notificação da SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS exigindo-a.	3	Por ocorrência
Deixar de seguir as normas de segurança e saúde no trabalho, bem como as diretrizes constantes neste PROJETO BÁSICO e seus anexos.	1 à 4	Por ocorrência
Realizar demolições e retirada de material e/ou entulho fora das condições estipuladas pela SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS no PROJETO BÁSICO.	4	Por ocorrência
Provocar danos nas estruturas do imóvel ou imóveis vizinhos em função de demolições ou retiradas de material ou entulho e não apresentar cronograma para reparos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.	5	Por ocorrência
Executar alteração de Projeto Executivo e / ou de itens contidos nos Memoriais Descritivos sem apresentar para aprovação e autorização prévia do órgão fiscalizador da SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS .	4 à 8	Por ocorrência
Apresentar desvio entre o previsto (no cronograma Físico-Financeiro) x executado em mais de 10% (dez por cento).	6	Por ocorrência
No caso supracitado, não apresentar plano de recuperação do cronograma, aceito pela fiscalização da SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS , no prazo de até 05 (cinco) dias corridos contados da data de entrega da medição. Recebida notificação da SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS com previsão do novo prazo para entrega, e sendo este desrespeitado, será considerada nova ocorrência e aplicada a sanção ora prevista.	6	Por ocorrência
Apresentação de Relatório Final incompleto, não contemplando uma análise global de todas as disciplinas. Recebida notificação da SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS com previsão do novo prazo para entrega, e sendo este desrespeitado, será considerada nova ocorrência e aplicada a sanção ora prevista.	4 à 7	Por ocorrência
Atraso superior a 15 (quinze) dias para entrega do Relatório Final (contados da entrega do pedido de recebimento provisório). Recebida notificação da SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS com previsão do novo prazo para entrega, e sendo este desrespeitado, será considerada nova ocorrência e aplicada a sanção ora prevista.	7	Por ocorrência
Deixar de entregar o Relatório Final e Documentos Finais.	8	Por ocorrência
Deixar de enviar via de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e/ou do Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) do Profissional Responsável pela Execução da Obra (PREO) comprovadamente paga e de acordo com sua habilitação técnica, no	4 à 7	Por ocorrência



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO

CNPJ: 34.887.950/0001-00



prazo de 07 (sete) dias corridos contados da assinatura do Termo de Início dos Serviços. Recebida notificação da SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS com previsão do novo prazo para entrega, e sendo este desrespeitado, será considerada nova ocorrência e aplicada a sanção ora prevista.		
Não entrega do Relatório Final / Projeto, conforme solicitado nos anexos, bem como relatórios técnicos, sem aviso prévio, por escrito, e justificativa plausível (devidamente analisada e aceita pela equipe de fiscalização da SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS).	4 à 8	Por ocorrência e por dia de atraso
Deixar de fornecer e/ou elaborar toda e qualquer documentação obrigatória ou solicitada pela SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS.	2	Por ocorrência
Deixar de providenciar aprovação da Prefeitura para execução da obra, bem como os registros específicos necessários para a execução do objeto contratado junto aos órgãos competentes.	4 à 8	Por ocorrência
Deixar de providenciar o registro da obra no Cadastro Nacional de Obras (CNO) no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data determinada no Termo de Início dos Serviços.	4	Por ocorrência
Deixar de fornecer E.P.I. (Equipamento de Proteção Individual), treinamento de uso ou controlar os C.A.s (Certificado de Aprovação) dos mesmos, devendo esses serem especificados e dimensionados de acordo com ambiente, função e atividade desenvolvida pelo colaborador.	2	Por ocorrência
Deixar de registrar a C.A.T. (Comunicação de Acidente de Trabalho), bem como deixar de apresentá-la à fiscalização da SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS no prazo máximo de 2 (dois) dias, contados a partir da data do acidente, devendo ainda apresentar, juntamente a esta, relatório que identifique as causas, elenque as consequências e determine as medidas corretivas necessárias.	3	Por ocorrência
Deixar de entregar Projeto Básico e / ou Executivo conforme solicitado nos anexos, bem como relatórios técnicos, causando atraso na execução da obra.	4 à 8	Por ocorrência
Condutas não previstas nos itens desta tabela, mas que reflitam descumprimento contratual.	1 à 12	Por ocorrência
Deixar de cumprir demais obrigações contratuais acessórias.	2	Por ocorrência
Não seguir as recomendações impostas pela legislação municipal ou ato normativo vigente para prevenção da COVID 19.	1	Por ocorrência

27.3. Inexecução Parcial do Contrato:

27.3.1. Pode-se considerar inexecução parcial do contrato, passível de aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor atual do contrato, a CONTRATADA apresentar desvio entre o previsto (no cronograma Físico-Financeiro) e o efetivamente executado em mais de 10% (dez por cento), não corrigindo o referido desvio no prazo definido no cronograma de recuperação aprovado pela SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, por mais de uma vez;

27.3.2. Pode-se considerar também inexecução parcial do contrato, passível de aplicação de



multa de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato, a execução dos serviços em prazo superior ao previsto, quando o atraso decorrer de culpa exclusiva da CONTRATADA.

27.4. Inexecução Total do Contrato:

27.4.1. A inexecução total poderá ensejar a aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor estabelecido em contrato;

27.4.2. Caracteriza-se como inexecução total do contrato a CONTRATADA não se mobilizar ou iniciar os serviços, transcorridos 30 (trinta) dias da emissão do Termo de Início da obra;

27.5. Pagamento da Multa:

27.5.1. O valor da multa poderá ser descontado da fatura devida à CONTRATADA;

27.5.2. Se o valor da fatura for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

27.6. Extinção Contratual:

27.6.1. O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas, poderá ser extinto unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 137, incisos I a IX, da Lei nº 14.133/2021;

27.6.2. Cabe destacar que toda conduta da CONTRATADA que, por ação ou omissão, caracterize descumprimento de obrigação contratual ou legal, ainda que não prevista expressamente no rol de obrigações e sanções do presente PROJETO BÁSICO, será devidamente apurada pelo Ministério Público do Estado do Pará, estando a sociedade empresária sujeita às penalidades administrativas, civis ou penais pertinentes.

28. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

28.1. Os serviços não possuem requisitos de capacidade técnica e vulto econômico elevados, de tal forma que justifiquem a participação de consórcios. Saliente-se que a admissão de consórcios em licitações de pequena complexidade e de valor não expressivo, tal como no presente caso, pode provar o efeito contrário à competitividade, à medida que Empresas capazes de executar o objeto individualmente passam a associar-se em consórcio, reduzindo a disputa.

28.2. A forma de contratação aqui proposta buscar viabilizar maior economia e rapidez na execução das obras necessárias neste objeto.

28.3. Justifica-se ainda pelo fato de a Administração ter ganhos em economia de escala, o que proporcionará a redução dos preços, vez que o parcelamento inevitavelmente gerará riscos para Administração com o aumento significativo do preço a ser pago.



29. DAS CONDIÇÕES DE GARANTIA

A contratada deverá dar garantia legal de todos os produtos e serviços fornecidos

Brasil Novo, 21 de março de 2024.

Documento assinado digitalmente
gov.br MARCELO NEVES DA CRUZ
Data: 21/03/2024 09:06:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Marcelo Neves da Cruz
Coordenador de Planejamento
Decreto Nº: 583/2023

ALLAN JOHNNYS
DANTAS
CARDOSO:07308627985

Assinado de forma digital por
ALLAN JOHNNYS DANTAS
CARDOSO:07308627985
Dados: 2024.03.21 08:59:20
-03'00'

Allan Johnnys Dantas Cardoso
Engenheiro Civil
CREA-PA: 151712096-9
CPF: 073.086.279-86



ANEXO A

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA



MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

Ao Sr. Agente de Contratação do Município de Brasil Novo

Prefeitura Municipal de Brasil Novo, Estado de Brasil Novo

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº PMBN XX/2023

Pelo presente instrumento, a empresa _____, CNPJ nº _____, com sede na _____, através de seu representante legal infra-assinado, que:

1) Declaramos, para os fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal. 2) Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

2) Declaramos para todos os fins de direito, que conhecemos as especificações do objeto e os termos constantes neste Edital e seu(s) ANEXOS, e que, concordamos com todos os termos constantes no mesmo e ainda, que possuímos todas as condições para atender e cumprir todas as exigências de fornecimento ali contidas, inclusive com relação a documentação, que está sendo apresentada para fins de habilitação.

3) Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a) _____, Portador(a) do RG sob nº _____ e CPF nº _____ cuja função/cargo é _____ sócio administrador/procurador/diretor/etc), responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços/contrato.

4) Declaramos para os devidos fins que não possuímos nenhum sócio, ligado ao Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores ou Secretários Municipais, por matrimônio ou parentesco, afim ou



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO

CNPJ: 34.887.950/0001-00



consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, bem como também não possuímos em nosso quadro social, nenhum Servidor do Município.

5) Declaramos de que a empresa não contratará empregados com incompatibilidade com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento até o terceiro grau, na forma da Súmula Vinculante nº 013 do STF (Supremo Tribunal Federal).

6) Declaramos para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que a Ata de Registro de Preços/Contrato seja encaminhado para o seguinte endereço:

7) Declaramos ter ciência de que em atendimento ao disposto na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o Município, para a execução do serviço objeto deste edital e em decorrência de obrigações legais e cumprimento do edital/instrumento contratual, notadamente em cumprimento da Lei de Acesso à Informação (Lei n. 12.527/2011), da Legislação de Licitações e determinações legais emanadas dos Órgãos de Controle, terá acesso aos dados pessoais dos representantes da LICITANTE/CONTRATADA, tais como: número do CPF, RG, telefone, endereço físico e eletrônico, e todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual, e poderá dar o tratamento legal aos mesmos, inclusive para atendimento de exigências dos órgãos de controle interno e externo.

8) Declaramos que não possui, em nossa cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observado o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III, do art. 5º da Constituição Federal.

9) Declaramos que a proposta apresentada para esta licitação foi elaborada de maneira independente;

10) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

11) Declaramos que nossa proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de apresentação da proposta, sob pena de desclassificação.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
CNPJ: 34.887.950/0001-00



12) Declaramos de que cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

12) Nomeamos e constituímos o senhor(a), _____, portador(a) do CPF/MF sob n.º _____ para ser o(a) responsável para acompanhar a execução da Ata de Registro de Preços/contrato, referente à Concorrência Eletrônica n.º Nº PMBN 01/2023 e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e na Ata de Registro de Preços/Contrato.

_____, _____ de _____ de 202____.

Assinatura do Responsável pela Empresa

(Nome Legível/Cargo)



MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS
PAVIMENTAÇÃO EM BLOCO INTERTRAVADO SEXTAVADO TIPO BLOKRET NO
MUNICÍPIO DE BRASIL NOVO – PA

Brasil Novo, 22 de março de 2024



MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

EMPREENDIMENTO: PAVIMENTAÇÃO EM BLOCO INTERTRAVADO
SEXTAVADO TIPO BLOKRET NO MUNICÍPIO DE BRASIL NOVO – PA

ENDEREÇO: BAIRROS: CIDADE NOVA, DANIEL DE FREITAS E TORRE

MUNICÍPIO: BRASIL NOVO – PARÁ

IMÓVEL: PAVIMENTAÇÃO EM VIAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO
DE BRASIL NOVO – PA

DATA DE REFERÊNCIA: 22 DE MARÇO DE 2024.

INFORMAÇÕES DECLARATIVAS GERAIS

O presente instrumento refere-se à **PAVIMENTAÇÃO EM BLOCO INTERTRAVADO SEXTAVADO TIPO BLOKRET NO MUNICÍPIO DE BRASIL NOVO – PA**, que será executada nos bairros: Cidade Nova, Daniel de Freitas e Torre respectivamente no município de Brasil Novo – PA. Possuirá uma área total de pavimentação de 21.000 m² (metros quadrados).



MEMORIAL DESCRITIVO

APRESENTAÇÃO

O presente memorial descritivo refere-se à **PAVIMENTAÇÃO EM BLOCO INTERTRAVADO SEXTAVADO TIPO BLOKRET NO MUNICÍPIO DE BRASIL NOVO**, no estado do Pará, documento este que servirá de referência para a execução da obra.

Estas especificações técnicas e normas de medição e pagamento se aplicam às obras da **contratante**.

A fiel observância destas Especificações Técnicas pela **Contratada**, assim como das orientações e recomendações emanadas pela **Contratante**, são condições básicas para a aceitação das obras realizadas e a sua Medição e Pagamento.

Fazem parte integrante das presentes Especificações Técnicas, quando aplicáveis:

- O decreto 52.147 de 25/06/1963 que estabelece as normas e métodos de execução para obras e edifícios públicos;
- As normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (**ABNT**);
- Especificações e recomendações do CREA, CONFEA, EQUATORIAL, CORPO DE BOMBEIROS e IBAMA.

No caso de divergências entre as Especificações Técnicas e os desenhos de projeto, prevalecerão sempre as Especificações Técnicas.

Os valores dos insumos afins, que não constarem explicitamente na Planilha de Quantidades e Preços, deverão ser considerados nas composições de preços dos referidos serviços.

A alternativa de utilização de materiais ou equipamentos similares, aqueles cujas características são determinadas por estas Especificações Técnicas é de critério exclusivo da **Contratante**.

A **Contratada** ficará obrigada a manter na obra, um livro diário de obra e ocorrências, destinado a anotações, pela **Contratada**, de todas as ocorrências diárias sobre o andamento da obra, bem como assinatura e observações a serem assinadas pela fiscalização da **Contratante**.

Todo material a ser utilizado na obra deverá ser previamente aprovado pela **Contratante** antes da sua aplicação.



Toda solicitação e comunicado referente à obra serão realizados através de ofício, memorando ou carta, e registrados no diário de obra.

A **Contratada** será obrigada a retirar do canteiro, dentro do prazo de 72 horas, qualquer material ou equipamento impugnado pela fiscalização da **Contratante**, caso o mesmo não atenda as exigências desta especificação.

A **Contratada** manterá no canteiro de obra uma sala com mesa e cadeira destinada à utilização da fiscalização da **Contratante**.

A **Contratada** deverá manter em tempo integral, um engenheiro responsável pelo acompanhamento da obra, bem como dimensionar suas equipes de trabalho com profissionais habilitados e em número suficiente para conduzir os serviços dentro do cronograma adotado para a execução da obra.

A **Contratada** deverá manter vigilância ininterrupta no canteiro da obra, até o recebimento definitivo da obra sem qualquer ônus para a **Contratante**.

CONDIÇÕES GERAIS

Os itens relacionados abaixo não serão objetos de medição e pagamento separadamente, devendo os Proponentes diluir os respectivos custos em seus preços unitários, quando da elaboração da Proposta:

- Execução e manutenção dos caminhos de serviço e eventuais acessos, inclusive com iluminação e sinalização dos locais de trabalho, caso aplicável;
- Execução e manutenção permanente de desvios de tráfego, bem como da correspondente sinalização preventiva;
- Pagamento de eventuais “royalties” devidos à utilização das áreas de empréstimo e jazidas, incluindo a total recuperação das mesmas, por meio de cobertura vegetal e drenagem, conforme orientação da **Contratante**;
- Seguro contra riscos e danos de qualquer natureza;
- Operação e manutenção de todas as instalações de serviços;
- Fornecimento e a devida estocagem de materiais, equipamentos e ferramentas, incluídas as eventuais perdas, danos, extravios, furtos e roubos;
- Provimento de mão-de-obra especializada ou não, local ou não, direta e indireta,



em quantidade e qualidade compatíveis com os serviços a serem executados, bem como as respectivas despesas com assistência médico-hospitalar e ambulatorial e com alimentação, além dos custos com horas extras, adicionais noturno, de insalubridade e de periculosidade, e todas as demais obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias afins, previstas em lei;

- Os serviços topográficos para fins de locação das obras, bem como para fins de delimitação de áreas para a medição e acompanhamento dos serviços, que inclui o provimento de pessoal e equipamentos.
- Na necessidade de alojar os trabalhadores, a obra deverá possuir alojamento, cozinha, lavanderia e área de lazer.
- Independentemente do número de trabalhadores e da existência ou não de cozinha, haverá local exclusivo para aquecimento de refeições, dotado de equipamento adequado e seguro, devidamente protegido contra intempéries.
- É obrigatório o fornecimento de água potável, filtrada e fresca para os trabalhadores, por meio de bebedouro, sendo proibido o uso de copos coletivos.
- Todas as áreas deverão ser mantidas em perfeito estado de conservação, higiene e limpeza, sendo dedetizadas preferencialmente a cada 6 (seis) meses.
- Caberá à **Contratada**, ainda, providenciar, junto à Prefeitura Municipal de Brasil Novo, toda a documentação necessária ao pleno desenvolvimento dos serviços, inclusive licenças ambientais das jazidas para a obtenção de materiais de construção e para a implantação do canteiro de obras, bem como para o início dos serviços, caso aplicável.
- Após a conclusão de todas as atividades envolvidas na construção, a **Contratante** fará uma inspeção final, constatando a fidelidade da construção às Especificações Técnicas, elementos de projeto e orientações emanadas pela fiscalização da **Contratante**, sem que esse fato isente a **Contratada** de suas responsabilidades.
- A **Contratada** deverá de imediato, tomar, às suas expensas, todas as providências requeridas para os reparos e/ou correções que se fizerem necessários para que os serviços estejam plenamente de acordo com as Especificações Técnicas,



elementos de projeto e demais orientações emanadas pela **Contratante**.

- A **Contratada** deverá ter proteção contra os riscos de acidentes de seus empregados ou de seus subcontratados, independentemente de transferência destes riscos a companhias ou institutos seguradores.
- Em caso de acidente no canteiro de obras, a **Contratada** deverá prestar socorro imediato às vítimas, paralisando os serviços nas circunvizinhanças do local do acidente e, em seguida, comunicar o fato a **Contratante**.
- Deverá ser mantido, preferencialmente na obra, um ou mais técnicos de segurança para acompanhamento das atividades;
- No que concerne ao presente Documento, todas as obrigações imputadas à **Contratada** deverão ser estendidas também a seus eventuais subcontratados.

PROJETOS

Serão fornecidos ao executor a planta geral do empreendimento, contendo informações dos itens principais da construção, medidas, e seus cortes em vista.

- ✓ **O projeto executivo, caso necessário, será elaborado pelo executor da obra.**

DAS OBRAS A EXECUTAR

PAVIMENTAÇÃO EM BLOCO INTERTRAVADO SEXTAVADO TIPO BLOKRET NO MUNICÍPIO DE BRASIL NOVO – PA. Contemplará os bairros: Cidade Nova, Daniel de Freitas e Torre. Abrangerá uma área total de 21000 m² (metros quadrados).



ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

SERVIÇOS PRELIMINARES

PLACA DE OBRA EM LONA COM PLOTAGEM DE GRÁFICA

Conteúdo do Serviço:

*Considera material, equipamentos e mão de obra para confecção e instalação da placa da obra.

Critério de Medição:

*Por metro quadrado (m2).

Procedimento Executivo e Recomendações Diversas:

*A Contratada deverá fornecer e instalar a placa de obra conforme modelo fornecido pela fiscalização, e demais placas exigidas pela legislação, no canteiro de obras e em local de boa visibilidade. A solicitação dos modelos padrões se fará junto à fiscalização por escrito após o recebimento da ordem de serviço.

*A empresa deverá instalar a placa de identificação da empresa sem custo para a Contratante.

*A placa será executada em lona, com plotagem gráfica, padrão do Governo do estado, montada em estrutura de madeira de lei aparelhada, tipo pontaletes com dimensões de (3" x 3" com travessas 3" x 2"), devidamente fixada ao solo em blocos de concreto simples, ficando a face inferior da placa com altura de 1,20 metros do nível do solo.

*Uso de mão de obra habilitada e obrigatório uso de equipamentos de proteção individual (EPI).

Normas Técnicas

*NR18-Condições do trabalho e meio ambiente na indústria da construção (18.7)

Carpintaria

*NBR7203-Madeira serrada e beneficiada.



ESCAVAÇÃO E ESPALHAMENTO DE MATERIAL COM TRATOR DE ESTEIRA

A escavação e o espalhamento do material se farão com uso de trator de esteira de modo que a camada fique com espessura constante. A altura da base do pavimento é de 10 cm. Não poderão ser executadas camadas com espessuras compactadas superiores a 20,0cm nem inferiores a 10,0cm. No caso de mistura de 02 materiais, será feito, primeiramente, o espalhamento do material de maior quantidade e sobre essa camada espalhar-se-á o outro material.

O material espalhado será homogeneizado com o uso combinado de grade de disco e trator de esteira. A homogeneização prosseguirá até que, visualmente, não se distinga um material do outro. Nessa fase serão retirados os materiais estranhos (blocos de pedra, raízes, etc.).

REGULARIZAÇÃO COMPACTADA DE SUBLEITO ATÉ 20CM DE ESPESSURA

A Regularização compactada de subleito será feita por meio de cortes e/ou aterros até 0,20m, de escarificação e compactação de modo a garantir uma densificação homogênea nos 0,20m superiores do Subleito.

MATERIAIS

Os materiais empregados na regularização do subleito serão os de características iguais a da camada superior da Terraplenagem. Quando for necessária a adição de materiais, estes materiais deverão vir de ocorrências previamente estudadas e obedecerão aos seguintes limites:

- Diâmetro máximo de partícula igual ou inferior a 76mm.
- CBR (Índice de Suporte Califórnia) para energia do Proctor Normal (DNER-ME 47/64), igual ou superior ao do material considerado no dimensionamento do Pavimento, como representativo do intervalo (CBR de Projeto).
- Expansão, medida no ensaio de Índice de Suporte Califórnia – (DNER-ME 50/64) – para energia do Proctor Normal, inferior 2,0%.

A execução da Regularização do Subleito envolve basicamente as seguintes operações:

- Escarificação e Espalhamento dos Materiais;
- Homogeneização dos Materiais Secos;
- Umedecimento (ou Aeração) e Homogeneização da Umidade;
- Compactação;
- Acabamento;



- Liberação ao Tráfego.

EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO SEXTAVADO, COM ESPESSURA DE 8CM

Os blocos deverão atender as especificações da NBR 9780 – Peças de Concreto para Pavimentação – Determinação da Resistência à Compressão e da NBR 9781 – Peças de Concreto para Pavimentação, no que diz respeito às seguintes características: dimensões e resistência à compressão. A resistência característica estimada à compressão deverá ser maior ou igual a 35,0 MPa e espessura mínima de 8,0 cm. Os materiais a serem utilizados em camadas de subleito, sub-base e base deverão atender às especificações das normas pertinentes. As areias utilizadas deverão atender às prescrições da NBR 7211. Os agregados devem ser estocados em local limpo de fácil drenagem e sem possibilidade de contaminação.

No recebimento, as peças constituintes do lote (conjunto de peças com as mesmas características, produzidas sob as mesmas condições e com os mesmos materiais) devem ser inspecionadas visualmente objetivando a identificação de peças com defeitos que possam vir a comprometer o assentamento, o desempenho ou a estética. Recomenda-se a rejeição do lote quando forem constatadas mais de 5% de peças defeituosas ou então a substituição dessas peças, desde que as exigências técnicas estejam atendidas. Poderão ser exigidos ensaios específicos para verificar a resistência do concreto.

Concluídas as execuções do subleito, sub-base e base, inclusive o nivelamento e compactação, a pavimentação com os elementos intertravados será executada partindo-se de um meio fio lateral. Assentar peças observando o alinhamento e as juntas de 2,5 a 3,0mm. Acabamento e ajustes: colocar todas as peças inteiras que caibam no trecho. As peças de ajuste devem ser cortadas 2mm menores do que o espaço a ser preenchido, e nunca deverão ser menores do que ¼ do tamanho original da peça inteira. Quando o espaço a ser preenchido for menor do que este valor, deve-se usar argamassa seca para fazer o acabamento. A camada deverá conter entre 3 e 4cm após a compactação. Para obtenção de um ajustamento perfeito entre os elementos intertravados, devem ser observadas as seguintes considerações: - O ajustamento entre os elementos será perfeito, com as quinas encaixando-se nas reentrâncias angulares correspondentes. As juntas entre as unidades vizinhas não devem exceder de 2 a 3mm e deverão ser preenchidas com areia. - Fazer marcação e esticar fios-guia. - Para compactação final e definição do perfil da pavimentação será empregado compactador do tipo placas vibratórias portáteis. O intertravamento será executado através de contenção lateral e preenchimento de juntas. Para o intertravamento a face interna deverá ser vertical, reta e estendida por no mínimo 15cm abaixo do topo da camada de areia. Deverá ser dada



atenção especial para a contenção lateral e drenagem superficial, observando-se o controle do alinhamento, dos caimentos, do nivelamento, da espessura e das cotas.

A compactação deve ser feita com placas vibratórias e realizada com passadas em todas as direções. É necessário haver recobrimento dos percursos para não ocorrer a formação de degraus. Devem-se retirar as peças quebradas após esta primeira compactação, antes do rejunte com areia e da compactação final. Nunca deixar grandes áreas de peças assentadas sem compactação. Para evitar irregularidades na superfície, não se deve transitar, após a compactação, sobre a base de areia.

Espalhar uma camada delgada de areia fina, limpa e seca, preenchendo as juntas entre as peças. A compactação final deverá ser realizada em todas as direções e com recobrimentos. A areia deverá ser peneirada (peneira fina de malha com 2,5mm de abertura) com o objetivo de retirar os grãos maiores e torná-la fofa. As juntas da pavimentação serão preenchidas, utilizando-se a irrigação para obter-se enchimento completo do vazio entre dois elementos vizinhos. Não executar selagem com areia para o piso Drenante poroso.

Verificar se todas as juntas estão totalmente preenchidas com areia. Repetir a operação de selagem com areia, caso seja necessário. Antes da abertura ao tráfego, verificar se a superfície do pavimento está nivelada, se atende aos caimentos para drenagem, se todos os ajustes e acabamentos foram feitos adequadamente ou se há alguma peça que deva ser substituída. Uma ou duas semanas depois deve-se voltar e refazer a selagem com nova varrição.

REJUNTAMENTO PAVIMENTAÇÃO PARALELEPIPEDO BETUME CASCALHO INCLU MATERIAIS

O rejuntamento dos paralelepípedos será efetuado logo que seja terminado o seu assentamento. O intervalo entre uma e ou outra operação, fica a critério da Fiscalização.

O rejuntamento com material betuminoso será feito do seguinte modo: espalha-se, inicialmente, uma camada de pedriscos (brita zero) de 0,010m de espessura, sobre o calçamento e, por meio de vassourões adequados, força-se a penetração desse material, até preencher, aproximadamente, 1/3 da profundidade das juntas dos paralelepípedos. Em seguida, utilizando-se regadores próprios, se completará o enchimento das juntas com o material betuminoso, até que este aflore na superfície do calçamento.



EXECUÇÃO DE CALÇADAS COM ADEQUAÇÃO PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

a) **LEITO:** As calçadas para pedestres deverão ter, como base, uma camada de aterro argiloso (material oriundo de jazida isento de matérias orgânicas), com espessura final média de 18 cm, compactada mecanicamente através de compactador vibratório portátil movido a gasolina, tipo sapo. O lançamento do aterro deverá ser feito em 2 (duas) camadas sucessivas com espessuras médias de 14 cm; de maneira que, após a compactação mecânica das mesmas; atinja-se a espessura final média de 18 cm (nível de assentamento das placas em concreto simples). Esse leito terá, como base, uma superfície devidamente compactada (anteriormente preparada através de terraplenagem leve);

b) **CONFIGURAÇÃO:** As calçadas para pedestres deverão ter largura total de 1,50 m e serem materializadas através de camada impermeabilizadora, com espessura média de 6 cm, executada em concreto magro dosado no traço volumétrico de 1:4:8 (cimento portland, areia com granulometria média e seixo ou brita fina no 1). Essa camada impermeabilizadora deverá ser devidamente nivelada e dotada de juntas de dilatação plástica executadas em quadros com dimensões médias de 1,50 x 1,50 m. Tal camada deverá ser regularizada com uma camada de argamassa, com acabamento superficial em cimentado áspero esponjado, com espessura média de 2 cm; dosada no traço volumétrico de 1:4 (cimento portland e areia com granulometria média);

c) **CONFORMAÇÃO** As faixas das calçadas para pedestres deverão ser configuradas, internamente, pelas linhas de guias (meio-fios / sarjetas) limitadoras da pavimentação em asfalto; e externamente pelas bordas das placas em concreto simples. Essas calçadas deverão apresentar declividades transversais, da pavimentação acabada, de 2% (20 mm/m), a partir da borda externa para as bordas adjacentes às guias (meio-fios / sarjetas); e declividades longitudinais, da pavimentação acabada, obedecendo à conformação altimétrica superficial das guias (meio-fios / sarjetas). Em todos os cruzamentos de vias e nos inícios e términos destas; as calçadas para pedestres deverão ser dotadas de rebaixos com padronização adequada à execução de rampas de acesso p/ usuários de cadeira de rodas e portadores de necessidades especiais. As rampas deverão ser executadas com as mesmas características das calçadas para pedestres.

A rampa de acesso deverá ser executada em concreto com espessura mínima de 0,07m (sete centímetros) sobre lastro de brita apiloado com 0,05m (cinco centímetros) de espessura. As dimensões, o posicionamento e o alinhamento da rampa deverão seguir rigorosamente os valores definidos em projeto e aprovados pela FISCALIZAÇÃO. O piso podotátil deverá ser assentado sobre o piso da rampa de concreto regularizado de forma que sua espessura fique embutida no



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO

CNPJ: 34.887.950/0001-00



concreto e somente as saliências se projetem acima da superfície da rampa. O posicionamento do assentamento do piso podotátil deverá seguir aquele definido em projeto e aprovado pela FISCALIZAÇÃO. As peças deverão ser selecionadas e descartadas as defeituosas e danificadas. Se forem assentadas com argamassa de cimento e areia, as peças deverão ser previamente deixadas imersas em água limpa, por um período mínimo de 24 (vinte e quatro) horas, caso sejam assentadas com argamassa colante pré-fabricada esse procedimento não será necessário.

As juntas do piso podotátil deverão ser preenchidas após 72 horas de seu assentamento, com pasta de cimento, com adição de corante (se for o caso) ou com argamassa de rejuntamento industrializada, perfeitamente alinhadas, as quais não poderão ser superiores a 5mm e nem inferiores a 1mm. A perfeita fixação dos pisos deverá ser verificada após a pega da argamassa, por meio de percussão, devendo ser substituídas as peças que não estiverem perfeitamente aderidas ou com defeito

MEIO FIO CONJUGADO COM SARJETA (TRECHO RETO)

Os meios-fios serão construídos “in loco” o concreto a ser utilizado deverá ser preparado de acordo com o prescrito na norma ABNT NBR – 6118 / 2014 dosado para uma resistência característica a compressão mínima aos 28 dias de 15 MPa. As guias e sarjeta deverão ser executadas nas dimensões indicadas em projeto.

As construções das guias deverão seguir o processo executivo com emprego de fôrmas comuns ou deslizantes, desenvolvendo-se as seguintes etapas:

Escavação da porção anexa ao bordo do pavimento, obedecendo aos alinhamentos, cotas e dimensões indicadas no desenho de projeto de drenagem;

Execução de base de brita para regularização e apoio dos meios-fios;

Instalação de fôrma na parte anterior e posterior do dispositivo;

Lançamento e vibração do concreto;

Retirada das guias e das fôrmas laterais;

Preenchimento das juntas com argamassa de cimento e areia com proporção volumétrica 1:3;

Todo material excedente de escavação, ou sobras, deverá ser removido das proximidades dos dispositivos, evitando-se o entupimento, cuidando-se ainda que este material não seja conduzido para os cursos d'água.



MEIO FIO CONJUGADO COM SARJETA (TRECHO CURVO).

Os meios-fios serão construídos “in loco” o concreto a ser utilizado deverá ser preparado de acordo com o prescrito na norma ABNT NBR – 6118 / 2014 dosado para uma resistência característica a compressão mínima aos 28 dias de 15 MPa. As guias e sarjeta deverão ser executadas nas dimensões indicadas em projeto.

As construções das guias deverão seguir o processo executivo com emprego de fôrmas curvas, desenvolvendo-se as seguintes etapas:

Escavação da porção anexa ao bordo do pavimento, obedecendo aos alinhamentos, cotas e dimensões indicadas no desenho de projeto de drenagem;

Execução de base de brita para regularização e apoio dos meios-fios;

Instalação de fôrma na parte anterior e posterior do dispositivo;

Lançamento e vibração do concreto;

Retirada das guias e das fôrmas laterais;

Preenchimento das juntas com argamassa de cimento e areia com proporção volumétrica 1:3;

Todo material excedente de escavação, ou sobras, deverá ser removido das proximidades dos dispositivos, evitando-se o entupimento, cuidando-se ainda que este material não seja conduzido para os cursos d'água.



LIMPEZA GERAL, SERVIÇOS FINAIS E ENTREGA DA OBRA

O recebimento da obra somente será efetivado quando for constatado pela Contratante, que a mesma se encontra limpa, livre de resíduos, acessos desobstruídos, bota-fora perfeitamente espalhado e nivelado.

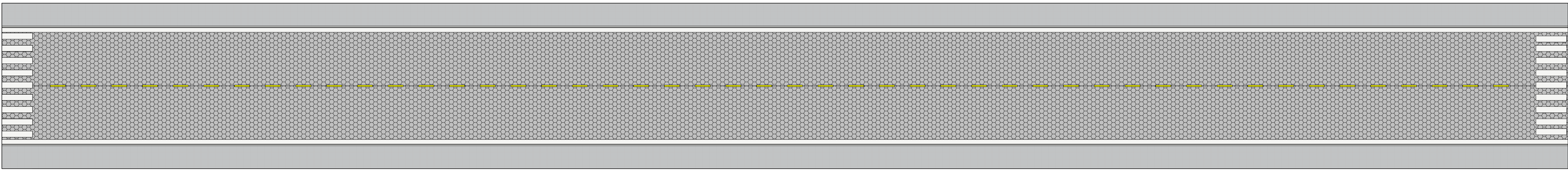
Na limpeza final deverá ser removida qualquer sujeira ou mancha que existirem, tendo para isso que a Contratada use produtos e ferramentas adequadas e mão-de-obra orientada e treinada para este tipo de serviço.

**ALLAN JOHNNYS
DANTAS
CARDOSO:0730862798
5**

Assinado de forma digital por
ALLAN JOHNNYS DANTAS
CARDOSO:07308627985
Dados: 2024.03.22 10:30:53
-03'00'

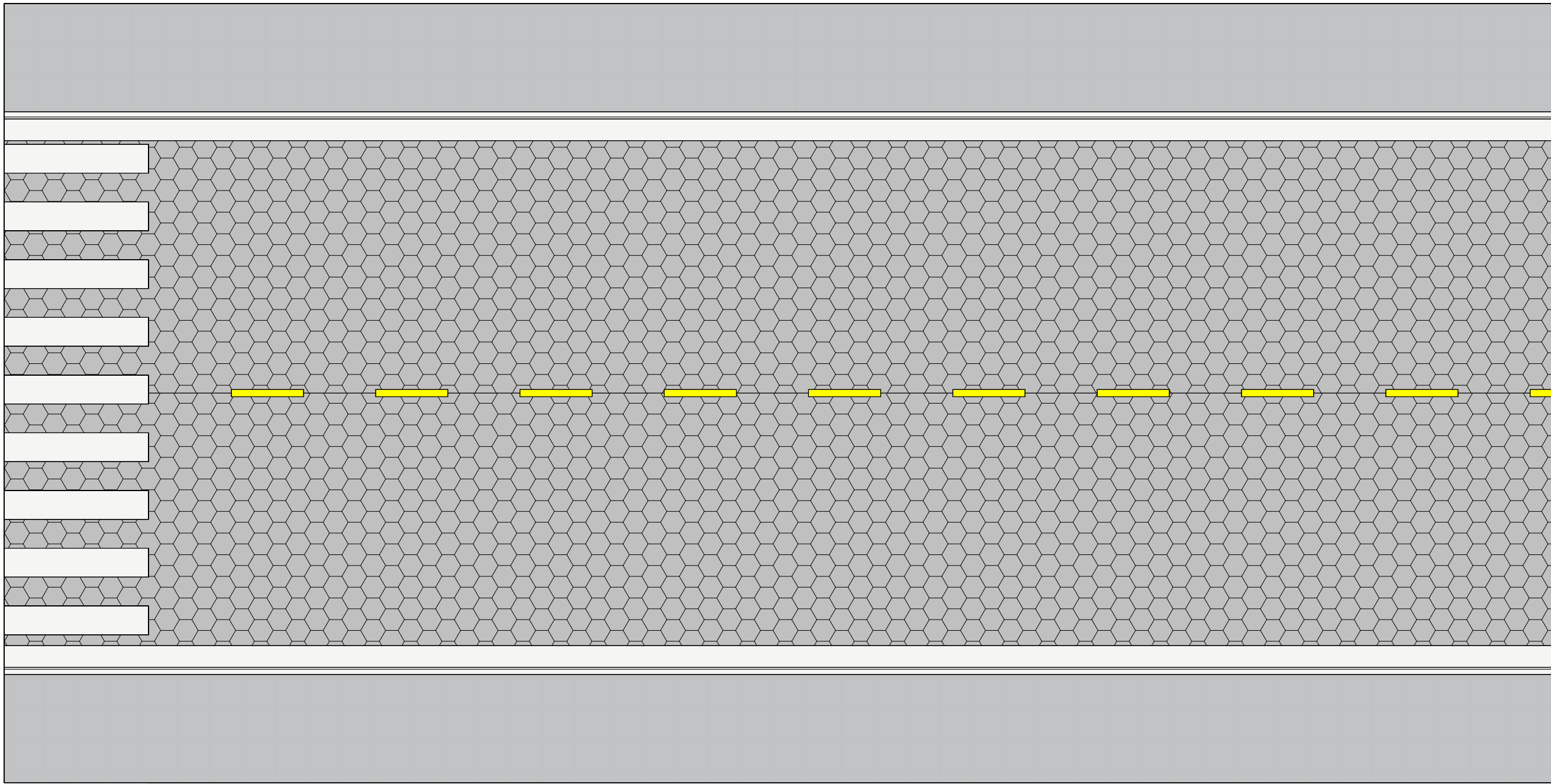
ALLAN JOHNNYS DANTAS CARDOSO
Engenheiro Civil
CREA-PA: 151712096-9
CPF: 073.086.279-86

198,00



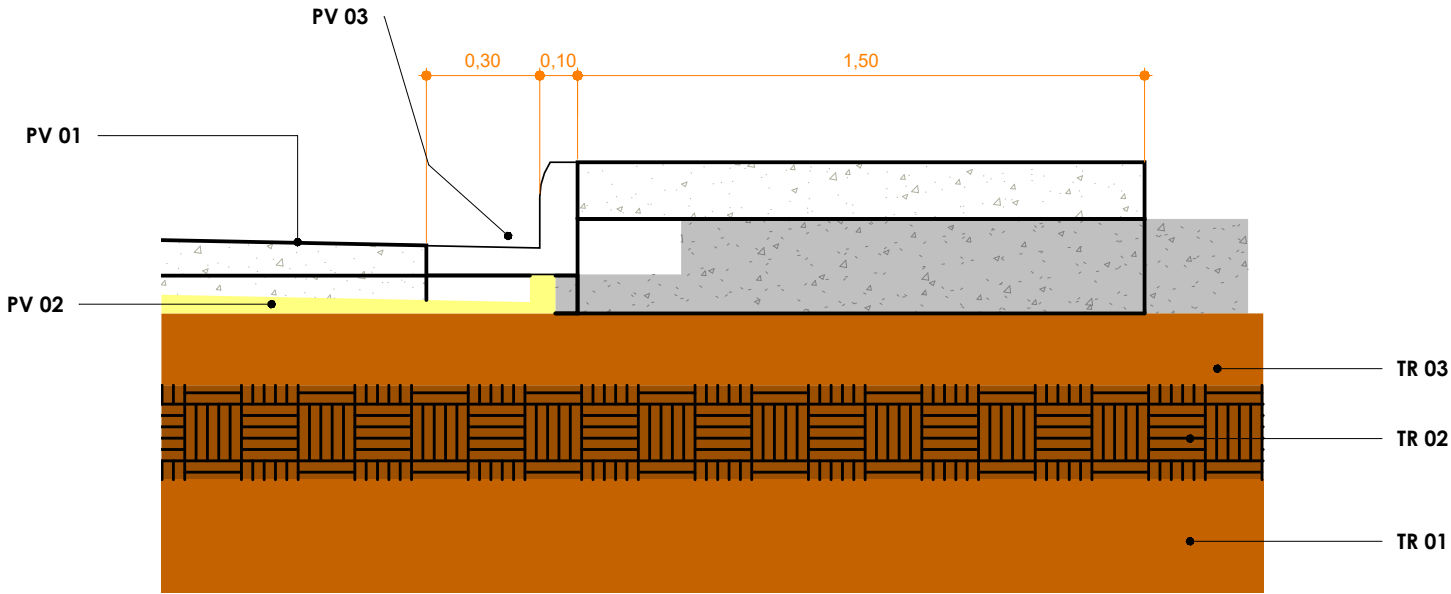
1 PLANTA BAIXA -TÉRREO

ESCALA - 1 : 130



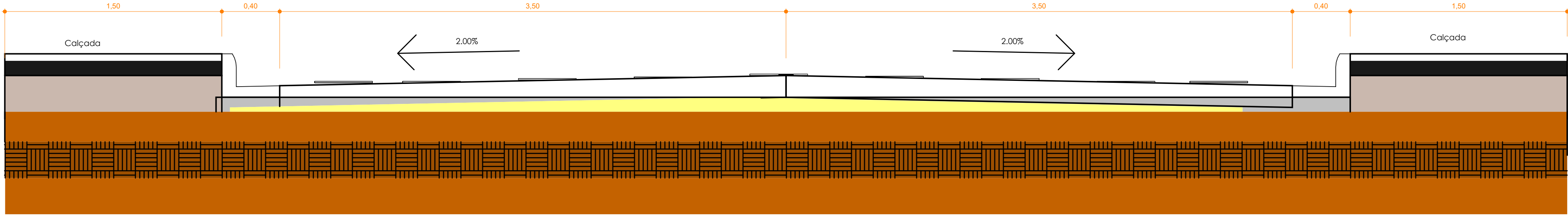
2 PLANTA BAIXA -TÉRREO - Chamada de detalhe 1

ESCALA - 1 : 62



4 DETALHE 02

ESCALA - 1 : 20



3 DETALHE 01


ESCALA - 1 : 20

TERRAPLENAGEM	
TR01	LEITO NATURAL, onde ocorreu a primeira abertura em terreno natural, sem atendimento às normas Serviço existente e não computável na planilha orçamentária.
TR02	REGULARIZACAO DO SUBLEITO, incluindo serviços de compactacao com altura nao superior a 20cm / SINAPI 72961. Seguir recomendações da NBR 12.307/1991, mantendo uma capacidade minima de suporte - CBR ≥ 3% .
TR03	BASE e SUB BASE executada granulometricamente com materiais materiais constituídos de solos, mistura de solos, mistura de solos e materiais britados SINAPI: S 94387. Capacidade minima de suporte: 1) sub-base CBR ≥ 20%; 2) base CBR ≥ 60% .

PAVIMENTAÇÃO	
PV01	PAVIMENTO INTERTRAVADO - Fck/mín 35Mpa, com bloco sextavado 25 x 25 cm, espessura de 10 cm e rejuntamento em piche asfáltico SINAPI: S 92395 .
PV02	coção de areia para assentamento do pavimento intertravado, acompanhando a declividade da secção transversal prevista em projeto - i = 2%. Espessura da camada: 2 cm ≤ e ≤ 5 cm.
PV03	SARJETA TRIANGULAR em concreto estrutural - Fck/mín 35Mpa.
	PAVIMENTO INTERTRAVADO (intervenção Futura) - Fck/mín 35Mpa, com bloco sextavado 25 x 25 cm, espessura de 10 cm e rejuntamento em piche asfáltico Serviço a ser executado com serviços próprios da prefeitura.

Legenda

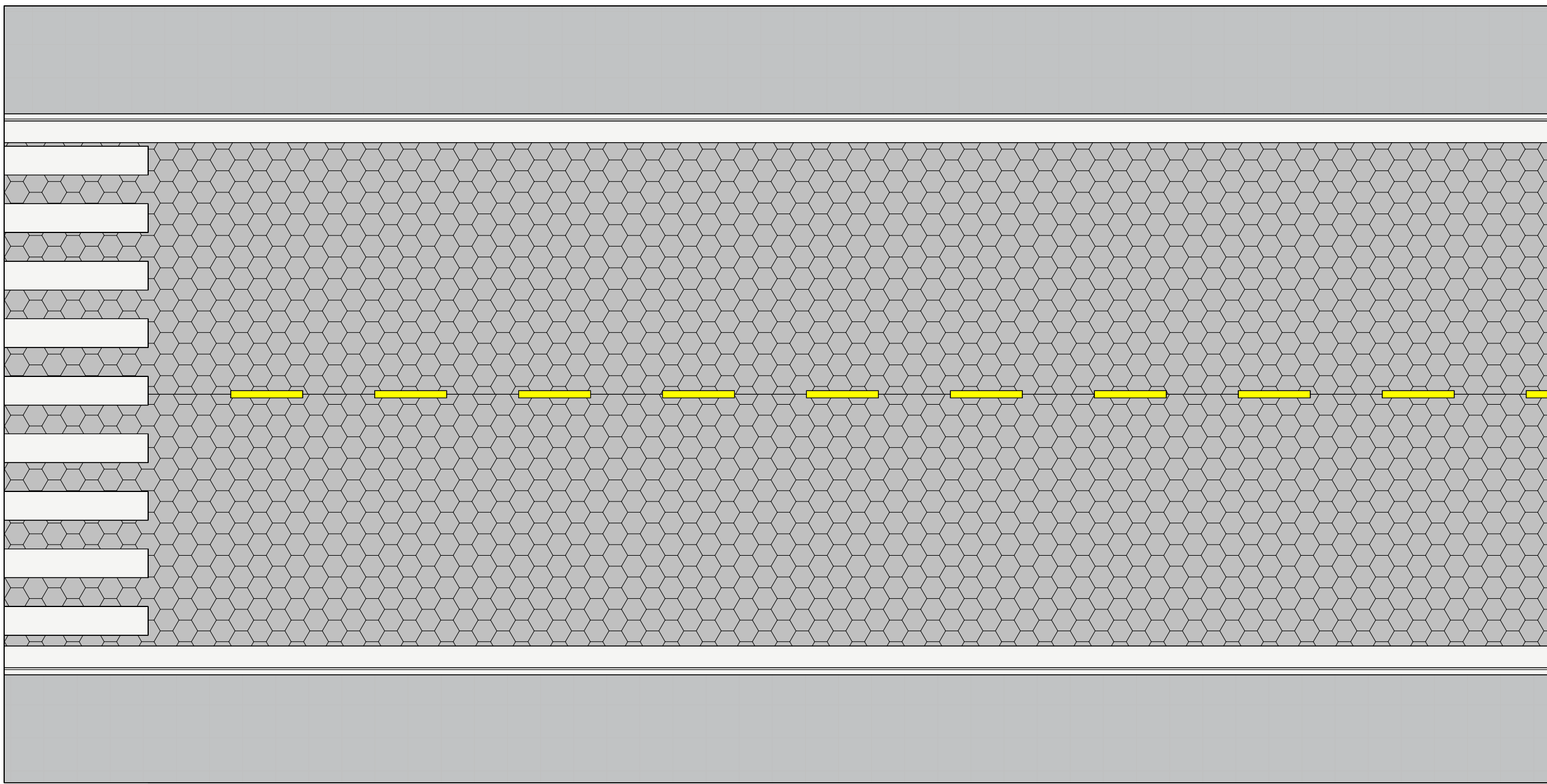
ESCALA - 1 : 50

	OBRA: BLOQUETEAMENTO (Rua 1ª Janeiro)		
	ENDEREÇO: BRASIL NOVO - PA		
	CLIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO		CPF: -
	ÁREA CONSTRUÍDA: 1386 m²	ÁREA DO TERRENO:	
RESP. TÉCNICO ALLAN JOHNNYS DANTAS CARDOSO CREA: 1517120969	ARQ. 01/01	PROJETO: ARQUITETÔNICO	ESCALA: INDICADA
		DATA: MARÇO/2024	REVISÃO:
		DESENHO: INDICADO	REVISÃO:
			DESENHO: PROJETO: CEZAR

189,00

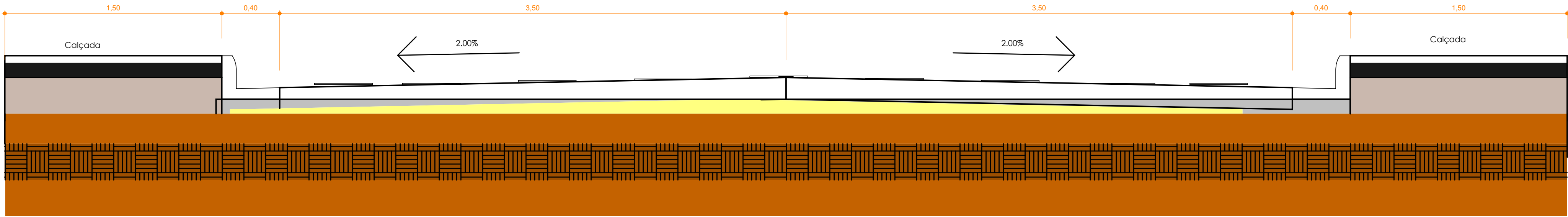
1 PLANTA BAIXA -TÉRREO

ESCALA - 1 : 130



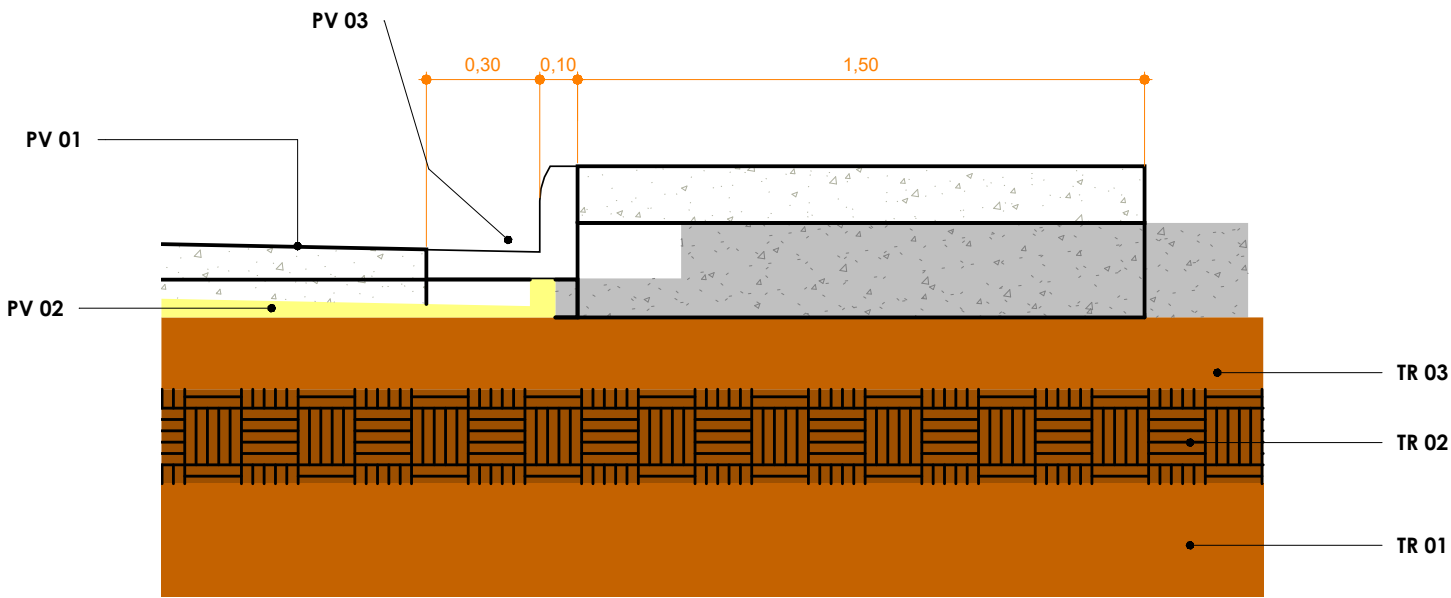
2 PLANTA BAIXA -TÉRREO - Chamada de detalhe 1

ESCALA - 1 : 62



3 DETALHE 01

ESCALA - 1 : 20



4 DETALHE 02

ESCALA - 1 : 20

TERRAPLENAGEM	
TR01	LEITO NATURAL, onde ocorreu a primeira abertura em terreno natural, sem atendimento às normas Serviço existente e não computável na planilha orçamentária.
TR02	REGULARIZACAO DO SUBLEITO, incluindo serviços de compactacao com altura nao superior a 20cm / SINAPI 72961. Seguir recomendações da NBR 12.307/1991, mantendo uma capacidade minima de suporte - CBR ≥ 3% .
TR03	BASE e SUB BASE executada granulometricamente com materiais materiais constituídos de solos, mistura de solos, mistura de solos e materiais britados SINAPI: S 94387. Capacidade minima de suporte: 1) sub-base CBR ≥ 20%; 2) base CBR ≥ 60% .

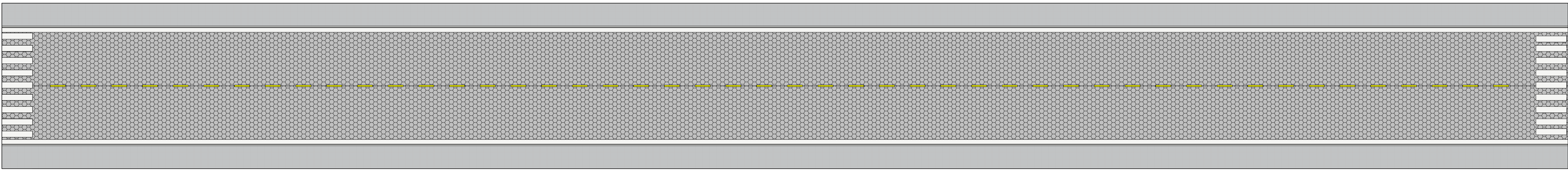
PAVIMENTAÇÃO	
PV01	PAVIMENTO INTERTRAVADO - Fck/mín 35Mpa, com bloco sextavado 25 x 25 cm, espessura de 10 cm e rejuntamento em piche asfáltico SINAPI: S 92395 .
PV02	coção de areia para assentamento do pavimento intertravado, acompanhando a declividade da secção transversal prevista em projeto - i = 2%. Espessura da camada: 2 cm ≤ e ≤ 5 cm.
PV03	SARJETA TRIANGULAR em concreto estrutural - Fck/mín 35Mpa.
	PAVIMENTO INTERTRAVADO (intervenção Futura) - Fck/mín 35Mpa, com bloco sextavado 25 x 25 cm, espessura de 10 cm e rejuntamento em piche asfáltico Serviço a ser executado com serviços próprios da prefeitura.

Legenda

ESCALA - 1 : 50

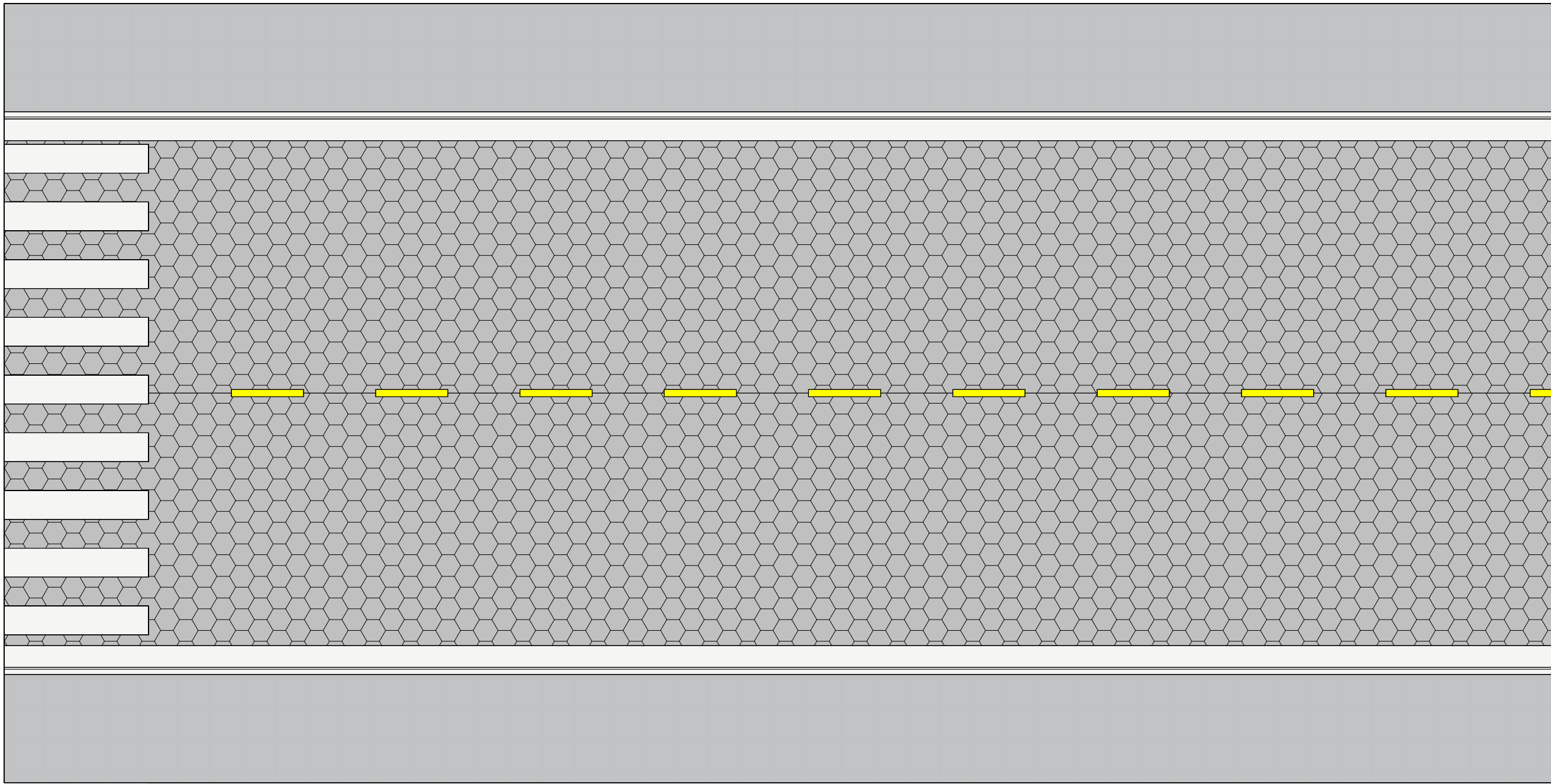
	OBRA: BLOQUETEAMENTO (Alameda Polivalente)	
	ENDEREÇO: BRASIL NOVO - PA	
	CLIENTE: PREFEITURA MUCIPAL DE BRASIL NOVO	CPF: -
	ÁREA CONSTRUIDA: 1323 m²	ÁREA DO TERRENO: -
RESP. TÉCNICO: ALLAN JOHNNYS DANTAS CARDOSO CREA: 1517120969	ARQ. 01/01	PROJETO: ARQUITETÔNICO
		DESENHO: INDICADO
		ESCALA: INDICADA
		DATA: MARÇO/2024
		REVISÃO: -
		DESENHO: PROJETO: CEZAR

118,30



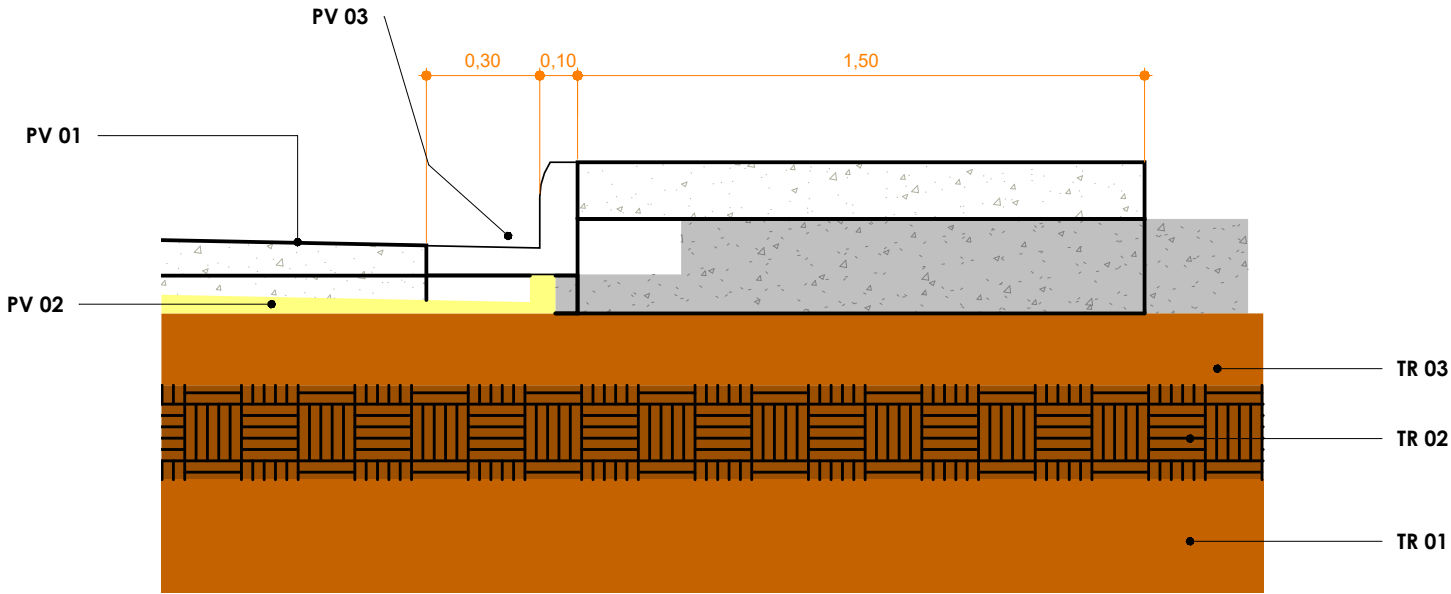
1 PLANTA BAIXA -TÉRREO

ESCALA - 1 : 130



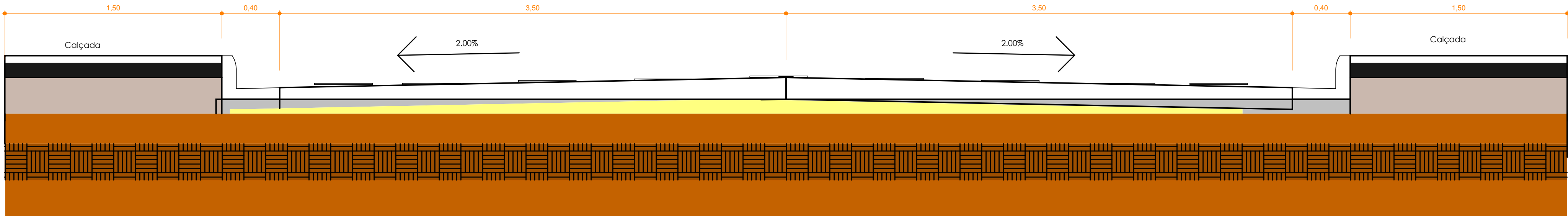
2 PLANTA BAIXA -TÉRREO - Chamada de detalhe 1

ESCALA - 1 : 62



4 DETALHE 02

ESCALA - 1 : 20



3 DETALHE 01


ESCALA - 1 : 20

TERRAPLENAGEM	
TR01	LEITO NATURAL, onde ocorreu a primeira abertura em terreno natural, sem atendimento às normas Serviço existente e não computável na planilha orçamentária.
TR02	REGULARIZACAO DO SUBLEITO, incluindo serviços de compactacao com altura nao superior a 20cm / SINAPI 72961. Seguir recomendações da NBR 12.307/1991, mantendo uma capacidade minima de suporte - CBR ≥ 3% .
TR03	BASE e SUB BASE executada granulometricamente com materiais materiais constituídos de solos, mistura de solos, mistura de solos e materiais britados SINAPI: S 94387. Capacidade minima de suporte: 1) sub-base CBR ≥ 20%; 2) base CBR ≥ 60% .

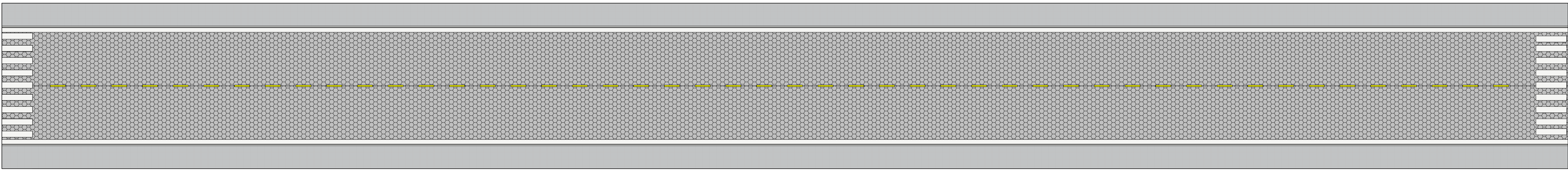
PAVIMENTAÇÃO	
PV01	PAVIMENTO INTERTRAVADO - Fck/mín 35Mpa, com bloco sextavado 25 x 25 cm, espessura de 10 cm e rejuntamento em piche asfáltico SINAPI: S 92395 .
PV02	coção de areia para assentamento do pavimento intertravado, acompanhando a declividade da secção transversal prevista em projeto - i = 2%. Espessura da camada: 2 cm ≤ e ≤ 5 cm.
PV03	SARJETA TRIANGULAR em concreto estrutural - Fck/mín 35Mpa.
	PAVIMENTO INTERTRAVADO (intervenção Futura) - Fck/mín 35Mpa, com bloco sextavado 25 x 25 cm, espessura de 10 cm e rejuntamento em piche asfáltico Serviço a ser executado com serviços próprios da prefeitura.

Legenda

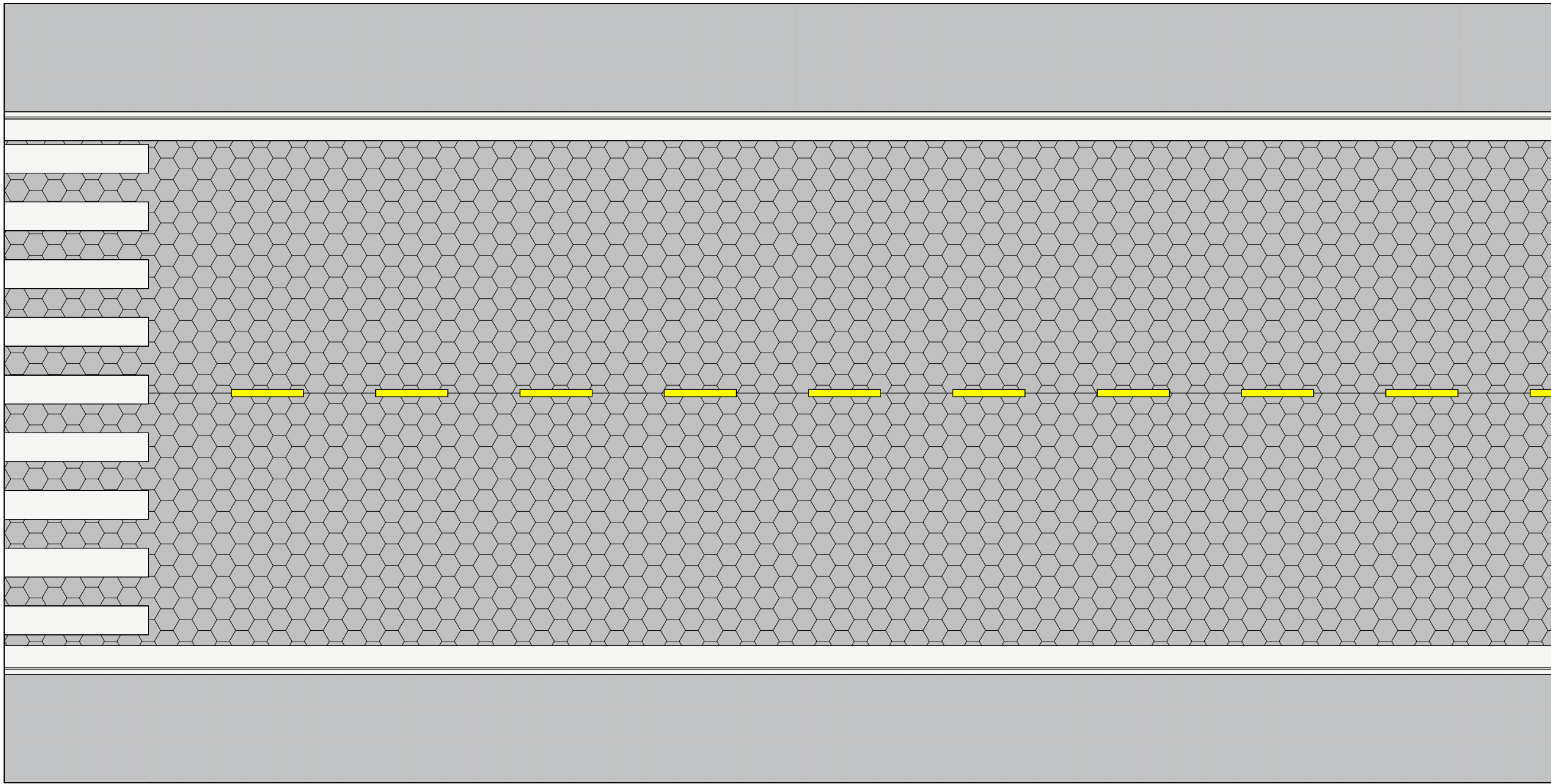
ESCALA - 1 : 50

 PREFEITURA DE BRASIL NOVO UNIDADE, FORÇA E TRABALHO	OBRA: BLOQUETEAMENTO (Rua Antônio Lorenzoni)		ESCALA: INDICADA	
	ENDEREÇO: BRASIL NOVO - PA		DATA: MARÇO/2024	
	CLIENTE: PREFEITURA MUCIPAL DE BRASIL NOVO		REVISÃO:	
	ÁREA CONSTRUÍDA: 828,1m²		DESENHO: INDICADO	
RESP. TÉCNICO: ALAN JOHNNYS DANTAS CARDOSO CREA: 1517120969		PROJETO: ARQUITETÔNICO		DESENHO: CEZAR

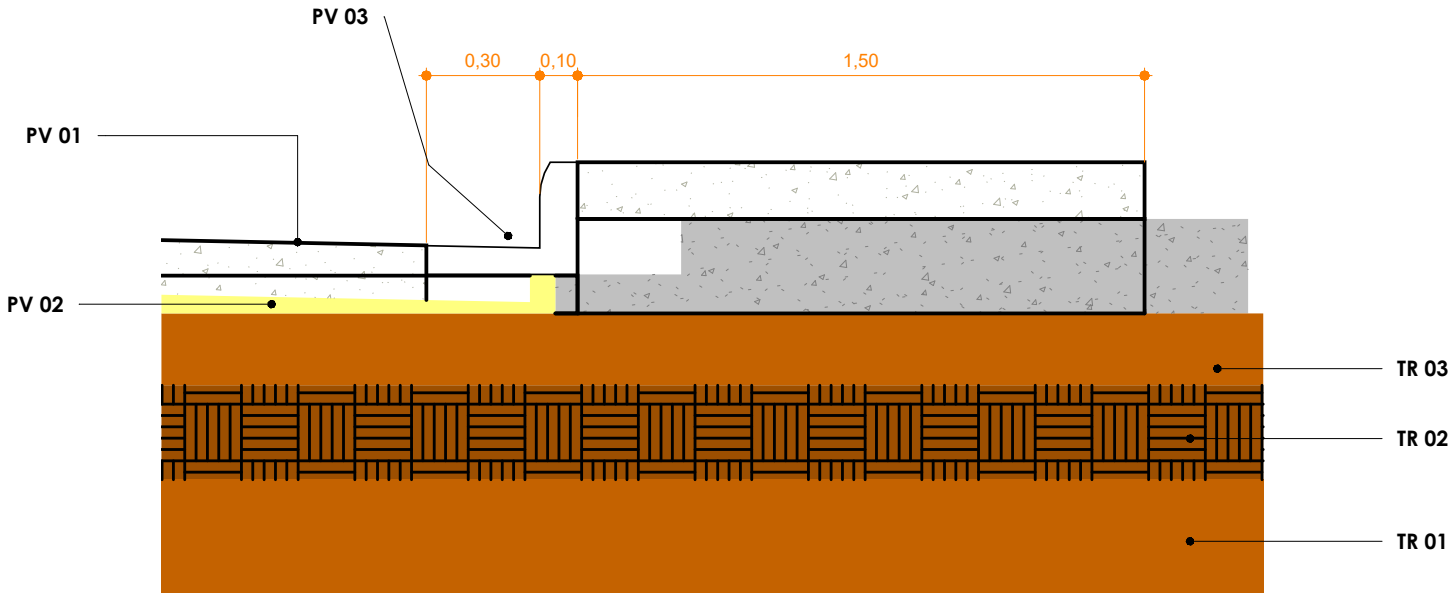
114,89



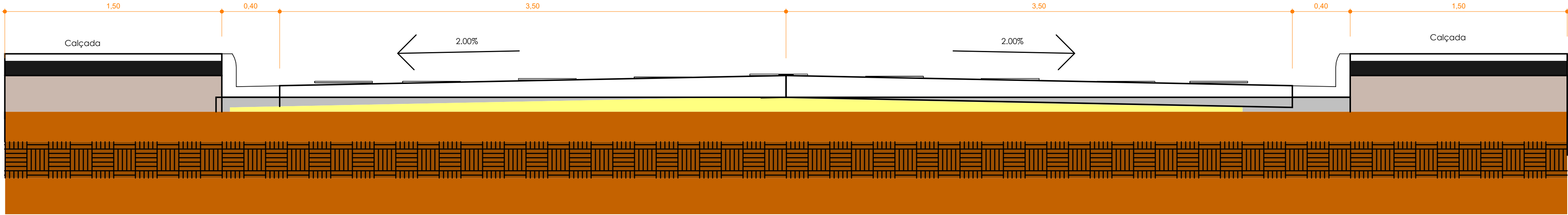
1 PLANTA BAIXA -TÉRREO
ESCALA - 1 : 130



2 PLANTA BAIXA -TÉRREO - Chamada de detalhe 1
ESCALA - 1 : 62



4 DETALHE 02
ESCALA - 1 : 20




3 DETALHE 01
ESCALA - 1 : 20

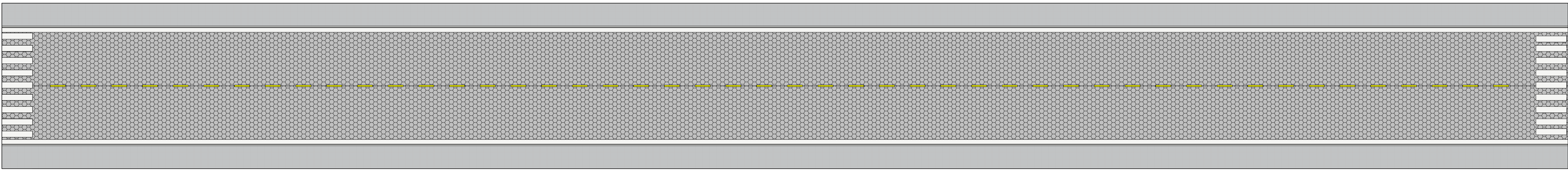
TERRAPLENAGEM	
TR01	LEITO NATURAL, onde ocorreu a primeira abertura em terreno natural, sem atendimento às normas Serviço existente e não computável na planilha orçamentária.
TR02	REGULARIZACAO DO SUBLEITO, incluindo serviços de compactacao com altura nao superior a 20cm / SINAPI 72961. Segur recomendações da NBR 12.307/1991, mantendo uma capacidade minima de suporte - CBR ≥ 3% .
TR03	BASE e SUB BASE executada granulometricamente com materiais materiais constituídos de solos, mistura de solos, mistura de solos e materiais britados SINAPI: S 94387. Capacidade minima de suporte: 1) sub-base CBR ≥ 20%; 2) base CBR ≥ 60% .

PAVIMENTAÇÃO	
PV01	PAVIMENTO INTERTRAVADO - Fck/mín 35Mpa, com bloco sextavado 25 x 25 cm, espessura de 10 cm e rejuntamento em piche asfáltico SINAPI: S 92395 .
PV02	coção de areia para assentamento do pavimento intertravado, acompanhando a declividade da secção transversal prevista em projeto - i = 2%. Espessura da camada: 2 cm ≤ e ≤ 5 cm.
PV03	SARJETA TRIANGULAR em concreto estrutural - Fck/mín 35Mpa.
	PAVIMENTO INTERTRAVADO (intervenção Futura) - Fck/mín 35Mpa, com bloco sextavado 25 x 25 cm, espessura de 10 cm e rejuntamento em piche asfáltico Serviço a ser executado com serviços próprios da prefeitura.

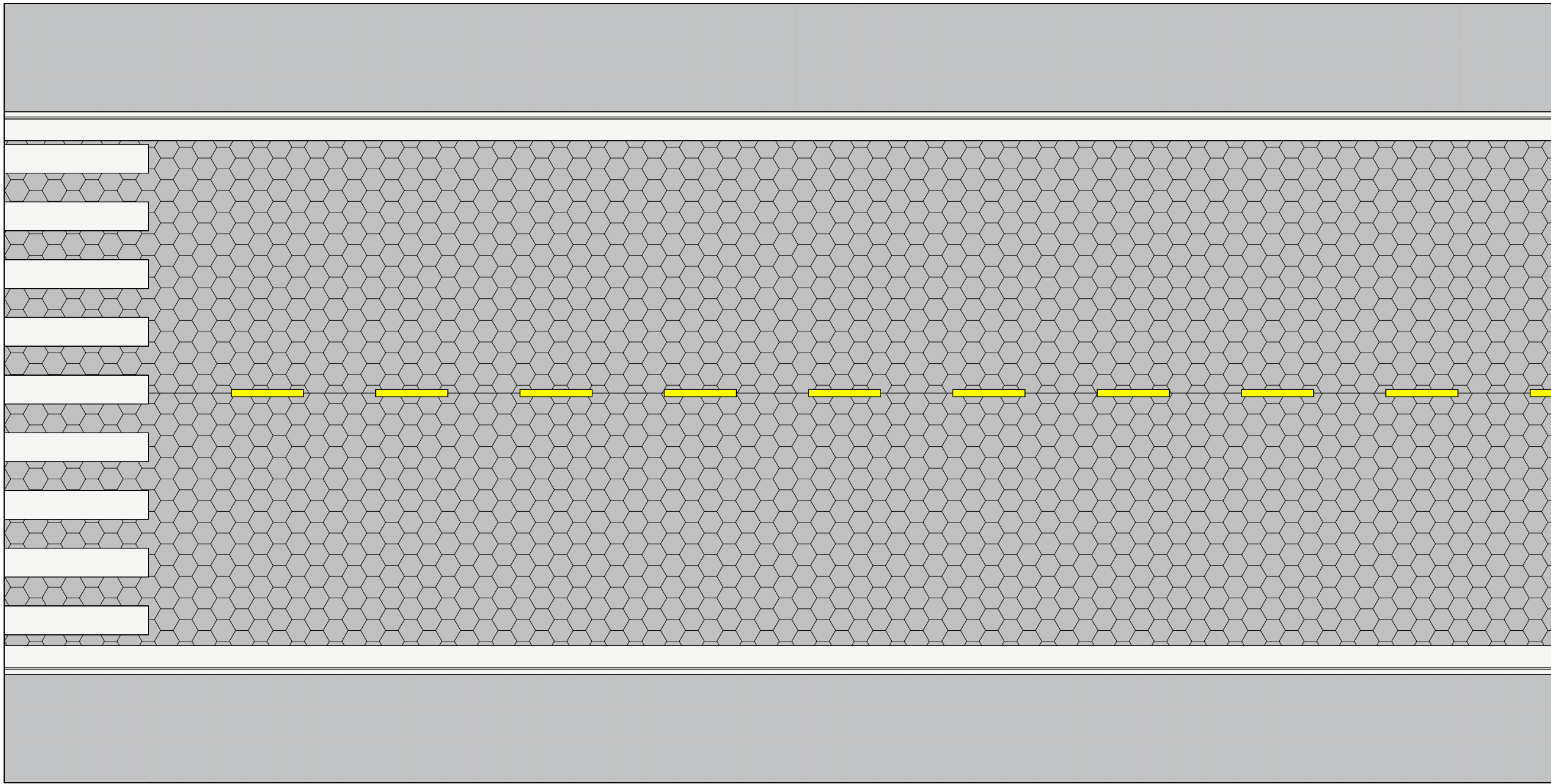
Legenda
ESCALA - 1 : 50

 PREFEITURA DE BRASIL NOVO UNião, Força e Trabalho	OBRA: BLOQUETEAMENTO (Rua Bernardo Felix de Medeiros)		
	ENDEREÇO: BRASIL NOVO - PA		
	CLIENTE: PREFEITURA MUCIPAL DE BRASIL NOVO		CPF: -
	ÁREA CONSTRUÍDA: 804.23m²	ÁREA DO TERRENO:	
RESP. TÉCNICO ALLAN JOHNNYS DANTAS CARDOSO CREA: 1517120969	ARQ. 01/01	PROJETO: ARQUITETÔNICO	ESCALA: INDICADA
		DATA: MARÇO/2024	REVISÃO:
		DESENHO: INDICADO	DESENHO: CEZAR

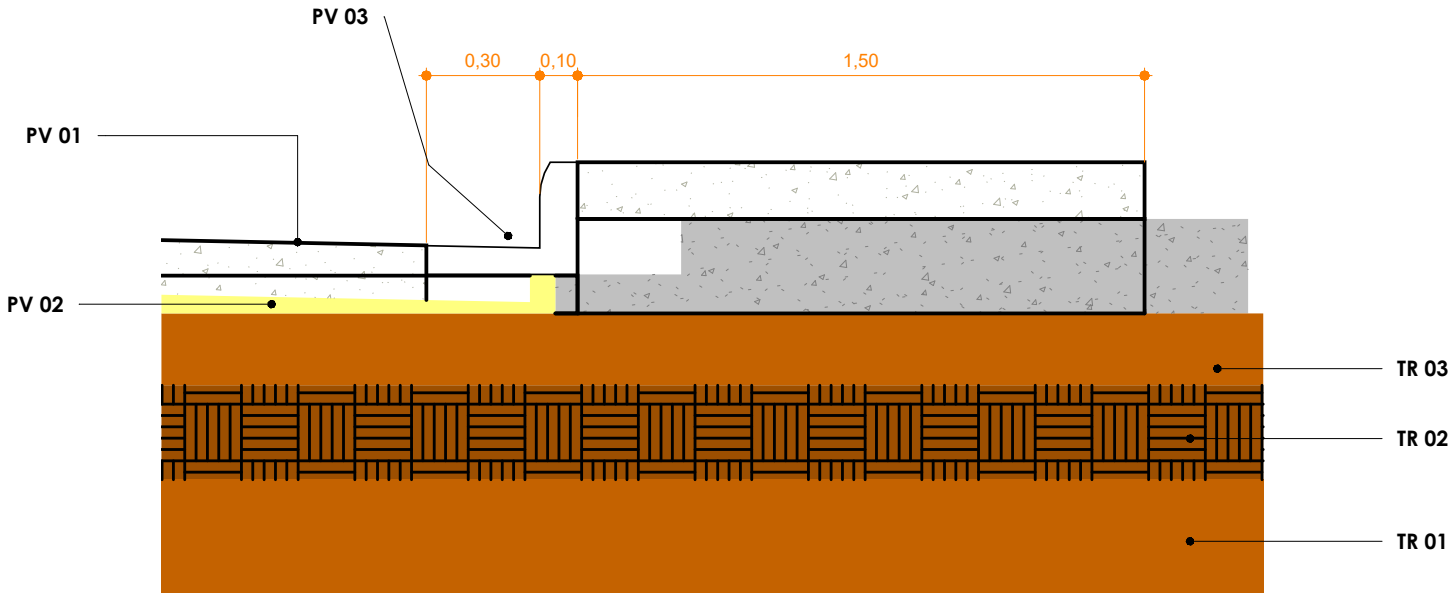
115,50



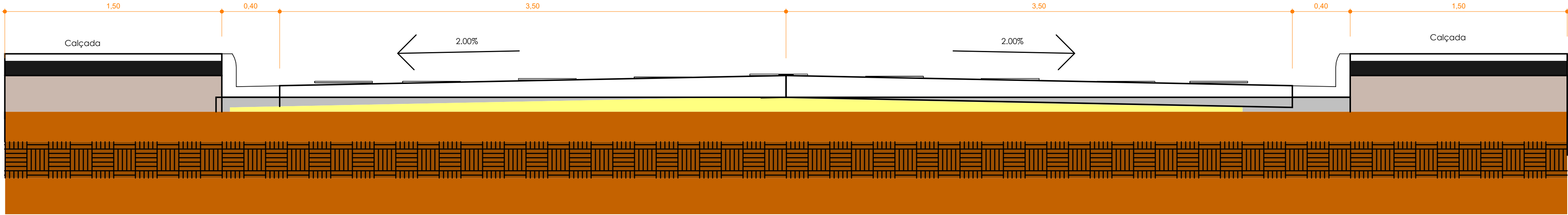
1 PLANTA BAIXA -TÉRREO
ESCALA - 1 : 130



2 PLANTA BAIXA -TÉRREO - Chamada de detalhe 1
ESCALA - 1 : 62



4 DETALHE 02
ESCALA - 1 : 20




3 DETALHE 01
ESCALA - 1 : 20

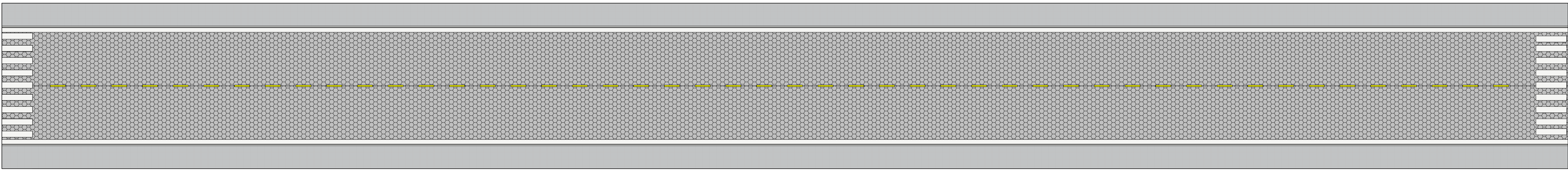
TERRAPLENAGEM	
TR01	LEITO NATURAL, onde ocorreu a primeira abertura em terreno natural, sem atendimento às normas Serviço existente e não computável na planilha orçamentária.
TR02	REGULARIZACAO DO SUBLEITO, incluindo serviços de compactacao com altura nao superior a 20cm / SINAPI 72961. Seguir recomendações da NBR 12.307/1991, mantendo uma capacidade minima de suporte - CBR ≥ 3% .
TR03	BASE e SUB BASE executada granulometricamente com materiais materiais constituídos de solos, mistura de solos, mistura de solos e materiais britados SINAPI: S 94387. Capacidade minima de suporte: 1) sub-base CBR ≥ 20%; 2) base CBR ≥ 60% .

PAVIMENTAÇÃO	
PV01	PAVIMENTO INTERTRAVADO - Fck/mín 35Mpa, com bloco sextavado 25 x 25 cm, espessura de 10 cm e rejuntamento em piche asfáltico SINAPI: S 92395 .
PV02	coção de areia para assentamento do pavimento intertravado, acompanhando a declividade da secção transversal prevista em projeto - i = 2%. Espessura da camada: 2 cm ≤ e ≤ 5 cm.
PV03	SARJETA TRIANGULAR em concreto estrutural - Fck/mín 35Mpa.
	PAVIMENTO INTERTRAVADO (intervenção Futura) - Fck/mín 35Mpa, com bloco sextavado 25 x 25 cm, espessura de 10 cm e rejuntamento em piche asfáltico Serviço a ser executado com serviços próprios da prefeitura.

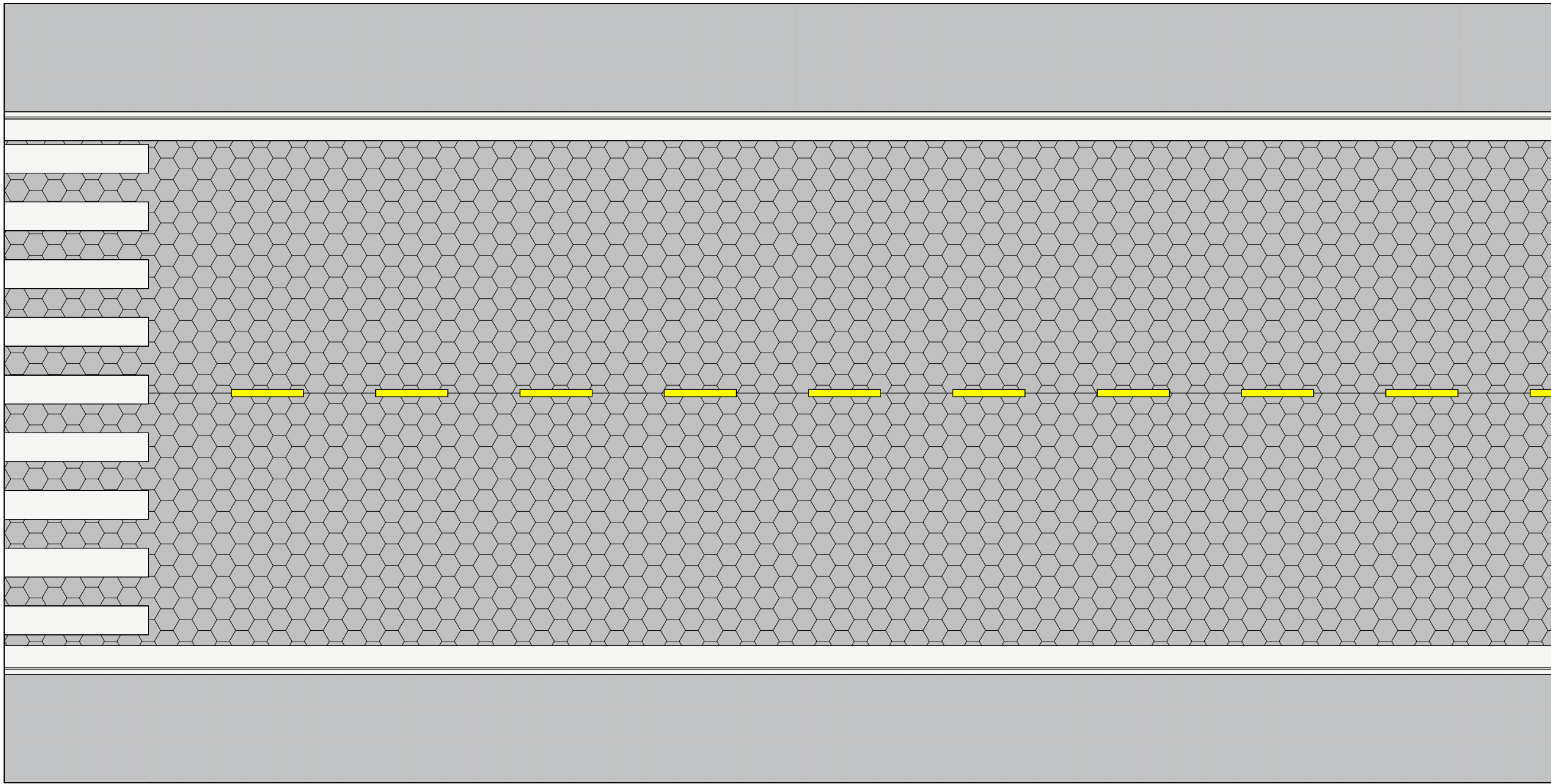
Legenda
ESCALA - 1 : 50

 <div>RES.P. TÉCNICO ALAN JOHNNYS DANTAS CARDOSO CREA: 1517120969</div>	OBRA: BLOQUETEAMENTO (Rua Carmosina de Freitas)		
	ENDEREÇO: BRASIL NOVO - PA		
	CLIENTE: PREFEITURA MUCIPAL DE BRASIL NOVO		CPF: -
	ÁREA CONSTRUÍDA: 808,5m²	ÁREA DO TERRENO:	
ARQ. 01/01	PROJETO: ARQUITETÔNICO		ESCALA: INDICADA
	DESENHO: INDICADO		DATA: MARÇO/2024
			REVISÃO:
			DESENHO PROJETO: CEZAR

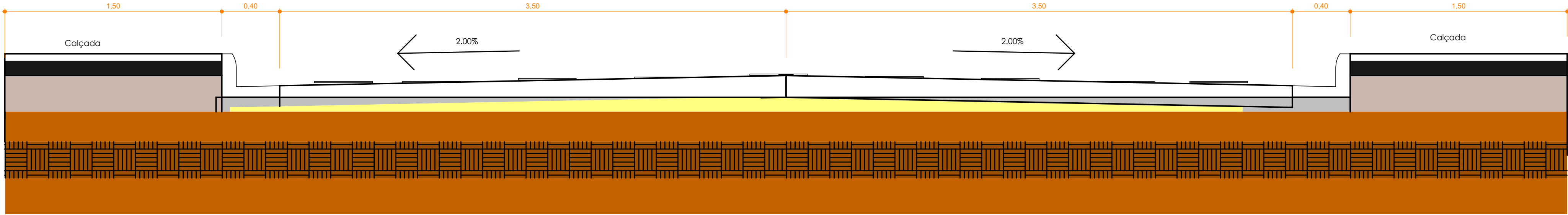
118,30



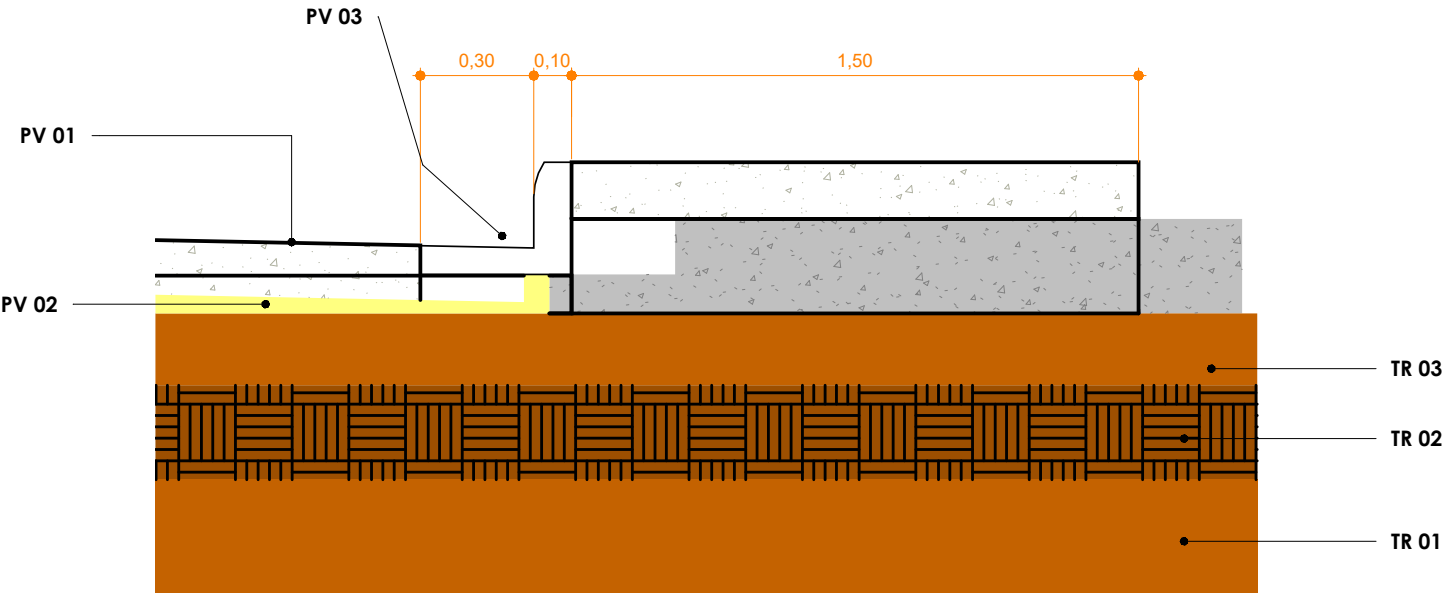
1 PLANTA BAIXA -TÉRREO
ESCALA - 1 : 130



2 PLANTA BAIXA -TÉRREO - Chamada de detalhe 1
ESCALA - 1 : 62



3 DETALHE 01
ESCALA - 1 : 20




4 DETALHE 02
ESCALA - 1 : 20

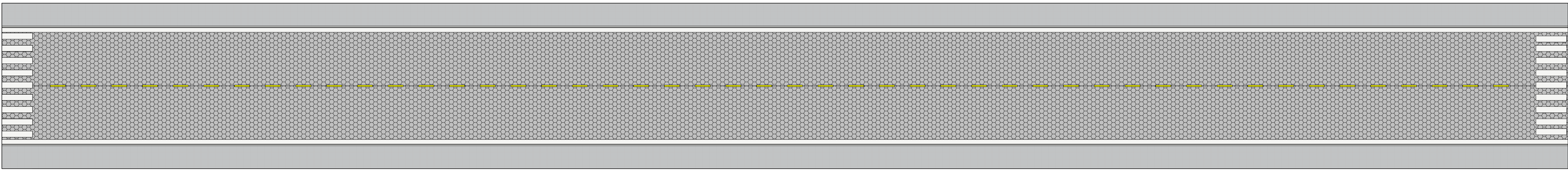
TERRAPLENAGEM	
TR01	LEITO NATURAL, onde ocorreu a primeira abertura em terreno natural, sem atendimento às normas Serviço existente e não computável na planilha orçamentária.
TR02	REGULARIZACAO DO SUBLEITO, incluindo serviços de compactacao com altura nao superior a 20cm / SINAPI 72961. Seguir recomendações da NBR 12.307/1991, mantendo uma capacidade minima de suporte - CBR ≥ 3% .
TR03	BASE e SUB BASE executada granulometricamente com materiais materiais constituídos de solos, mistura de solos, mistura de solos e materiais britados SINAPI: S 94387. Capacidade minima de suporte: 1) sub-base CBR ≥ 20%; 2) base CBR ≥ 60% .

PAVIMENTAÇÃO	
PV01	PAVIMENTO INTERTRAVADO - Fck/mín 35Mpa, com bloco sextavado 25 x 25 cm, espessura de 10 cm e rejuntamento em piche asfáltico SINAPI: S 92395 .
PV02	coção de areia para assentamento do pavimento intertravado, acompanhando a declividade da secção transversal prevista em projeto - i = 2%. Espessura da camada: 2 cm ≤ e ≤ 5 cm.
PV03	SARJETA TRIANGULAR em concreto estrutural - Fck/mín 35Mpa.
	PAVIMENTO INTERTRAVADO (intervenção Futura) - Fck/mín 35Mpa, com bloco sextavado 25 x 25 cm, espessura de 10 cm e rejuntamento em piche asfáltico Serviço a ser executado com serviços próprios da prefeitura.

Legenda
ESCALA - 1 : 50

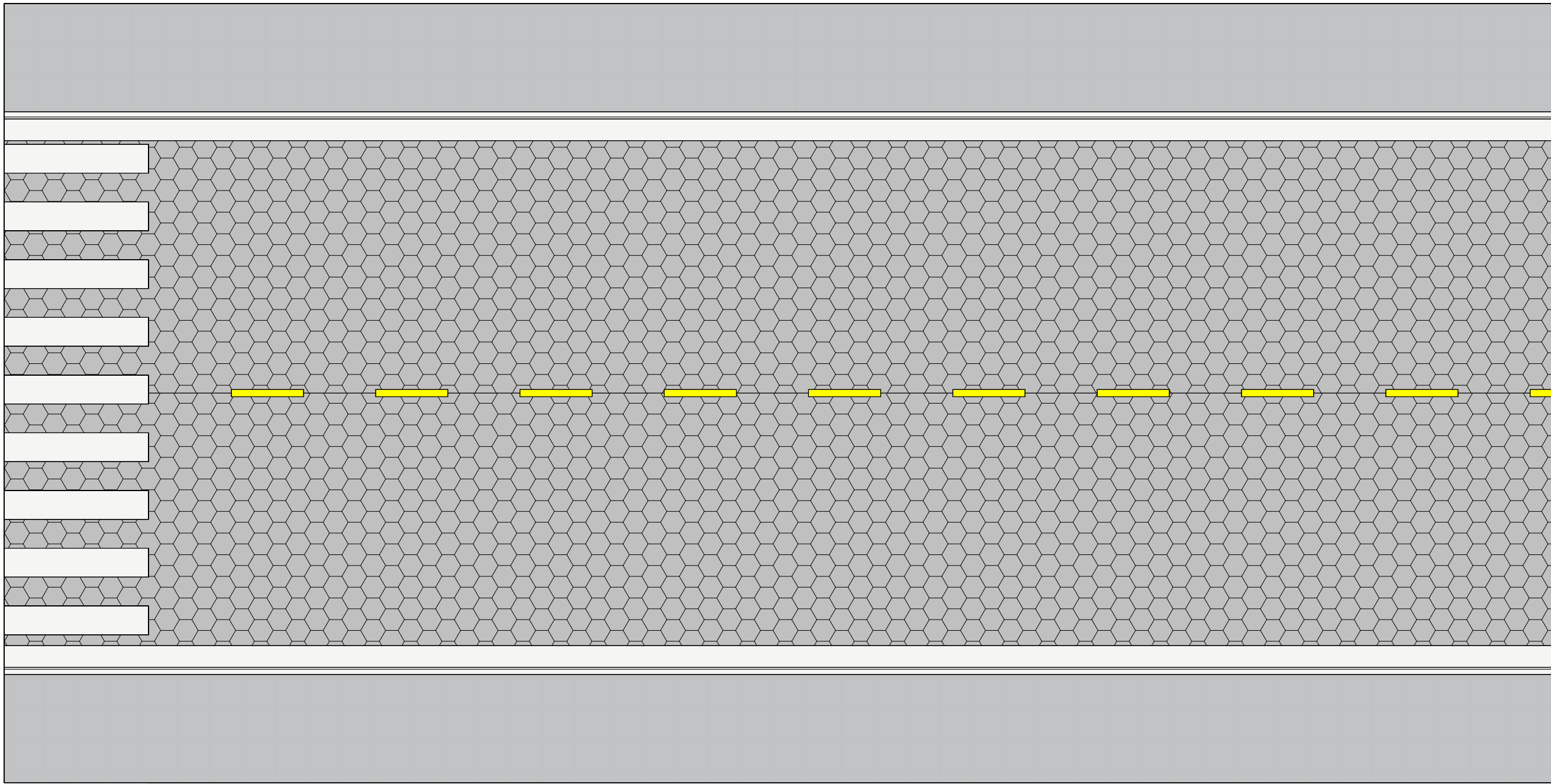
 PREFEITURA DE BRASIL NOVO UNIDADE, FORÇA E TRABALHO	OBRA: BLOQUETEAMENTO (Rua Ernesto Almeida)	
	ENDEREÇO: BRASIL NOVO - PA	
	CLIENTE: PREFEITURA MUCIPAL DE BRASIL NOVO	CPF: -
	ÁREA CONSTRUÍDA: 828,1m²	ÁREA DO TERRENO:
RESP. TÉCNICO ALAN JOHNNYS DANTAS CARDOSO CREA: 1517120969	ARQ. 01/01	PROJETO: ARQUITETÔNICO
		DESENHO: INDICADO
		ESCALA: INDICADA
		DATA: MARÇO/2024
		REVISÃO:
		DESENHO, PROJETO: CEZAR

111,62



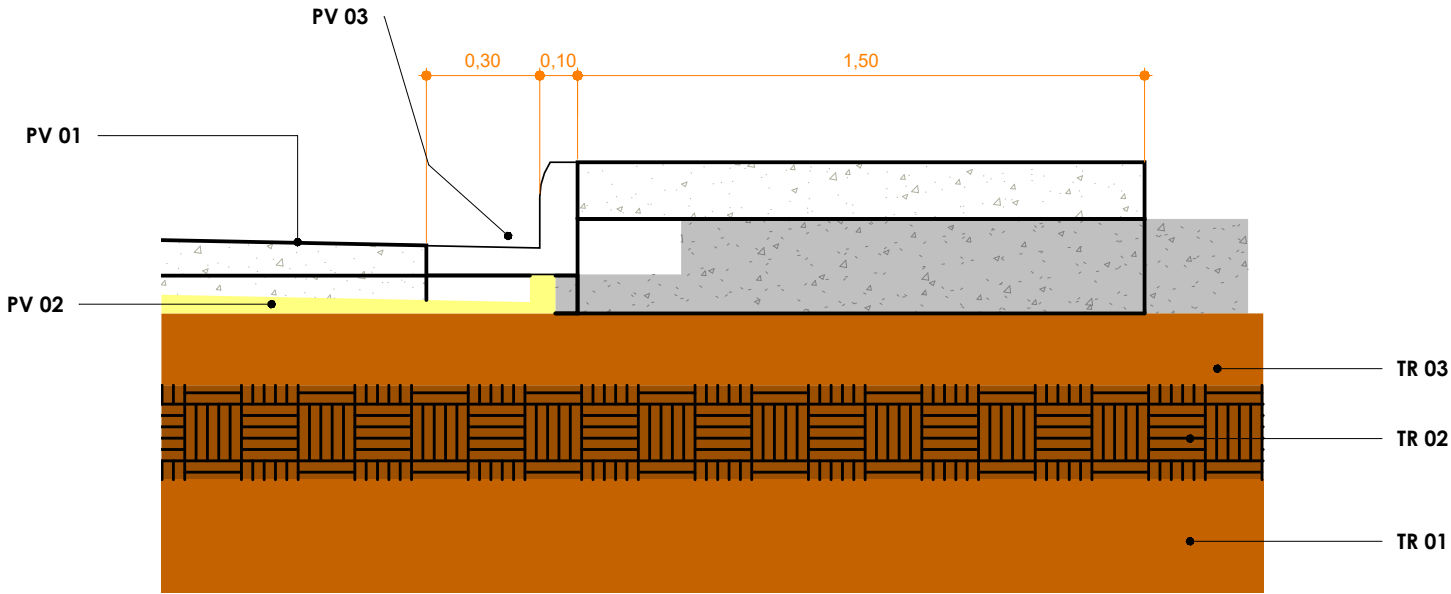
1 PLANTA BAIXA -TÉRREO

ESCALA - 1 : 130



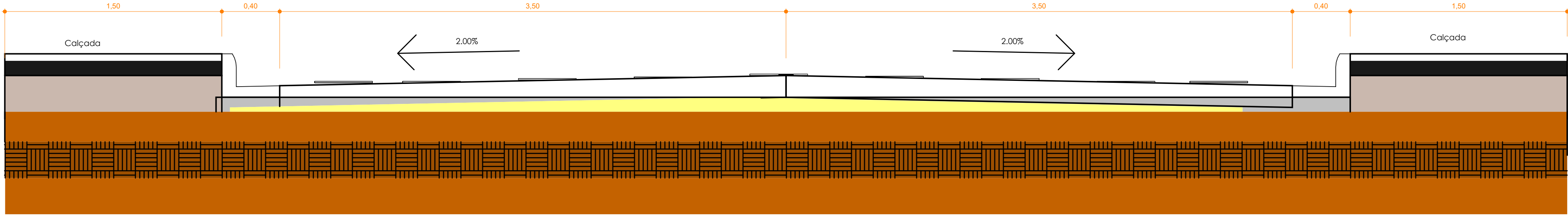
2 PLANTA BAIXA -TÉRREO - Chamada de detalhe 1

ESCALA - 1 : 62



4 DETALHE 02

ESCALA - 1 : 20



3 DETALHE 01


ESCALA - 1 : 20

TERRAPLENAGEM	
TR01	LEITO NATURAL, onde ocorreu a primeira abertura em terreno natural, sem atendimento às normas Serviço existente e não computável na planilha orçamentária.
TR02	REGULARIZACAO DO SUBLEITO, incluindo serviços de compactacao com altura nao superior a 20cm / SINAPI 72961. Seguir recomendações da NBR 12.307/1991, mantendo uma capacidade minima de suporte - CBR ≥ 3% .
TR03	BASE e SUB BASE executada granulometricamente com materiais materiais constituídos de solos, mistura de solos, mistura de solos e materiais britados SINAPI: S 94387. Capacidade minima de suporte: 1) sub-base CBR ≥ 20%; 2) base CBR ≥ 60% .

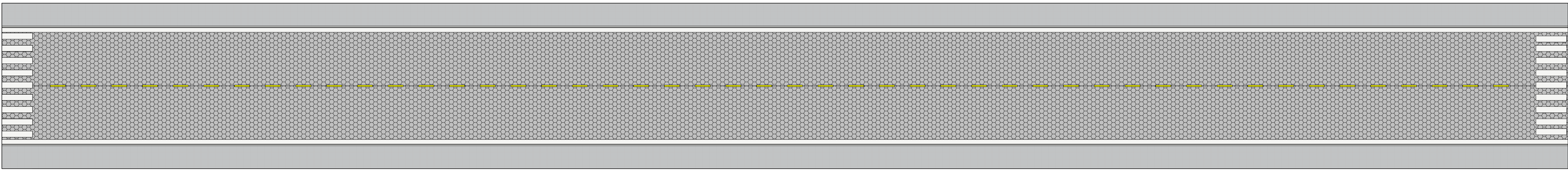
PAVIMENTAÇÃO	
PV01	PAVIMENTO INTERTRAVADO - Fck/mín 35Mpa, com bloco sextavado 25 x 25 cm, espessura de 10 cm e rejuntamento em piche asfáltico SINAPI: S 92395 .
PV02	coção de areia para assentamento do pavimento intertravado, acompanhando a declividade da secção transversal prevista em projeto - i = 2%. Espessura da camada: 2 cm ≤ e ≤ 5 cm.
PV03	SARJETA TRIANGULAR em concreto estrutural - Fck/mín 35Mpa.
	PAVIMENTO INTERTRAVADO (intervenção Futura) - Fck/mín 35Mpa, com bloco sextavado 25 x 25 cm, espessura de 10 cm e rejuntamento em piche asfáltico Serviço a ser executado com serviços próprios da prefeitura.

Legenda

ESCALA - 1 : 50

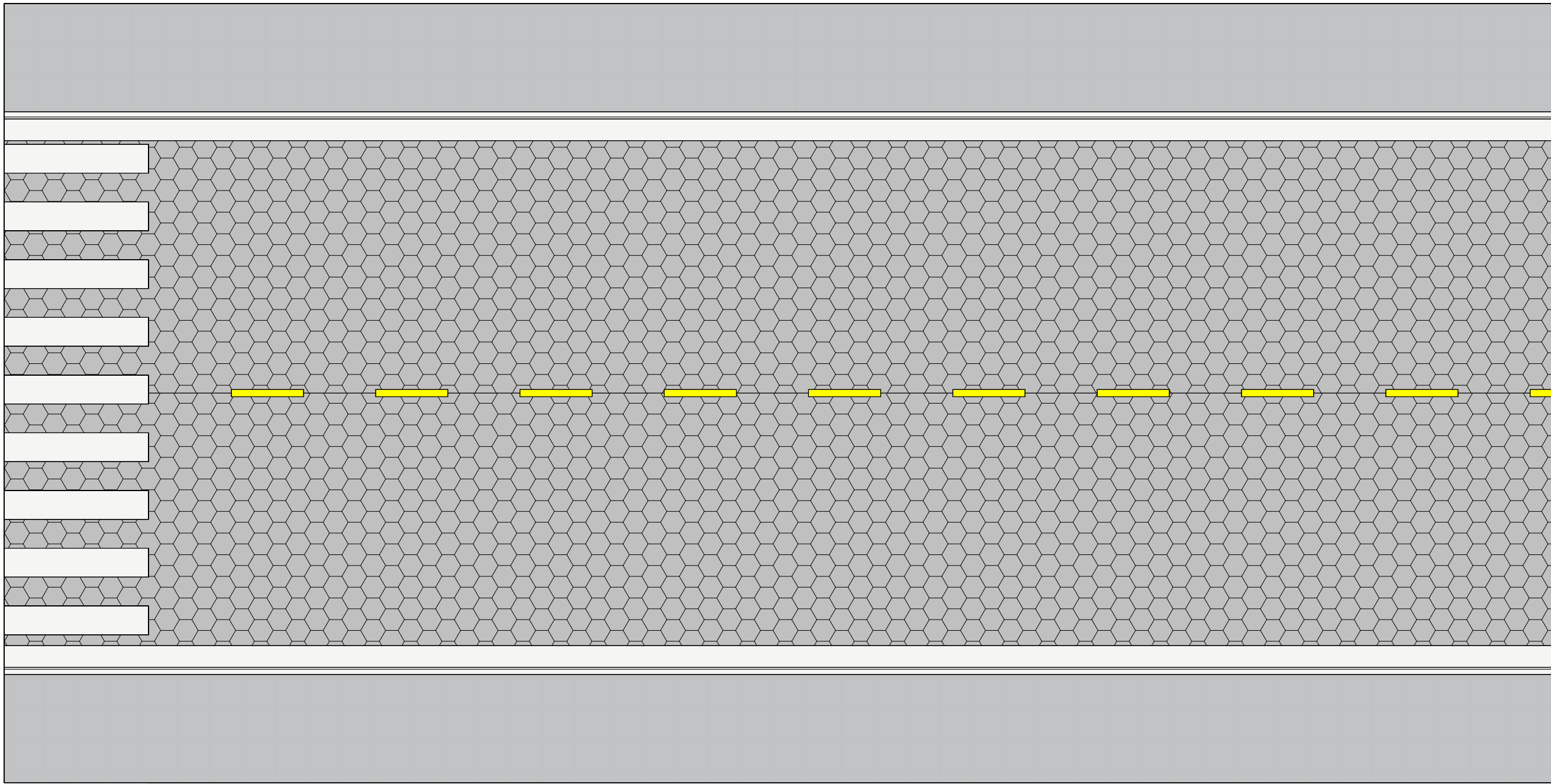
 <div>PREFEITURA DE BRASIL NOVO UNIR, FORÇA E TRABALHO</div>	OBRA: BLOQUETEAMENTO (Rua Francisco de Paula Sales)		
	ENDEREÇO: BRASIL NOVO - PA		
	CLIENTE: PREFEITURA MUCIPAL DE BRASIL NOVO		CPF: -
	ÁREA CONSTRUÍDA: 781,34m²	ÁREA DO TERRENO:	
RESP. TÉCNICO ALAN JOHNNYS DANTAS CARDOSO CREA: 1517120969	ARQ. 01/01	PROJETO: ARQUITETÔNICO	ESCALA: INDICADA
		DATA: MARÇO/2024	REVISÃO:
		DESENHO: INDICADO	DESENHO PROJETO: CEZAR

114,25



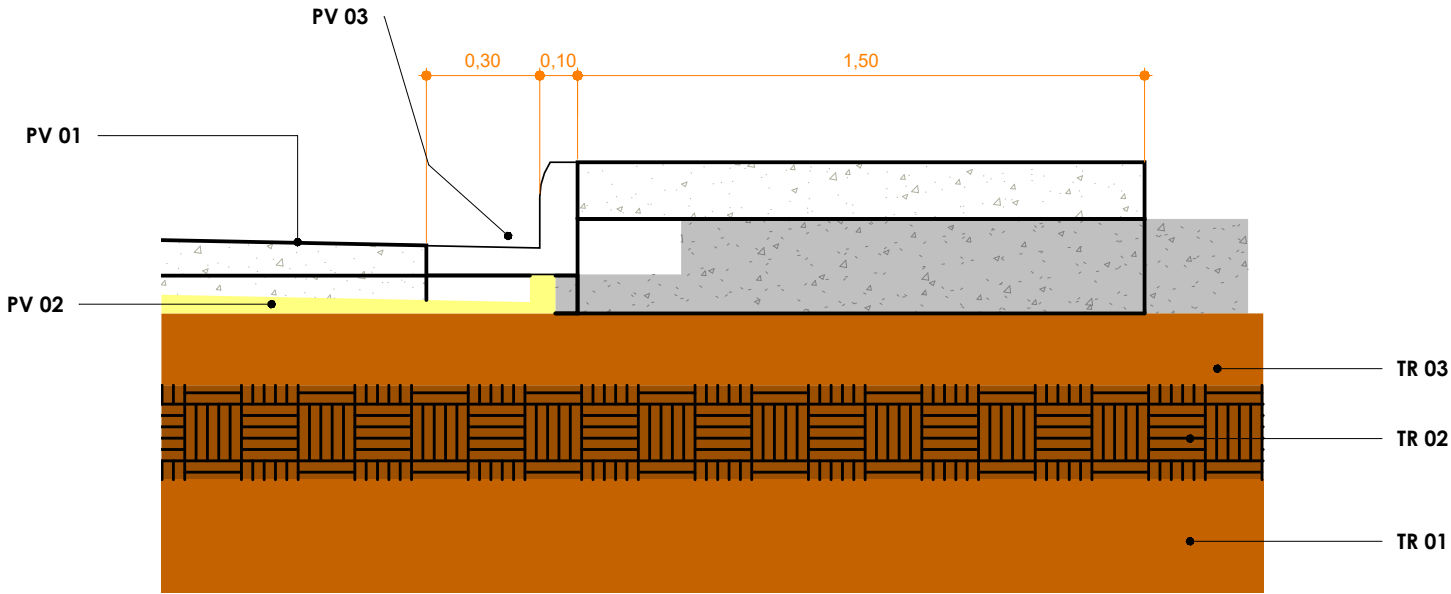
1 PLANTA BAIXA -TÉRREO

ESCALA - 1 : 130



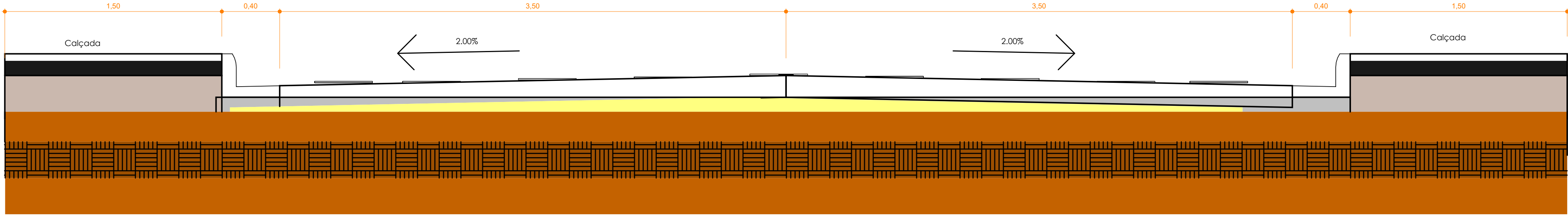
2 PLANTA BAIXA -TÉRREO - Chamada de detalhe 1

ESCALA - 1 : 62



4 DETALHE 02

ESCALA - 1 : 20



3 DETALHE 01


ESCALA - 1 : 20

TERRAPLENAGEM	
TR01	LEITO NATURAL, onde ocorreu a primeira abertura em terreno natural, sem atendimento às normas Serviço existente e não computável na planilha orçamentária.
TR02	REGULARIZACAO DO SUBLEITO, incluindo serviços de compactacao com altura nao superior a 20cm / SINAPI 72961. Seguir recomendações da NBR 12.307/1991, mantendo uma capacidade minima de suporte - CBR ≥ 3% .
TR03	BASE e SUB BASE executada granulometricamente com materiais materiais constituídos de solos, mistura de solos, mistura de solos e materiais britados SINAPI: S 94387. Capacidade minima de suporte: 1) sub-base CBR ≥ 20%; 2) base CBR ≥ 60% .

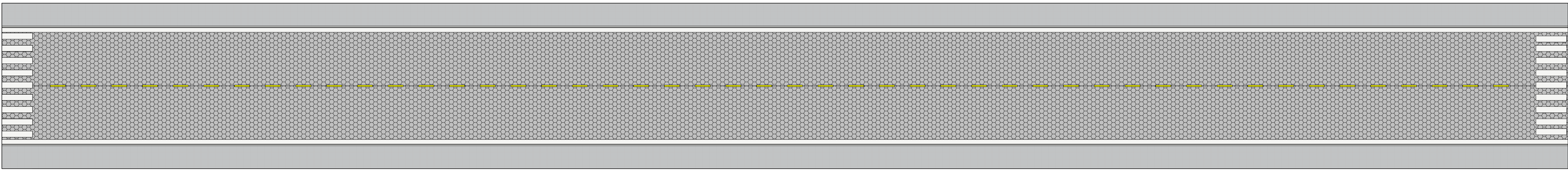
PAVIMENTAÇÃO	
PV01	PAVIMENTO INTERTRAVADO - Fck/mín 35Mpa, com bloco sextavado 25 x 25 cm, espessura de 10 cm e rejuntamento em piche asfáltico SINAPI: S 92395 .
PV02	coção de areia para assentamento do pavimento intertravado, acompanhando a declividade da secção transversal prevista em projeto - i = 2%. Espessura da camada: 2 cm ≤ e ≤ 5 cm.
PV03	SARJETA TRIANGULAR em concreto estrutural - Fck/mín 35Mpa.
	PAVIMENTO INTERTRAVADO (intervenção Futura) - Fck/mín 35Mpa, com bloco sextavado 25 x 25 cm, espessura de 10 cm e rejuntamento em piche asfáltico Serviço a ser executado com serviços próprios da prefeitura.

Legenda

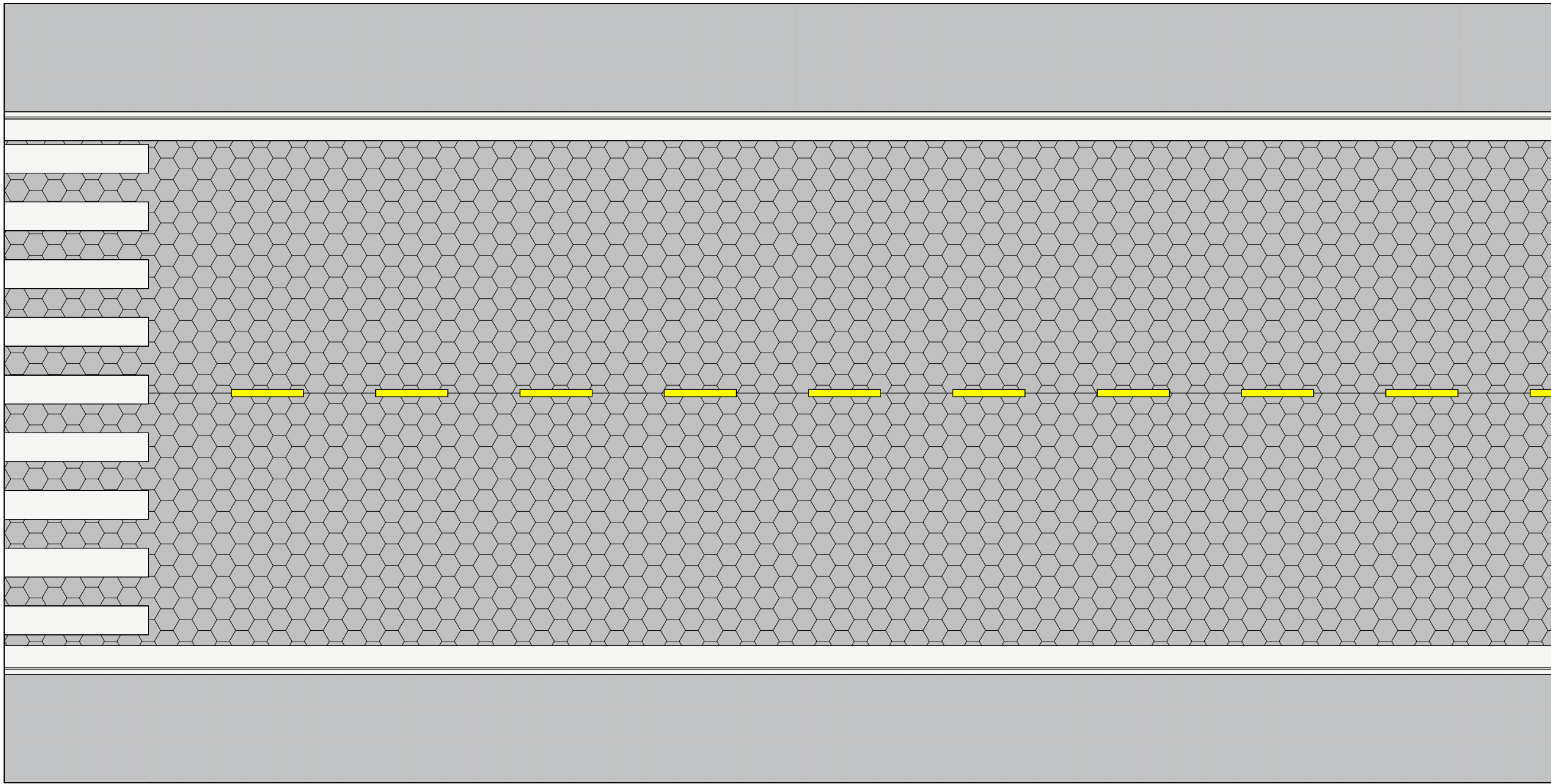
ESCALA - 1 : 50

 <div>PREFEITURA DE BRASIL NOVO UNião, Força e Trabalho</div>	OBRA: BLOQUETEAMENTO (Rua Francisco Edson de Souza)		
	ENDEREÇO: BRASIL NOVO - PA		
	CLIENTE: PREFEITURA MUCIPAL DE BRASIL NOVO		CPF: -
	ÁREA CONSTRUÍDA: 799,75m²	ÁREA DO TERRENO:	
RESP. TÉCNICO ALAN JOHNNYS DANTAS CARDOSO CREA: 1517120969	ARQ. 01/01	PROJETO: ARQUITETÔNICO	ESCALA: INDICADA
		DESENHO: INDICADO	DATA: MARÇO/2024
			REVISÃO:
			DESENHO PROJETO: CEZAR

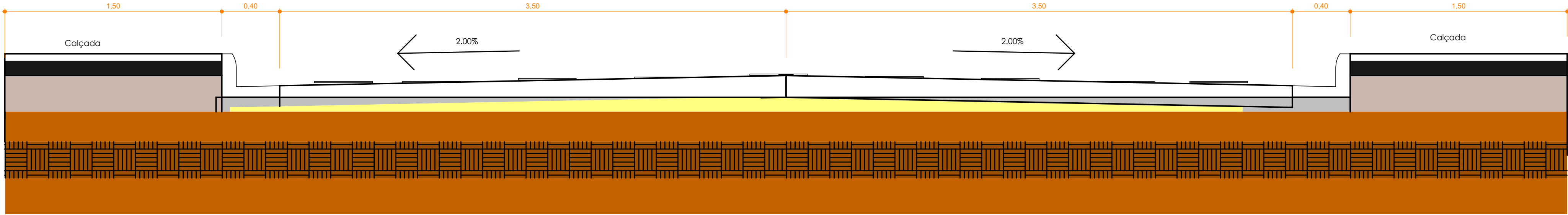
110,65



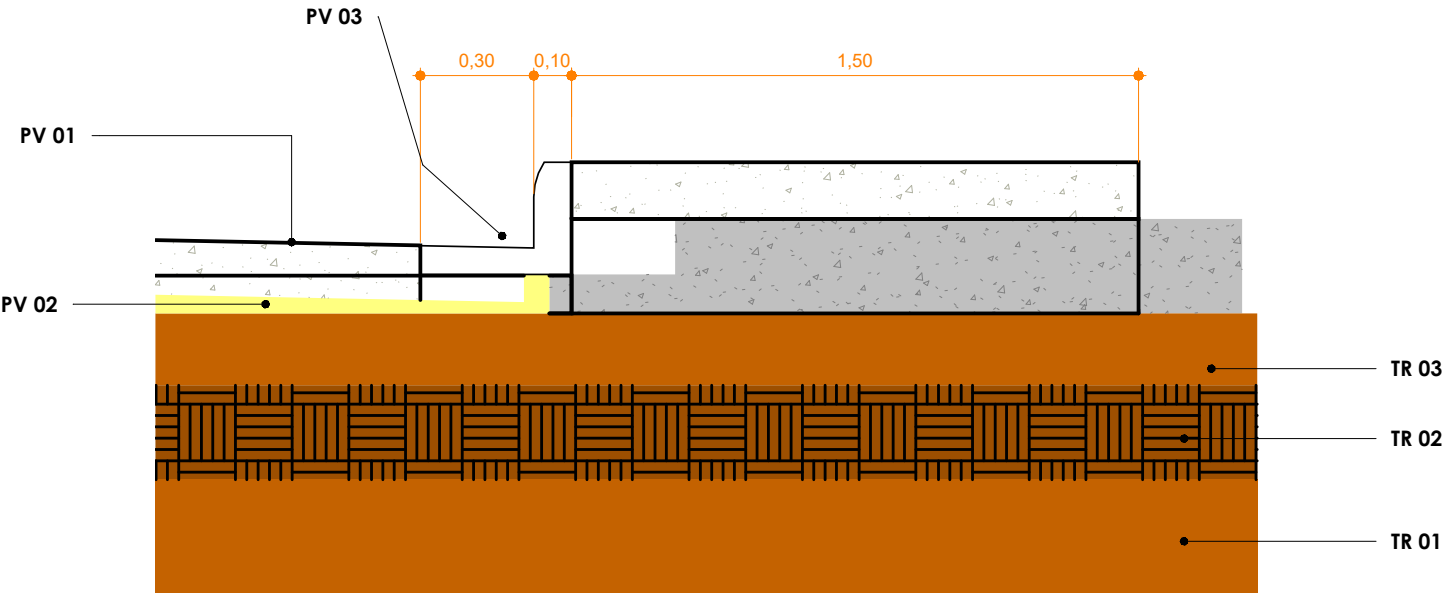
1 PLANTA BAIXA -TÉRREO
ESCALA - 1 : 130



2 PLANTA BAIXA -TÉRREO - Chamada de detalhe 1
ESCALA - 1 : 62



3 DETALHE 01
ESCALA - 1 : 20




4 DETALHE 02
ESCALA - 1 : 20

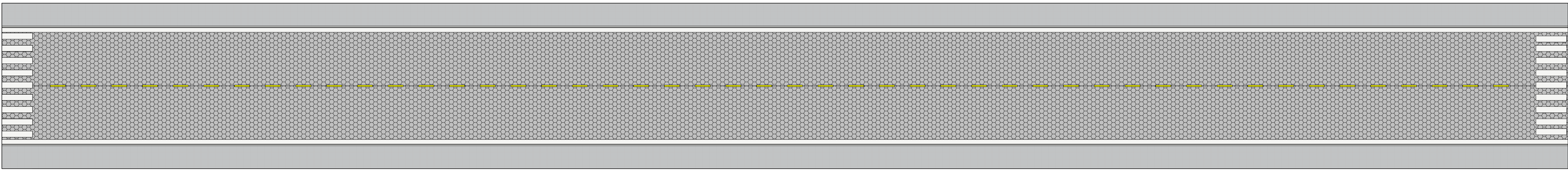
TERRAPLENAGEM	
TR01	LEITO NATURAL, onde ocorreu a primeira abertura em terreno natural, sem atendimento às normas Serviço existente e não computável na planilha orçamentária.
TR02	REGULARIZACAO DO SUBLEITO, incluindo serviços de compactacao com altura nao superior a 20cm / SINAPI 72961. Segur recomendações da NBR 12.307/1991, mantendo uma capacidade minima de suporte - CBR ≥ 3% .
TR03	BASE e SUB BASE executada granulometricamente com materiais materiais constituídos de solos, mistura de solos, mistura de solos e materiais britados SINAPI: S 94387. Capacidade minima de suporte: 1) sub-base CBR ≥ 20%; 2) base CBR ≥ 60% .

PAVIMENTAÇÃO	
PV01	PAVIMENTO INTERTRAVADO - Fck/mín 35Mpa, com bloco sextavado 25 x 25 cm, espessura de 10 cm e rejuntamento em piche asfáltico SINAPI: S 92395 .
PV02	coção de areia para assentamento do pavimento intertravado, acompanhando a declividade da secção transversal prevista em projeto - i = 2%. Espessura da camada: 2 cm ≤ e ≤ 5 cm.
PV03	SARJETA TRIANGULAR em concreto estrutural - Fck/mín 35Mpa.
	PAVIMENTO INTERTRAVADO (intervenção Futura) - Fck/mín 35Mpa, com bloco sextavado 25 x 25 cm, espessura de 10 cm e rejuntamento em piche asfáltico Serviço a ser executado com serviços próprios da prefeitura.

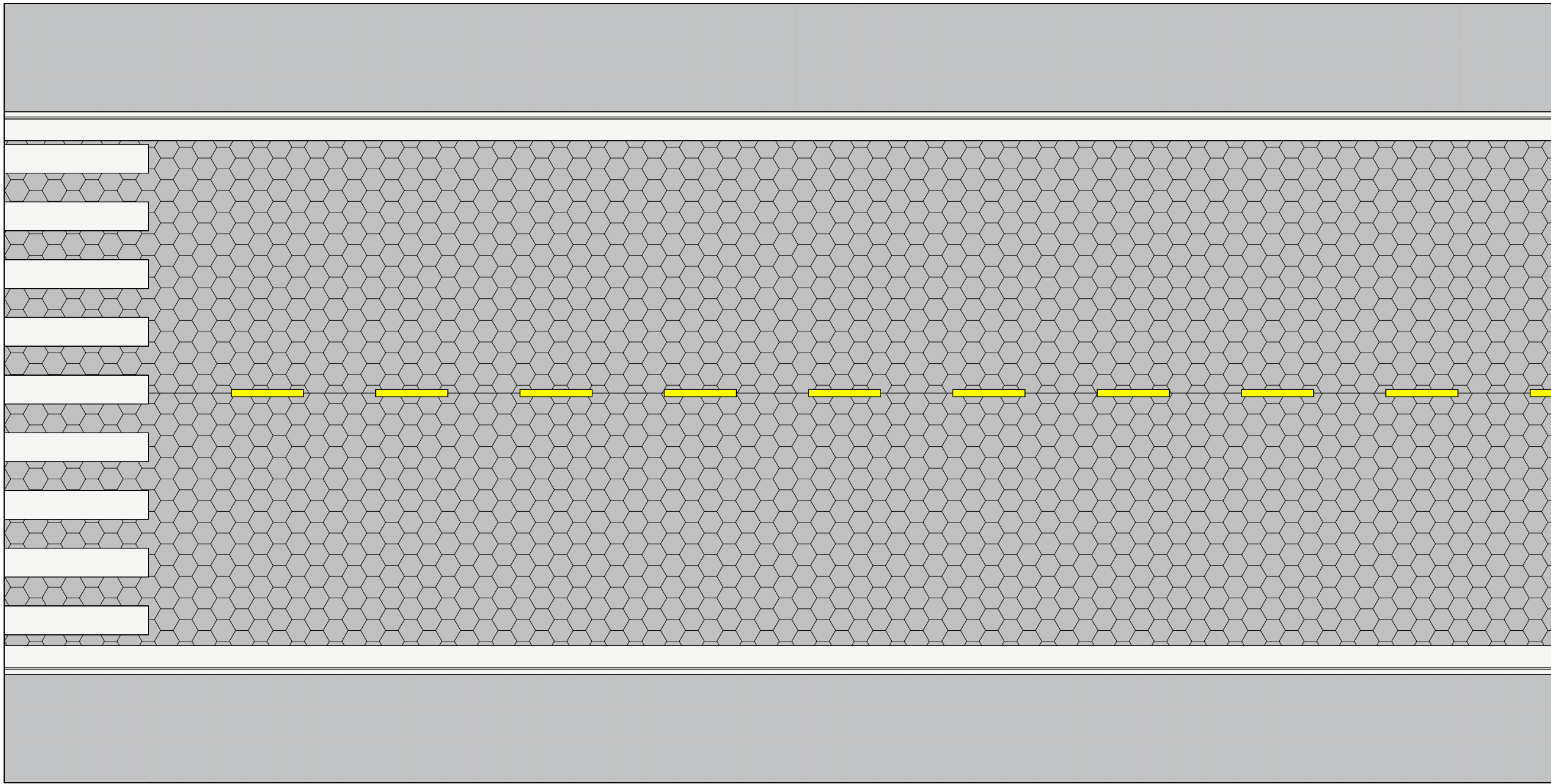
Legenda
ESCALA - 1 : 50

 PREFEITURA DE BRASIL NOVO UNião, Força e Trabalho	OBRA: BLOQUETEAMENTO (Rua Jose Melado)		ESCALA: INDICADA	
	ENDEREÇO: BRASIL NOVO - PA		DATA: MARÇO/2024	
	CLIENTE: PREFEITURA MUCIPAL DE BRASIL NOVO		REVISÃO: DESENHO:	
	ÁREA CONSTRUÍDA: 774,35m²		DESENHO PROJETO: CEZAR	
RESP. TÉCNICO: Allan Johnnys Dantas Cardoso CREA: 1517120969	ARQ. 01/01	PROJETO: ARQUITETÔNICO		INDICADA

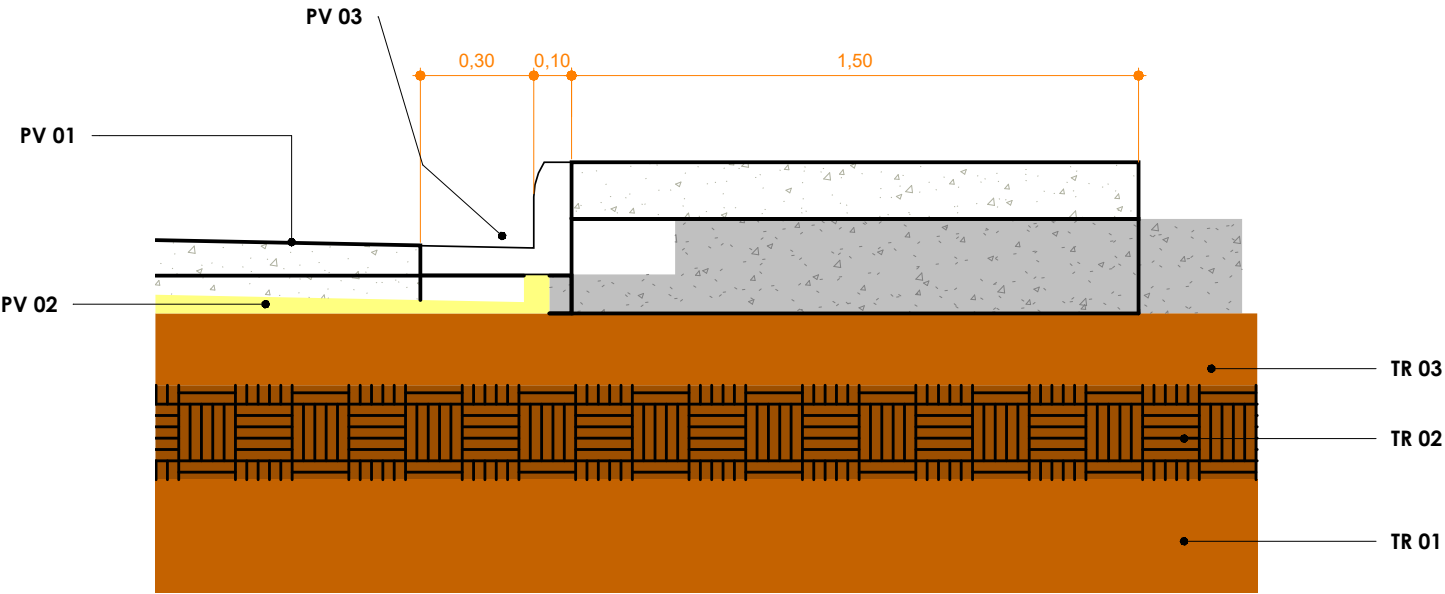
1 45,00



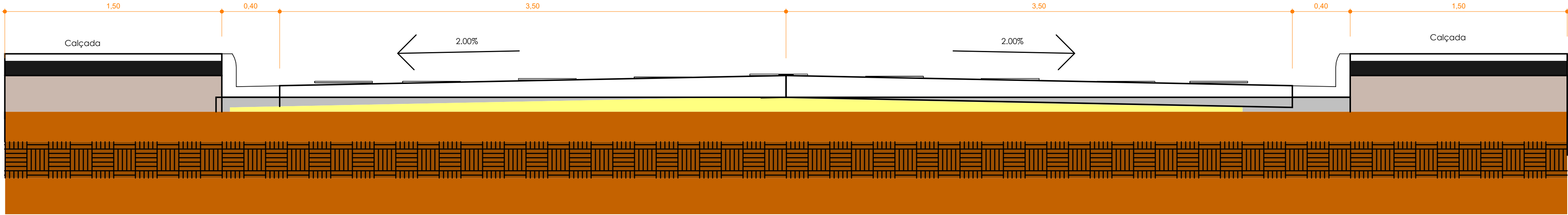
1 PLANTA BAIXA -TÉRREO
ESCALA - 1 : 130



2 PLANTA BAIXA -TÉRREO - Chamada de detalhe 1
ESCALA - 1 : 62



4 DETALHE 02
ESCALA - 1 : 20




3 DETALHE 01
ESCALA - 1 : 20

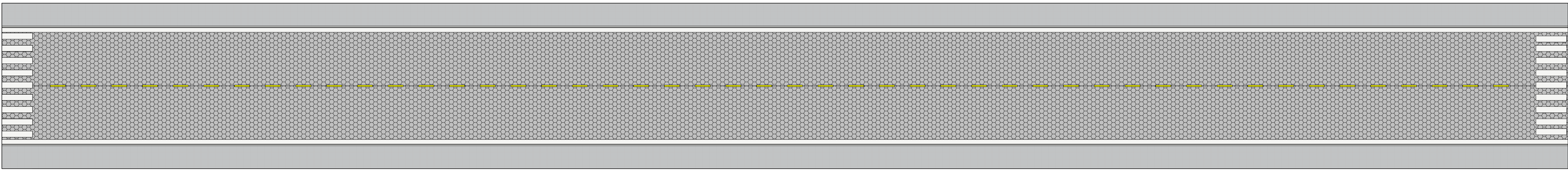
TERRAPLENAGEM	
TR01	LEITO NATURAL, onde ocorreu a primeira abertura em terreno natural, sem atendimento às normas Serviço existente e não computável na planilha orçamentária.
TR02	REGULARIZACAO DO SUBLEITO, incluindo serviços de compactacao com altura nao superior a 20cm / SINAPI 72961. Seguir recomendações da NBR 12.307/1991, mantendo uma capacidade minima de suporte - CBR ≥ 3% .
TR03	BASE e SUB BASE executada granulometricamente com materiais materiais constituídos de solos, mistura de solos, mistura de solos e materiais britados SINAPI: S 94387. Capacidade minima de suporte: 1) sub-base CBR ≥ 20%; 2) base CBR ≥ 60% .

PAVIMENTAÇÃO	
PV01	PAVIMENTO INTERTRAVADO - Fck/mín 35Mpa, com bloco sextavado 25 x 25 cm, espessura de 10 cm e rejuntamento em piche asfáltico SINAPI: S 92395 .
PV02	coção de areia para assentamento do pavimento intertravado, acompanhando a declividade da secção transversal prevista em projeto - i = 2%. Espessura da camada: 2 cm ≤ e ≤ 5 cm.
PV03	SARJETA TRIANGULAR em concreto estrutural - Fck/mín 35Mpa.
	PAVIMENTO INTERTRAVADO (intervenção Futura) - Fck/mín 35Mpa, com bloco sextavado 25 x 25 cm, espessura de 10 cm e rejuntamento em piche asfáltico Serviço a ser executado com serviços próprios da prefeitura.

Legenda
ESCALA - 1 : 50

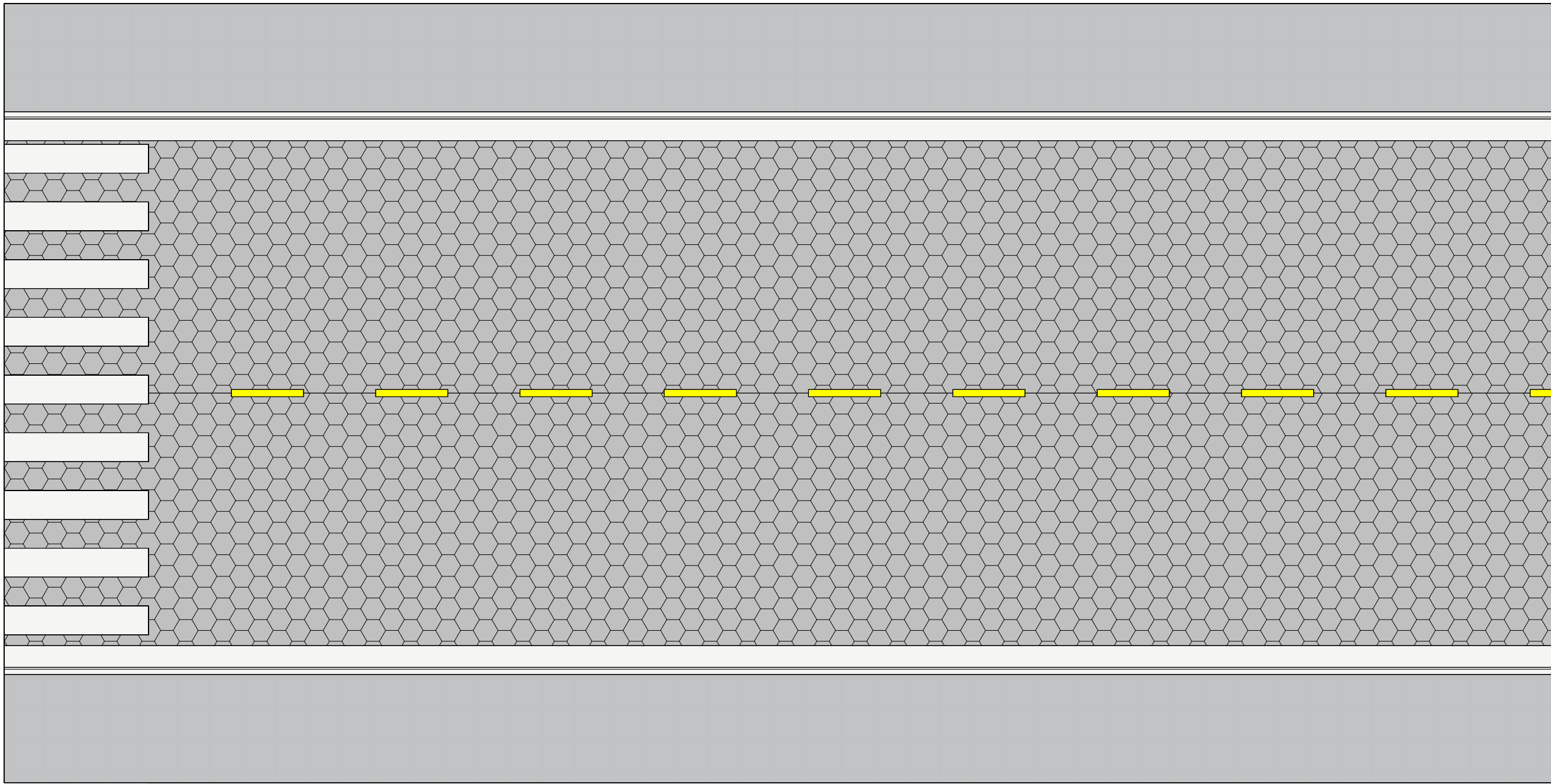
 RES.P. TÉCNICO: ALLAN JOHANNY CARTEIRA: 1517120969 CREA: 1517120969	OBRA: BLOQUETEAMENTO (Rua Maranhão)		ESCALA: INDICADA	
	ENDEREÇO: BRASIL NOVO - PA		DATA: MARÇO/2024	
	CLIENTE: PREFEITURA MUCIPAL DE BRASIL NOVO		REVISÃO: DESENHO: INDICADO	
	ÁREA CONSTRUÍDA: 1015m²		ÁREA DO TERRENO:	

116,56



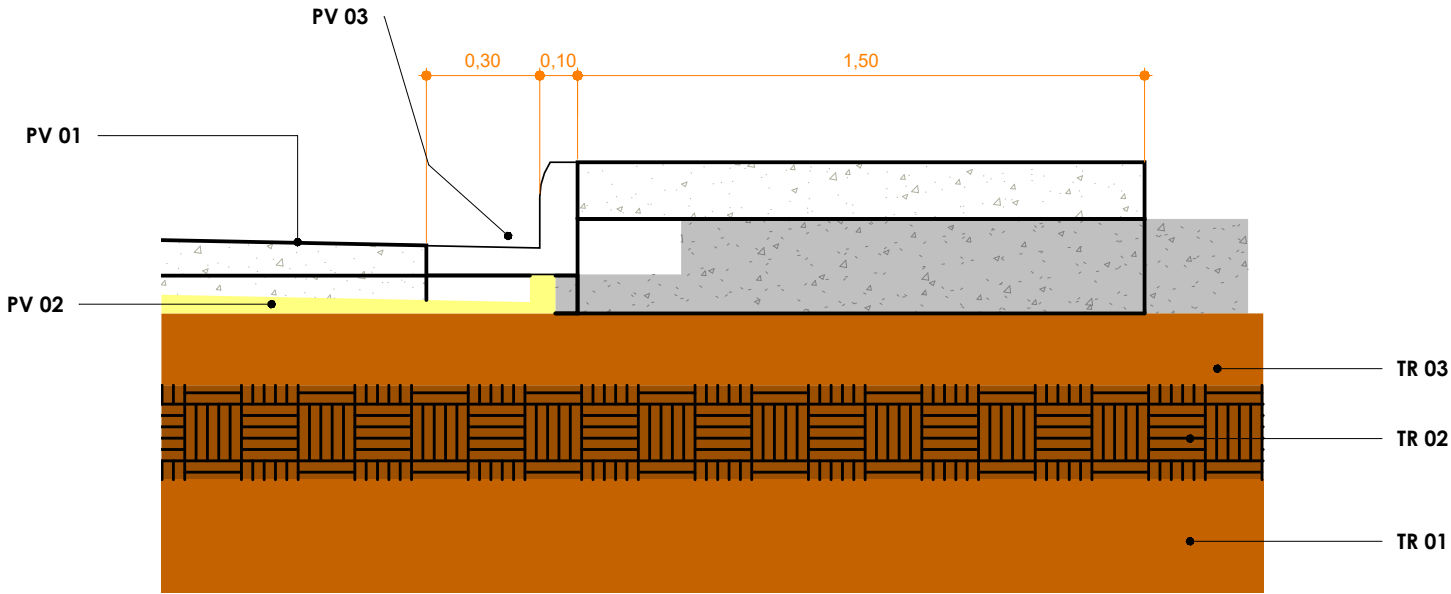
1 PLANTA BAIXA -TÉRREO

ESCALA - 1 : 130



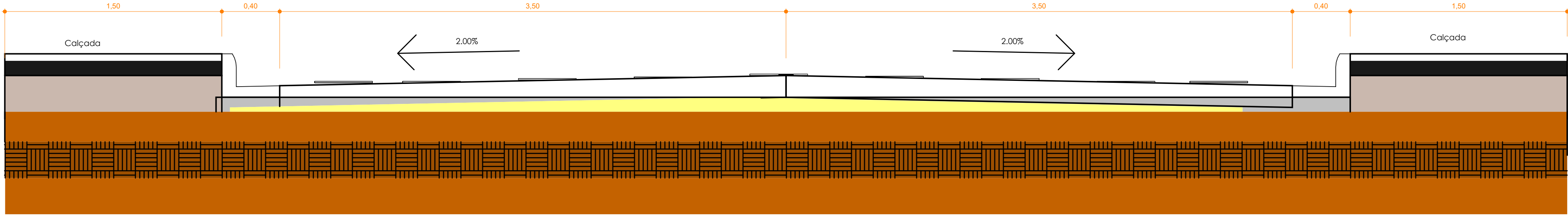
2 PLANTA BAIXA -TÉRREO - Chamada de detalhe 1

ESCALA - 1 : 62



4 DETALHE 02

ESCALA - 1 : 20



3 DETALHE 01


ESCALA - 1 : 20

TERRAPLENAGEM	
TR01	LEITO NATURAL, onde ocorreu a primeira abertura em terreno natural, sem atendimento às normas Serviço existente e não computável na planilha orçamentária.
TR02	REGULARIZACAO DO SUBLEITO, incluindo serviços de compactacao com altura nao superior a 20cm / SINAPI 72961. Seguir recomendações da NBR 12.307/1991, mantendo uma capacidade minima de suporte - CBR ≥ 3% .
TR03	BASE e SUB BASE executada granulometricamente com materiais materiais constituídos de solos, mistura de solos, mistura de solos e materiais britados SINAPI: S 94387. Capacidade minima de suporte: 1) sub-base CBR ≥ 20%; 2) base CBR ≥ 60% .

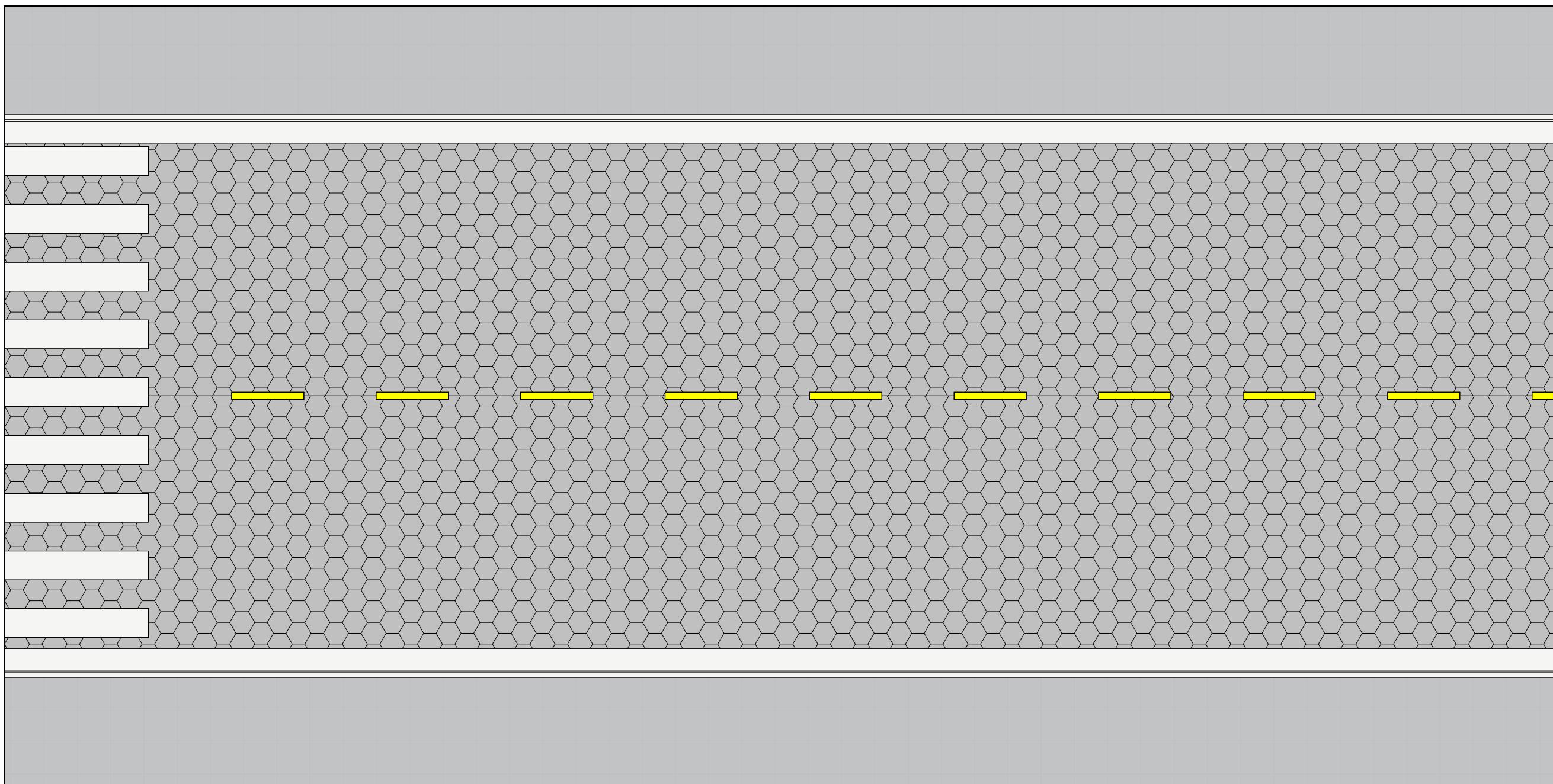
PAVIMENTAÇÃO	
PV01	PAVIMENTO INTERTRAVADO - Fck/mín 35Mpa, com bloco sextavado 25 x 25 cm, espessura de 10 cm e rejuntamento em piche asfáltico SINAPI: S 92395 .
PV02	coção de areia para assentamento do pavimento intertravado, acompanhando a declividade da secção transversal prevista em projeto - i = 2%. Espessura da camada: 2 cm ≤ e ≤ 5 cm.
PV03	SARJETA TRIANGULAR em concreto estrutural - Fck/mín 35Mpa.
	PAVIMENTO INTERTRAVADO (intervenção Futura) - Fck/mín 35Mpa, com bloco sextavado 25 x 25 cm, espessura de 10 cm e rejuntamento em piche asfáltico Serviço a ser executado com serviços próprios da prefeitura.

Legenda

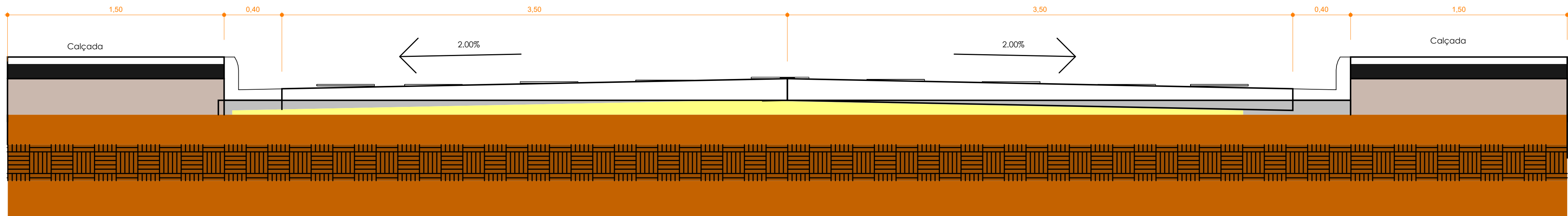
ESCALA - 1 : 50

 <div><div>RESP. TÉCNICO</div><div>ALAN JOHNNYS DANTAS CARDOSO</div><div>CREA: 1517120969</div></div>	OBRA: BLOQUETEAMENTO (Rua Salomão Malta)		ENDEREÇO: BRASIL NOVO - PA		CLIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO		ÁREA DO TERRENO: 815,92m²	
	ARQ. 01/01		PROJETO: ARQUITETÔNICO		ESCALA: INDICADA		DATA: MARÇO/2024	
	DESENHO: INDICADO		REVISÃO:		DESENHO PROJETO:		CEZAR	

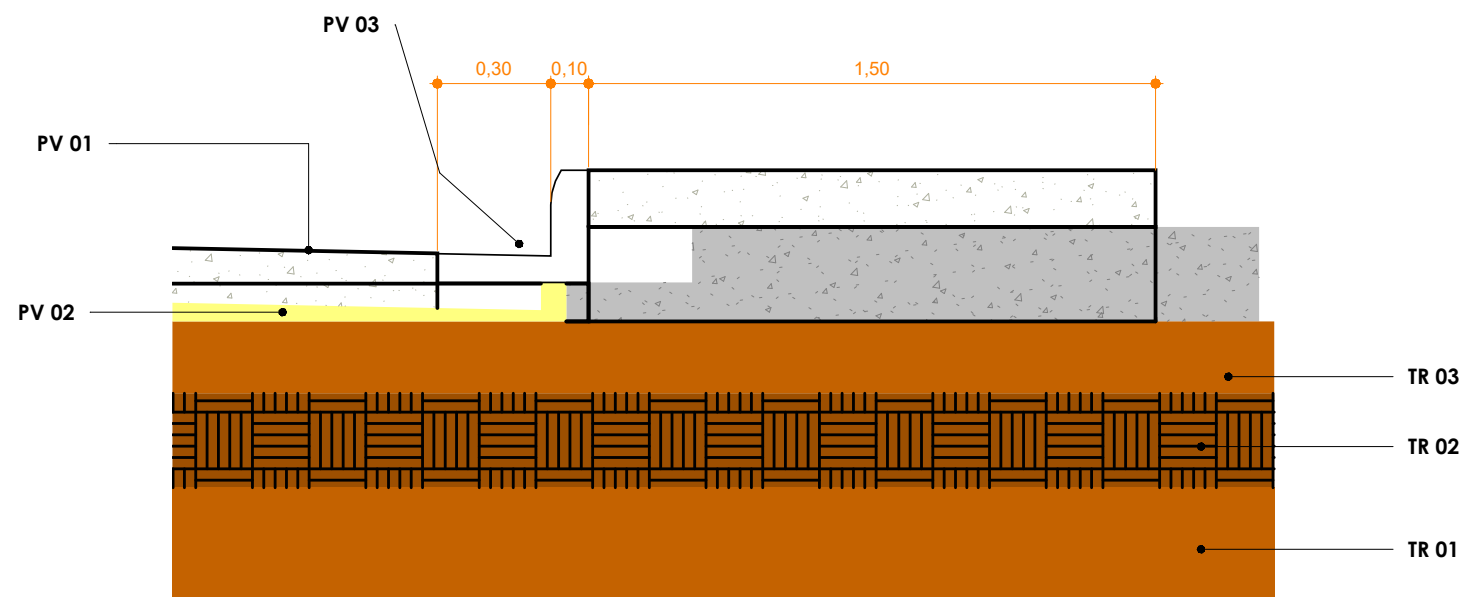
ESCALA -1 : 130



2 ESCALA -1 : 62




3 ESCALA - 1 : 20



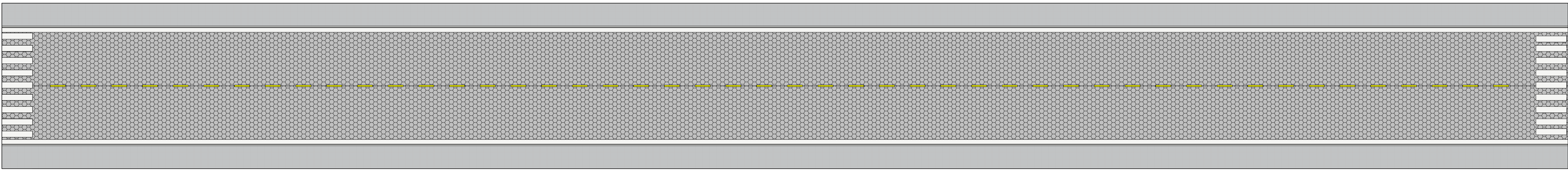
4) ESCALA - 1 : 20

PAVIMENTAÇÃO	
PV01	PAVIMENTO INTERTRAVADO - Fck/mín 35Mpa, com bloco sextavado 25 x 25 cm, espessura de 10 cm e rejuntamento em piche asfáltico SINAPE: S 92395 .
PV02	coçhão de areia para assentamento do pavimento intertravado, acompanhando a declividade da secção transversal prevista em projeto - l = 2%. Espessura da camada: 2 cm ≤ e ≤ 5 cm.
PV03	SARJETA TRIANGULAR em concreto estrutural - Fck/mín 35Mpa.
	PAVIMENTO INTERTRAVADO (intervenção Futura) - Fck/mín 35Mpa, com bloco sextavado 25 x 25 cm, espessura de 10 cm e rejuntamento em piche asfáltico Serviço a ser executado com serviços próprios da prefeitura.

ESCALA - 1 : 50

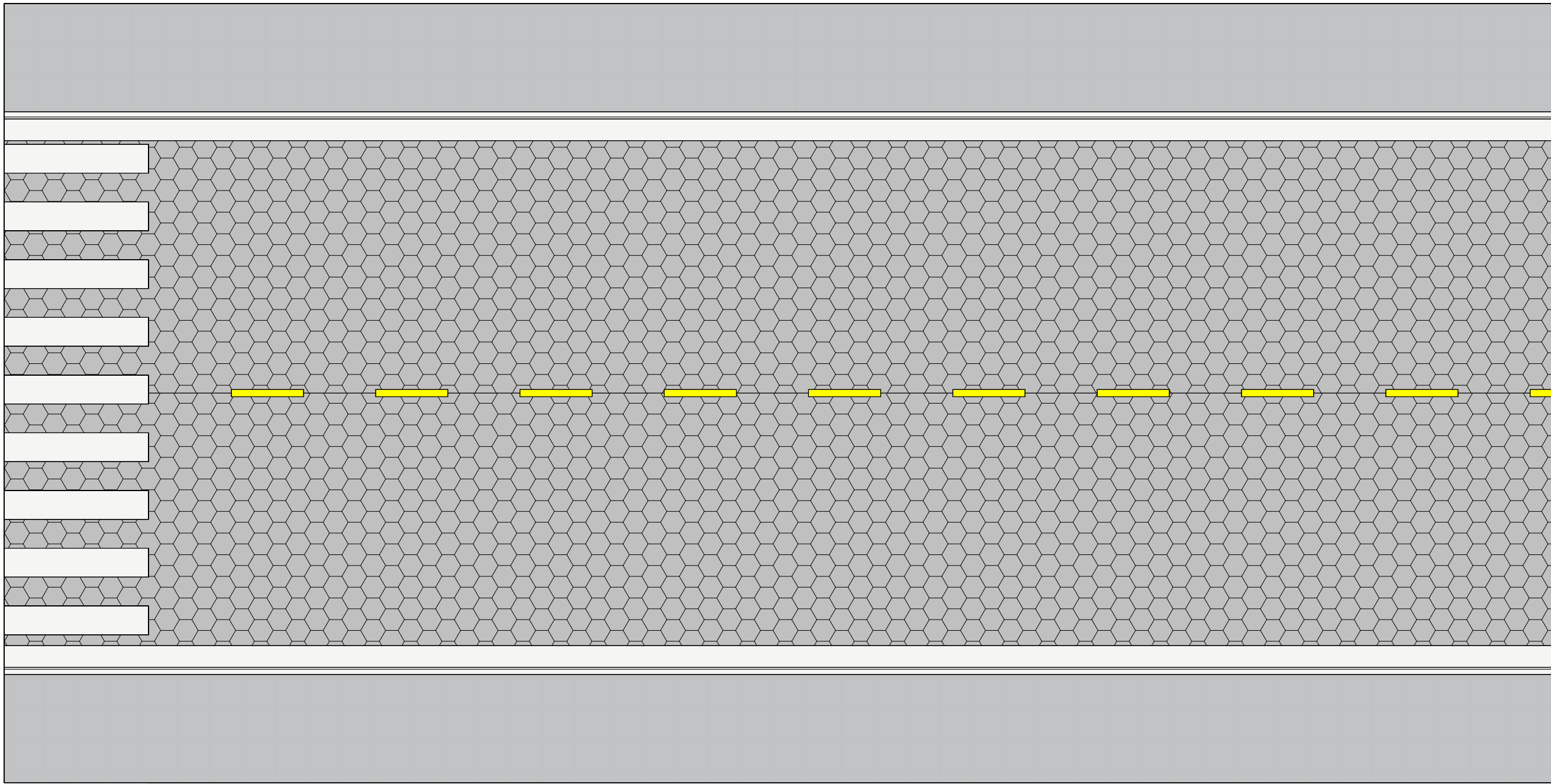
 <p>PREFEITURA DE BRASIL NOVO PAZ E JUSTIÇA E TRABALHO</p>	OBRA: BLUQUETAMENTO (Rua Solange Alves Bahia)		
	ENDEREÇO: BRASIL NOVO - PA		
	CLIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO		CPF: -
	ÁREA CONSTRUIDA: 729,54m²		ÁREA DO TERRENO: -
RESP. TÉCNICO: ALLAN JORNINY DANTAS CARDOSO <small>PROFESSOR DE ARQUITETURA E URBANISMO CARGO/PROFISSÃO</small> ALLAN JORNINY DANTAS CARDOSO <small>CREA: 151712069</small>	ARQ. 01/01	PROJETO: ARQUITETÔNICO DESENHO: INDICADO	ESCALA: INDICADA DATA: MARÇO/2024 REVISÃO: DESENHO: PROJETO: okcar

1 60,00



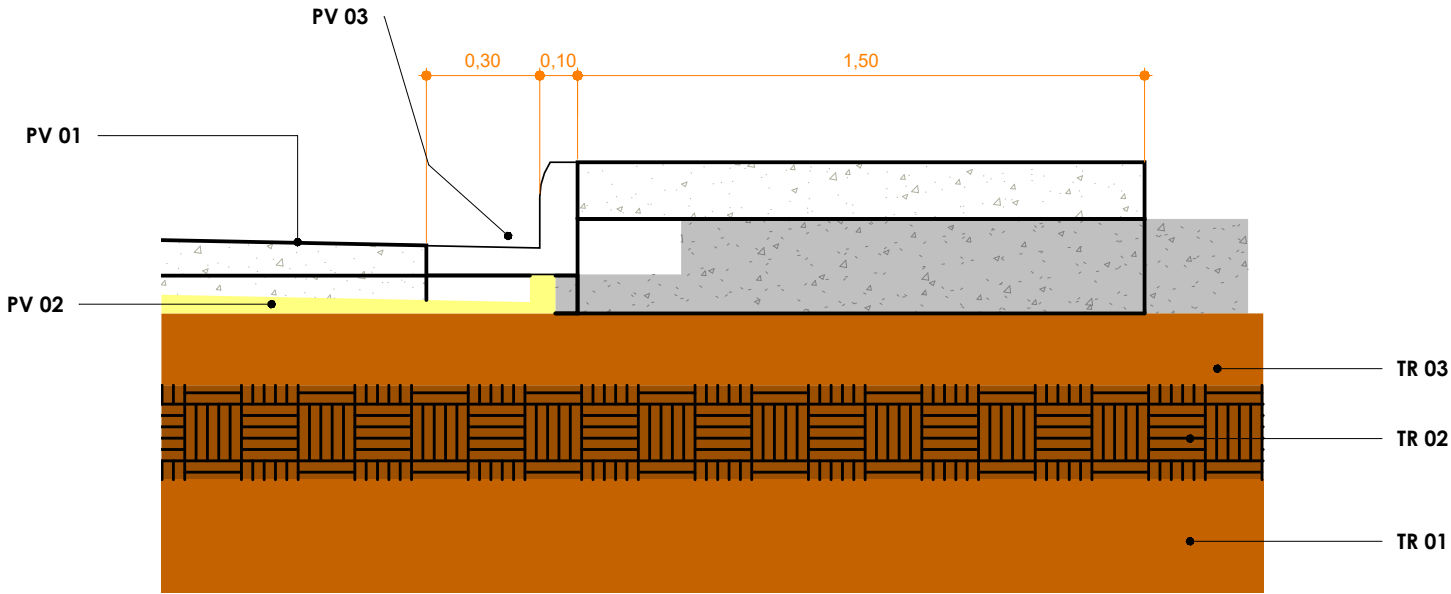
1 PLANTA BAIXA -TÉRREO

ESCALA - 1 : 130



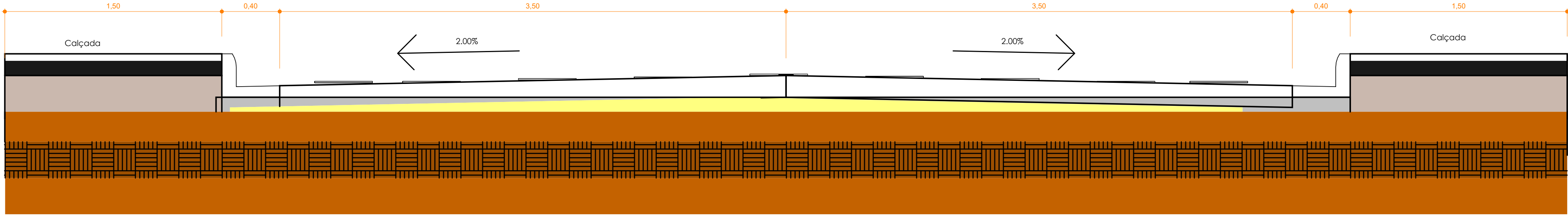
2 PLANTA BAIXA -TÉRREO - Chamada de detalhe 1

ESCALA - 1 : 62



4 DETALHE 02

ESCALA - 1 : 20



3 DETALHE 01


ESCALA - 1 : 20

TERRAPLENAGEM	
TR01	LEITO NATURAL, onde ocorreu a primeira abertura em terreno natural, sem atendimento às normas Serviço existente e não computável na planilha orçamentária.
TR02	REGULARIZACAO DO SUBLEITO, incluindo serviços de compactacao com altura nao superior a 20cm / SINAPI 72961. Seguir recomendações da NBR 12.307/1991, mantendo uma capacidade minima de suporte - CBR ≥ 3% .
TR03	BASE e SUB BASE executada granulometricamente com materiais materiais constituídos de solos, mistura de solos, mistura de solos e materiais britados SINAPI: S 94387. Capacidade minima de suporte: 1) sub-base CBR ≥ 20%; 2) base CBR ≥ 60% .

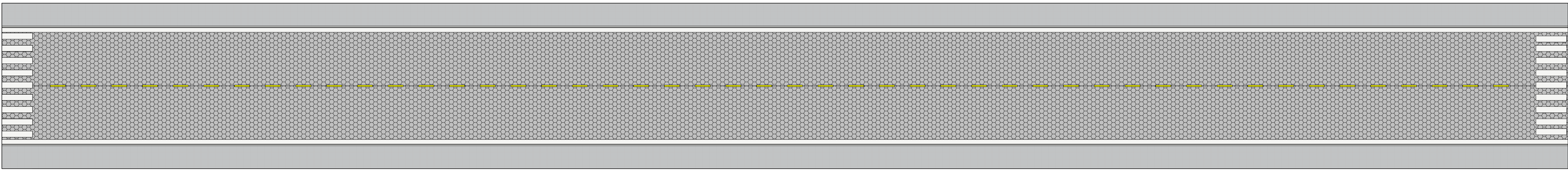
PAVIMENTAÇÃO	
PV01	PAVIMENTO INTERTRAVADO - Fck/mín 35Mpa, com bloco sextavado 25 x 25 cm, espessura de 10 cm e rejuntamento em piche asfáltico SINAPI: S 92395 .
PV02	coção de areia para assentamento do pavimento intertravado, acompanhando a declividade da secção transversal prevista em projeto - i = 2%. Espessura da camada: 2 cm ≤ e ≤ 5 cm.
PV03	SARJETA TRIANGULAR em concreto estrutural - Fck/mín 35Mpa.
	PAVIMENTO INTERTRAVADO (intervenção Futura) - Fck/mín 35Mpa, com bloco sextavado 25 x 25 cm, espessura de 10 cm e rejuntamento em piche asfáltico Serviço a ser executado com serviços próprios da prefeitura.

Legenda

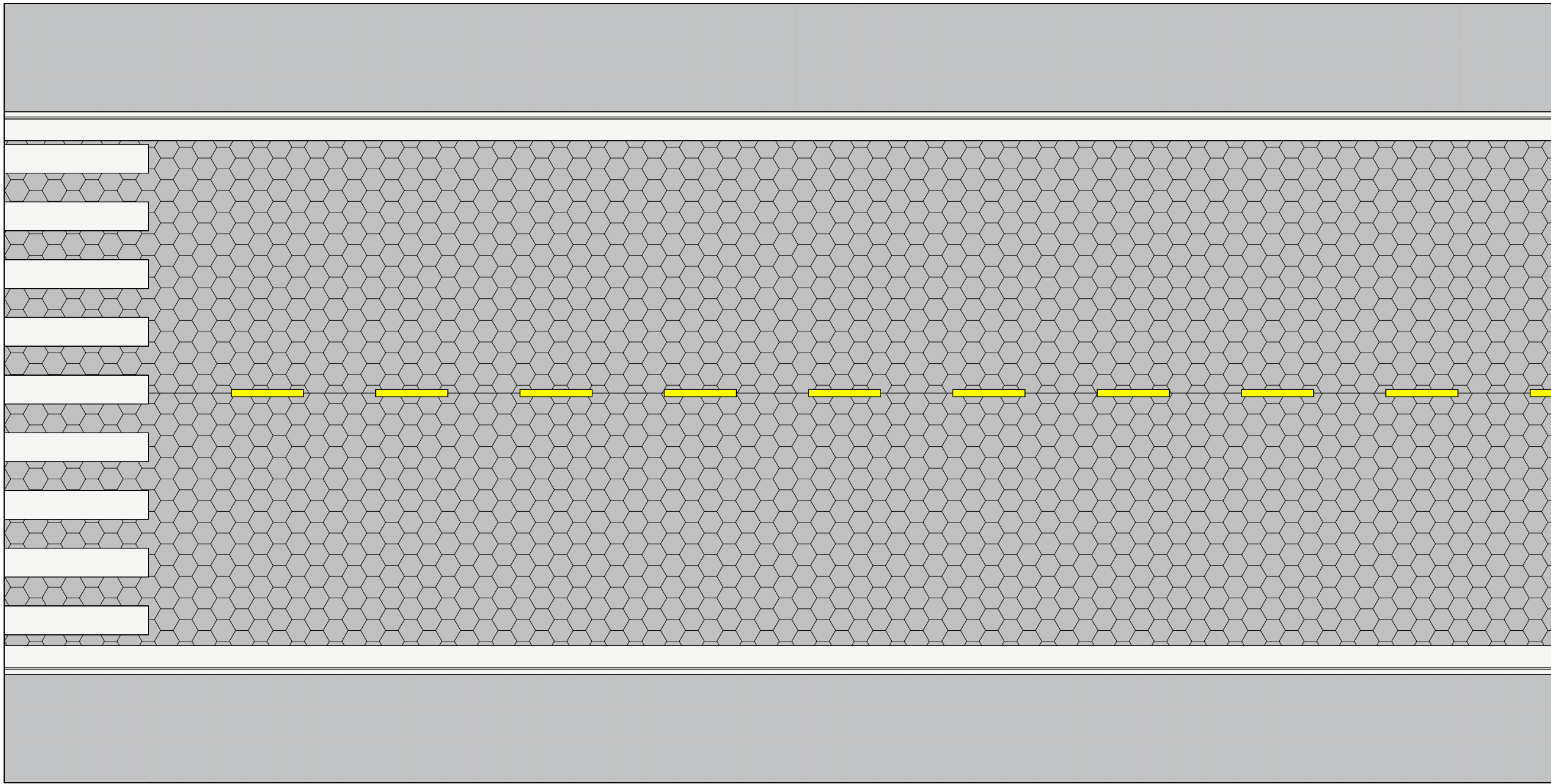
ESCALA - 1 : 50

	OBRA: BLOQUETEAMENTO (Tv. Aracaju)		
	ENDEREÇO: BRASIL NOVO - PA		
	CLIENTE: PREFEITURA MUCIPAL DE BRASIL NOVO		CPF: -
	ÁREA CONSTRUÍDA: 1120,00m²	ÁREA DO TERRENO:	
RESP. TÉCNICO ALAN CARVALHO CREA: 1517120969	ARQ. 01/01	PROJETO: ARQUITETÔNICO	ESCALA: INDICADA
		DATA: MARÇO/2024	REVISÃO:
		DESENHO: INDICADO	DESENHO: PROJETO: CEZAR

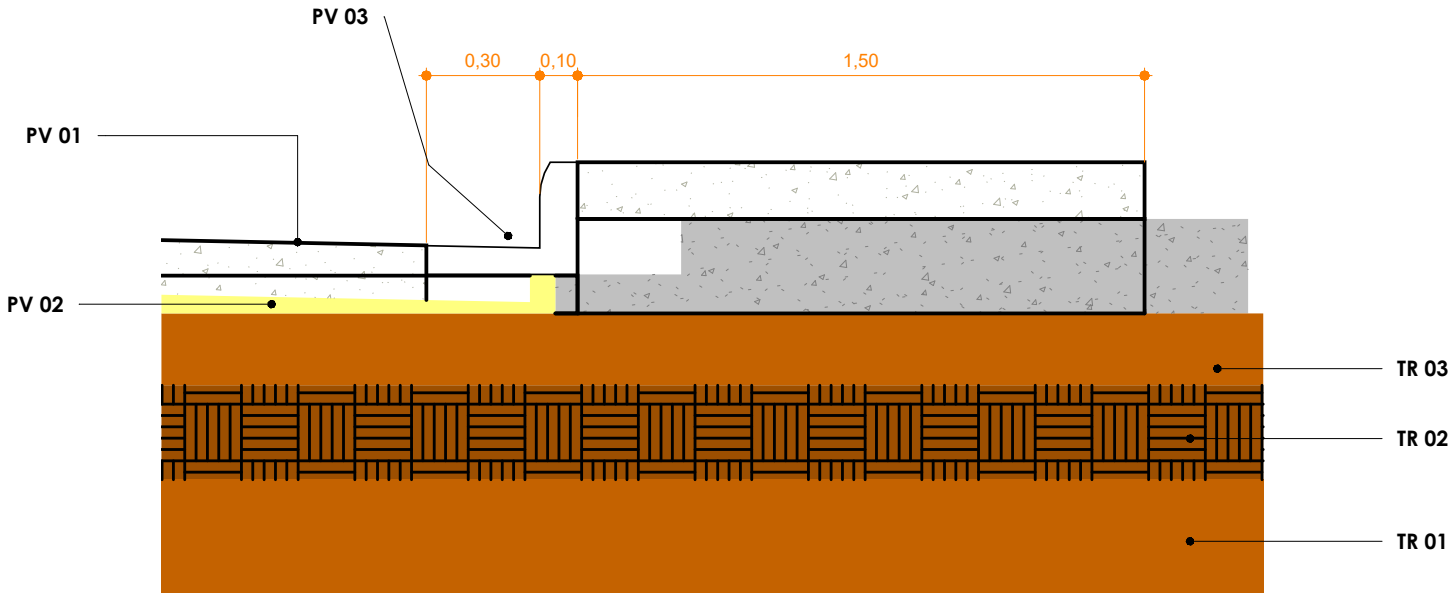
125,4



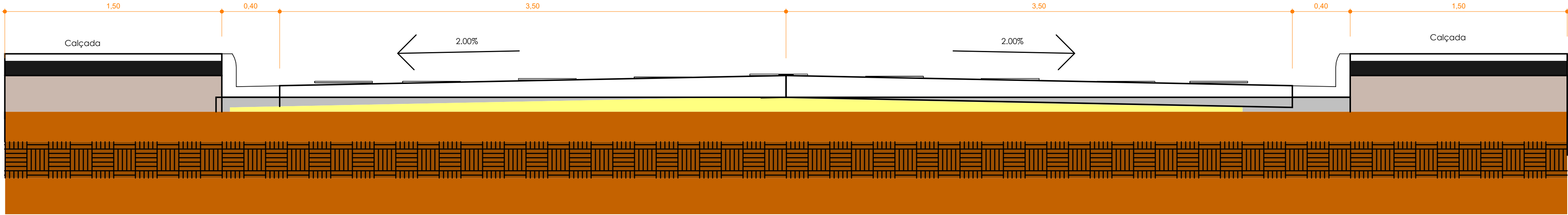
1 PLANTA BAIXA -TÉRREO
ESCALA - 1 : 130



2 PLANTA BAIXA -TÉRREO - Chamada de detalhe 1
ESCALA - 1 : 62



4 DETALHE 02
ESCALA - 1 : 20




3 DETALHE 01
ESCALA - 1 : 20

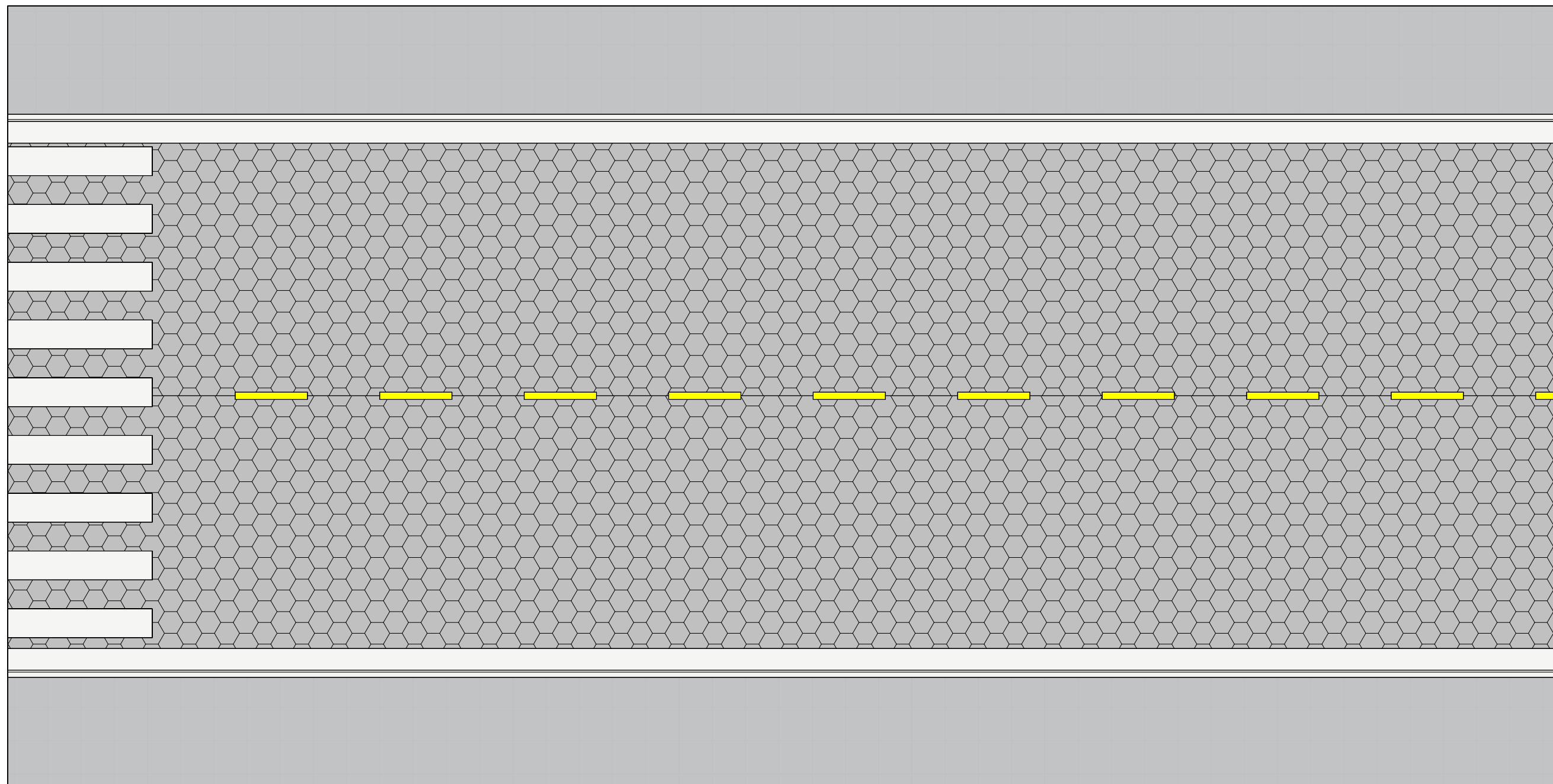
TERRAPLENAGEM	
TR01	LEITO NATURAL, onde ocorreu a primeira abertura em terreno natural, sem atendimento às normas Serviço existente e não computável na planilha orçamentária.
TR02	REGULARIZACAO DO SUBLEITO, incluindo serviços de compactacao com altura nao superior a 20cm / SINAPI 72961. Seguir recomendações da NBR 12.307/1991, mantendo uma capacidade minima de suporte - CBR ≥ 3% .
TR03	BASE e SUB BASE executada granulometricamente com materiais materiais constituídos de solos, mistura de solos, mistura de solos e materiais britados SINAPI: S 94387. Capacidade minima de suporte: 1) sub-base CBR ≥ 20%; 2) base CBR ≥ 60% .

PAVIMENTAÇÃO	
PV01	PAVIMENTO INTERTRAVADO - Fck/mín 35Mpa, com bloco sextavado 25 x 25 cm, espessura de 10 cm e rejuntamento em piche asfáltico SINAPI: S 92395 .
PV02	coção de areia para assentamento do pavimento intertravado, acompanhando a declividade da secção transversal prevista em projeto - i = 2%. Espessura da camada: 2 cm ≤ e ≤ 5 cm.
PV03	SARJETA TRIANGULAR em concreto estrutural - Fck/mín 35Mpa.
	PAVIMENTO INTERTRAVADO (intervenção Futura) - Fck/mín 35Mpa, com bloco sextavado 25 x 25 cm, espessura de 10 cm e rejuntamento em piche asfáltico Serviço a ser executado com serviços próprios da prefeitura.

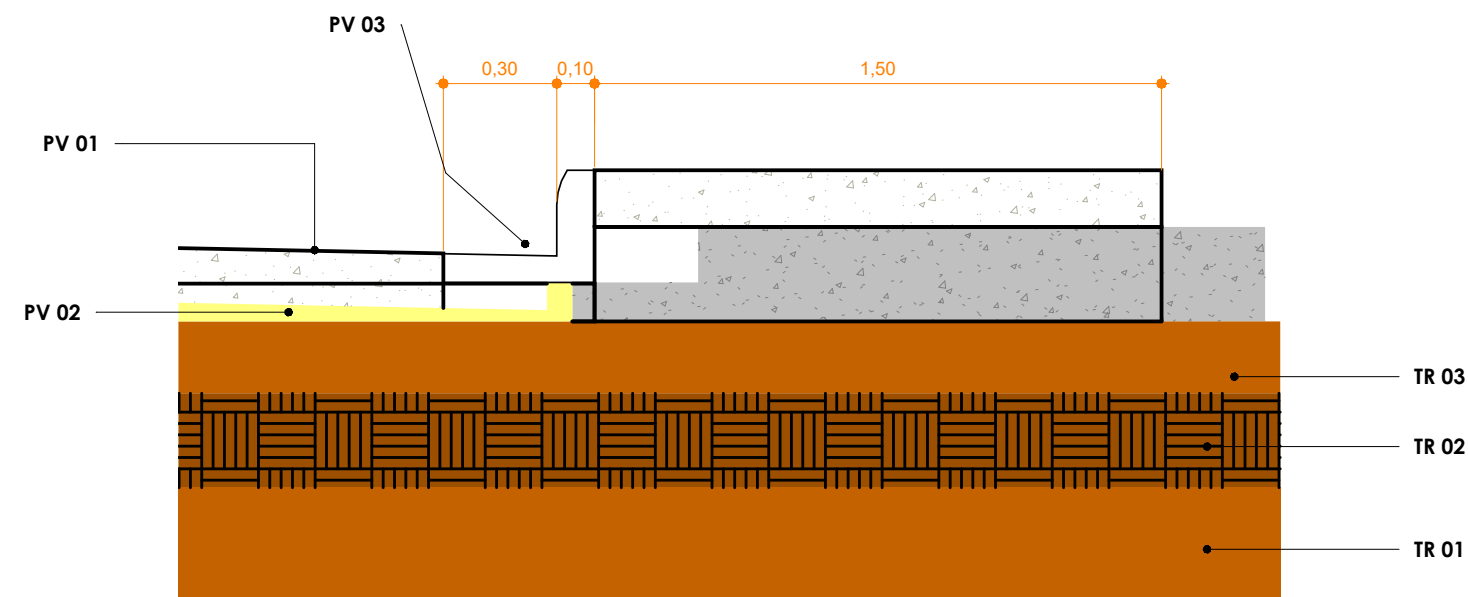
Legenda
ESCALA - 1 : 50

 PREFEITURA DE BRASIL NOVO UNIR, FORÇA E TRABALHO	OBRA: BLOQUETEAMENTO (Tv. Campo grande (Trecho 01))	
	ENDEREÇO: BRASIL NOVO - PA	
	CLIENTE: PREFEITURA MUCIPAL DE BRASIL NOVO	CPF: -
	ÁREA CONSTRUÍDA: 877,8m²	ÁREA DO TERRENO:
RESP. TÉCNICO ALLAN JOHNNYS DANTAS CARDOSO CREA: 1517120969	ARQ. 01/01	PROJETO: ARQUITETÔNICO
		INDICADA
		DATA: MARÇO/2024
		REVISÃO: DESENHO: DESENHO PROJETO: CEZAR

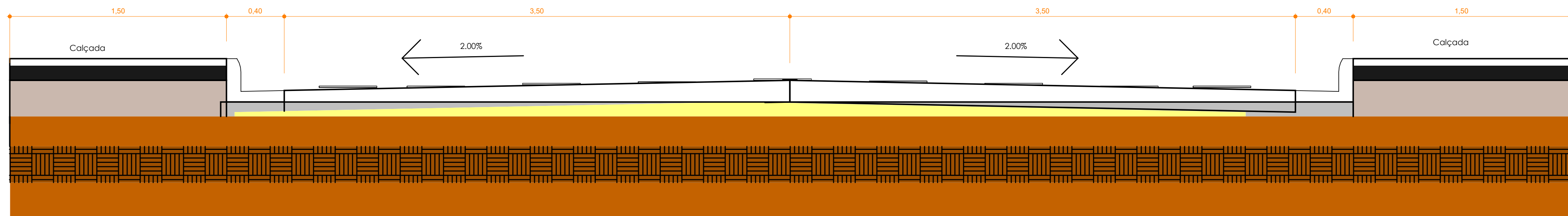
ESCALA -1 : 130



ESCALA -1 : 62



ESCALA - 1 : 20




3 ESCALA - 1 : 20

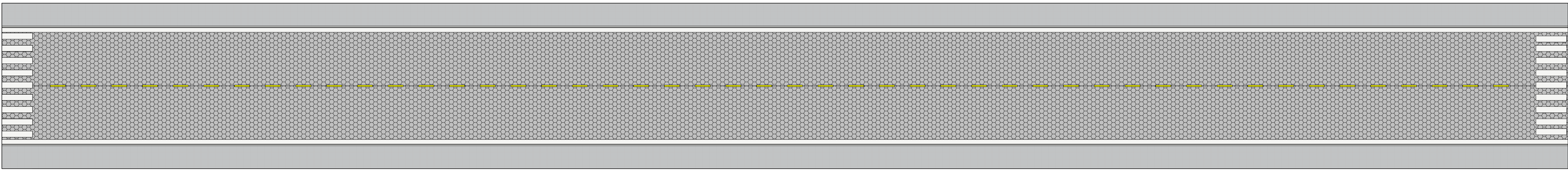
TERRAPLENAGEM	
TR01	LEITO NATURAL, onde ocorreu a primeira abertura em terreno natural, sem atendimento às normas Serviço existente e não computável na planilha orçamentária.
TR02	REGULARIZAÇÃO DO SUBLEITO, incluindo serviços de compactação com altura no superior a 20cm / SINAPI 72961. Seguir recomendações da NBR 12.307/1991, mantendo uma capacidade mínima de suporte - CBR ≥ 3% .
TR03	BASE e SUB BASE executada granulometricamente com materiais materiais constituídos de solos, mistura de solos, misturas de solos e materiais britados SINAPI: 5 96387. Capacidade mínima de suporte: 1) sub-base CBR ≥ 20%; 2) base CBR ≥ 60% .

PAVIMENTAÇÃO	
PV01	PAVIMENTO INTERTRAVADO - Fck/mín 35MPa, com bloco sextavado 25 x 25 cm, espessura de 10 cm e rejuntamento em piche asfáltico SINAPE: \$ 92395.
PV02	coçhão de areia para assentamento do pavimento intertravado, acompanhando a declividade da secção transversal prevista em projeto - i = 2%. Espessura da camada: 2 cm ≤ e ≤ 5 cm.
PV03	ŞARJETA TRIANGULAR em concreto estrutural - Fck/mín 35MPa.
	PAVIMENTO INTERTRAVADO (intervenção Futura) - Fck/mín 35MPa, com bloco sextavado 25 x 25 cm, espessura de 10 cm e rejuntamento em piche asfáltico Serviço a ser executado com serviços próprios da prefeitura.

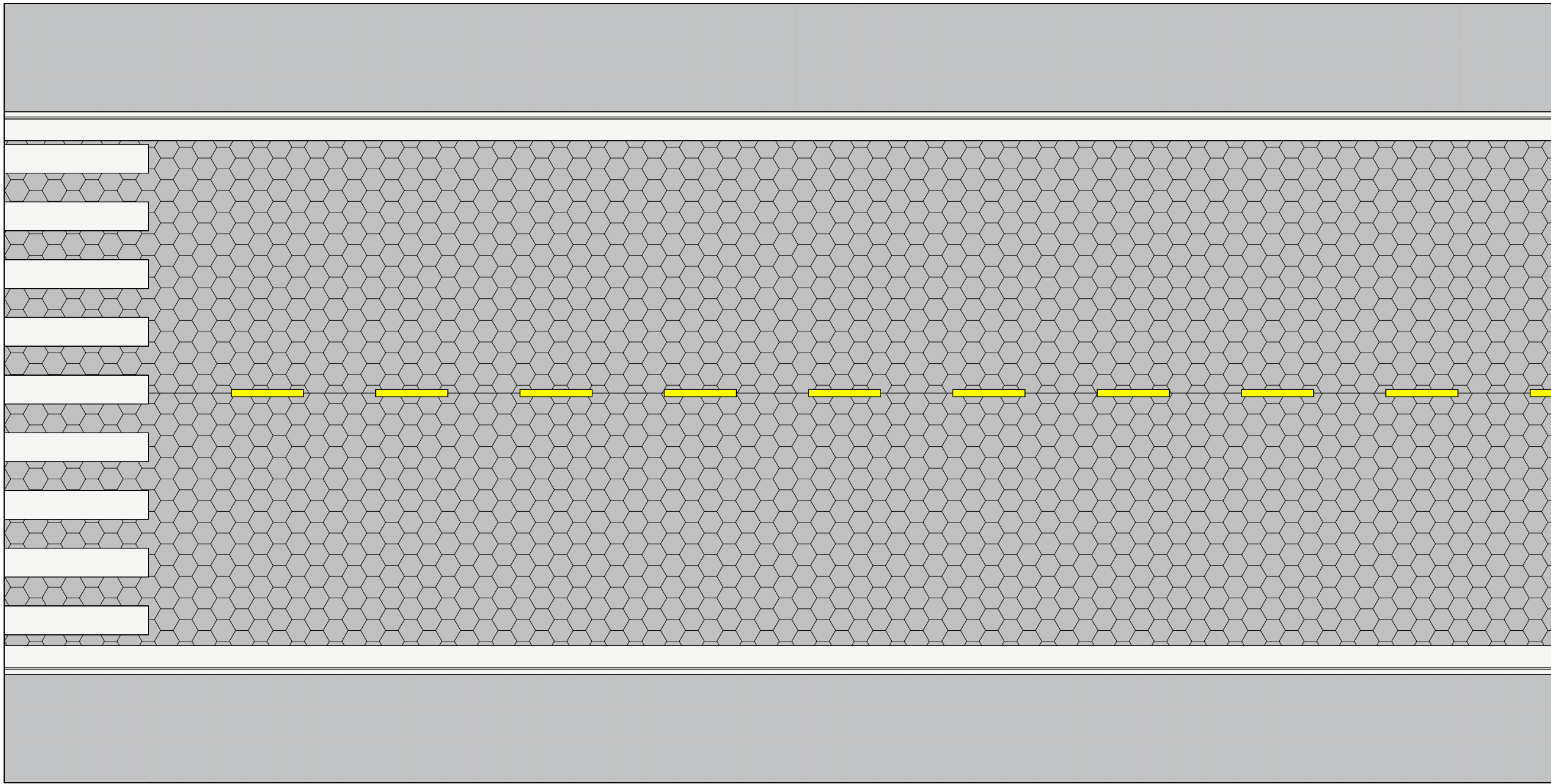
ESCALA - 1 : 50

<div><p>PREFEITURA DE BRASIL NOVO SANTA JÚLIA S - TOCANTINS</p></div>	OBRA: BLOQUEIAMENTO (Tv. Campo grande (Trecho 02))		
	ENDEREÇO: BRASIL NOVO - PA		
	CLIENTE:	CNPJ:	
	PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO		
ÁREA CONSTRUIDA: 1193,5m²		ÁREA DO TERRENO:	
RESP. TÉCNICO	<div><div>ALIAN DINOVIS</div><div><div>DADOS</div><div><div><div>Inscricao de Pessoa Fisica nº 12.438.000-01-0001</div><div>CATEGORIA/PROFISSÃO</div><div>Arquiteto e Técnico Arquiteto</div><div>REG.</div><div>Arquiteto e Técnico Arquiteto</div></div></div><div>Altan Johnny Dantas Cardoso</div><div>CREIA: 151712069</div></div></div>	ESCALA: INDICADA	
<div>01/01</div>	PROJETO:	ARQUITETÔNICO INDICADO	DATA: MARÇO/2024
	DESENHO:		REVISÃO:
			DESENH. PROJETO:
			DATA:

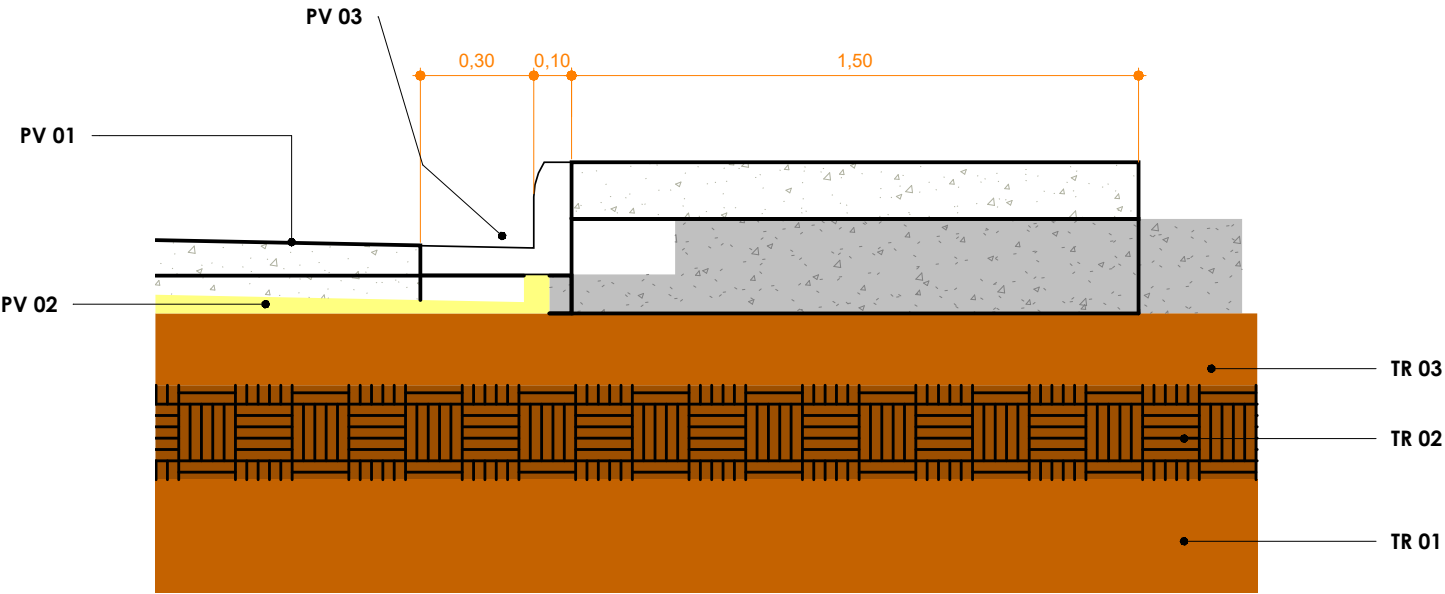
165,15



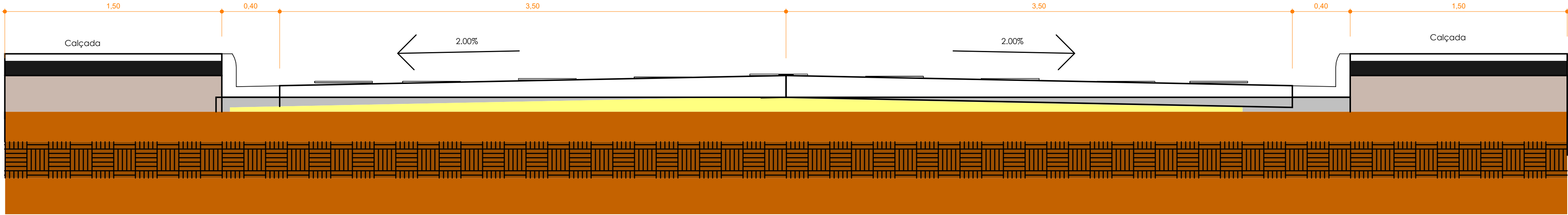
1 PLANTA BAIXA -TÉRREO
ESCALA - 1 : 130



2 PLANTA BAIXA -TÉRREO - Chamada de detalhe 1
ESCALA - 1 : 62



4 DETALHE 02
ESCALA - 1 : 20




3 DETALHE 01
ESCALA - 1 : 20

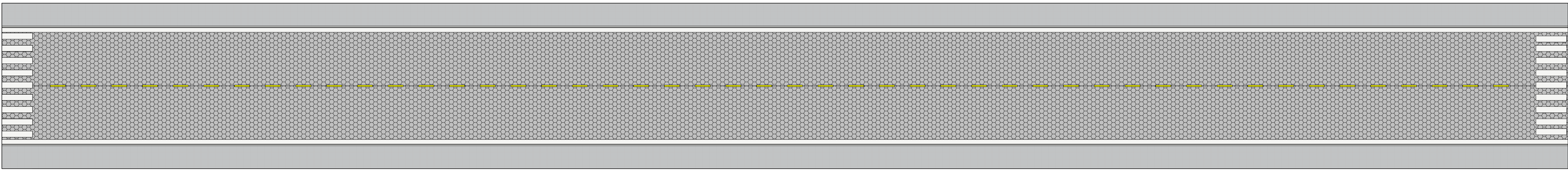
TERRAPLENAGEM	
TR01	LEITO NATURAL, onde ocorreu a primeira abertura em terreno natural, sem atendimento às normas Serviço existente e não computável na planilha orçamentária.
TR02	REGULARIZACAO DO SUBLEITO, incluindo serviços de compactacao com altura nao superior a 20cm / SINAPI 72961. Segur recomendações da NBR 12.307/1991, mantendo uma capacidade minima de suporte - CBR ≥ 3% .
TR03	BASE e SUB BASE executada granulometricamente com materiais materiais constituídos de solos, mistura de solos, mistura de solos e materiais britados SINAPI: S 94387. Capacidade minima de suporte: 1) sub-base CBR ≥ 20%; 2) base CBR ≥ 60% .

PAVIMENTAÇÃO	
PV01	PAVIMENTO INTERTRAVADO - Fck/mín 35Mpa, com bloco sextavado 25 x 25 cm, espessura de 10 cm e rejuntamento em piche asfáltico SINAPI: S 92395 .
PV02	coção de areia para assentamento do pavimento intertravado, acompanhando a declividade da secção transversal prevista em projeto - i = 2%. Espessura da camada: 2 cm ≤ e ≤ 5 cm.
PV03	SARJETA TRIANGULAR em concreto estrutural - Fck/mín 35Mpa.
	PAVIMENTO INTERTRAVADO (intervenção Futura) - Fck/mín 35Mpa, com bloco sextavado 25 x 25 cm, espessura de 10 cm e rejuntamento em piche asfáltico Serviço a ser executado com serviços próprios da prefeitura.

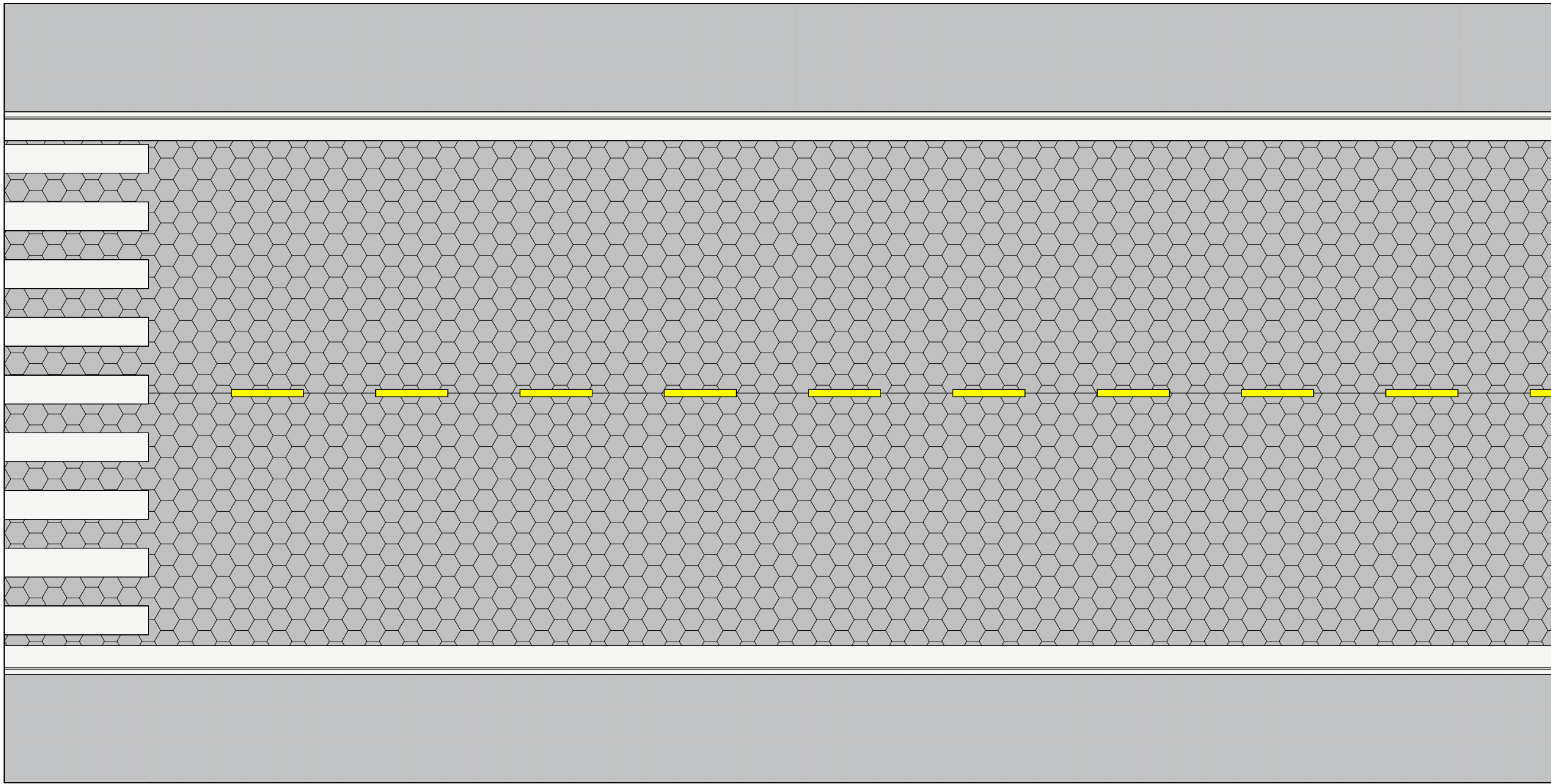
Legenda
ESCALA - 1 : 50

<div> PREFEITURA DE BRASIL NOVO PAZ, JUSTIÇA E TRABALHO</div> <div>RES.P. TÉCNICO: ALAN JOHNNYS DANTAS CARDOSO CREA: 1517120969</div>	OBRA: BLOQUETEAMENTO (Tv. Potiguar)			
	ENDEREÇO: BRASIL NOVO - PA			
	CLIENTE: PREFEITURA MUCIPAL DE BRASIL NOVO		CPF: -	
	ÁREA CONSTRUÍDA: 1156,05m²		ÁREA DO TERRENO:	
ARQ. 01/01	PROJETO:	ARQUITETÔNICO		ESCALA: INDICADA
	DESENHO:	INDICADO		DATA: MARÇO/2024
				REVISÃO:
				DESENHO PROJETO: cezair

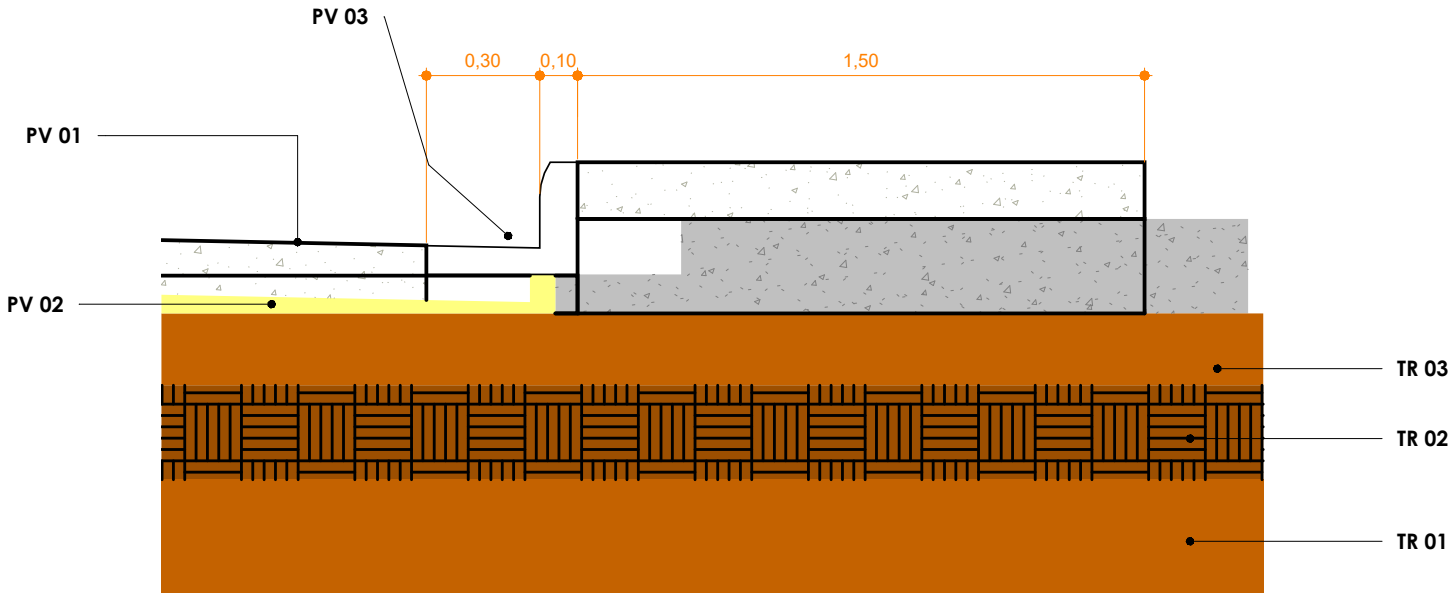
120,95



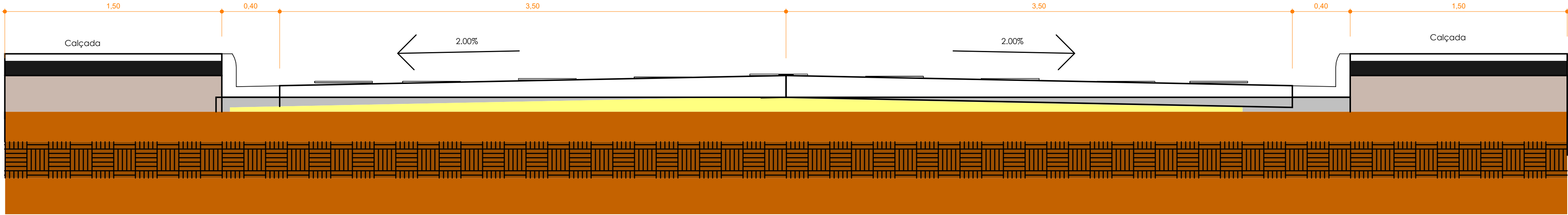
1 PLANTA BAIXA -TÉRREO
ESCALA - 1 : 130



2 PLANTA BAIXA -TÉRREO - Chamada de detalhe 1
ESCALA - 1 : 62



4 DETALHE 02
ESCALA - 1 : 20




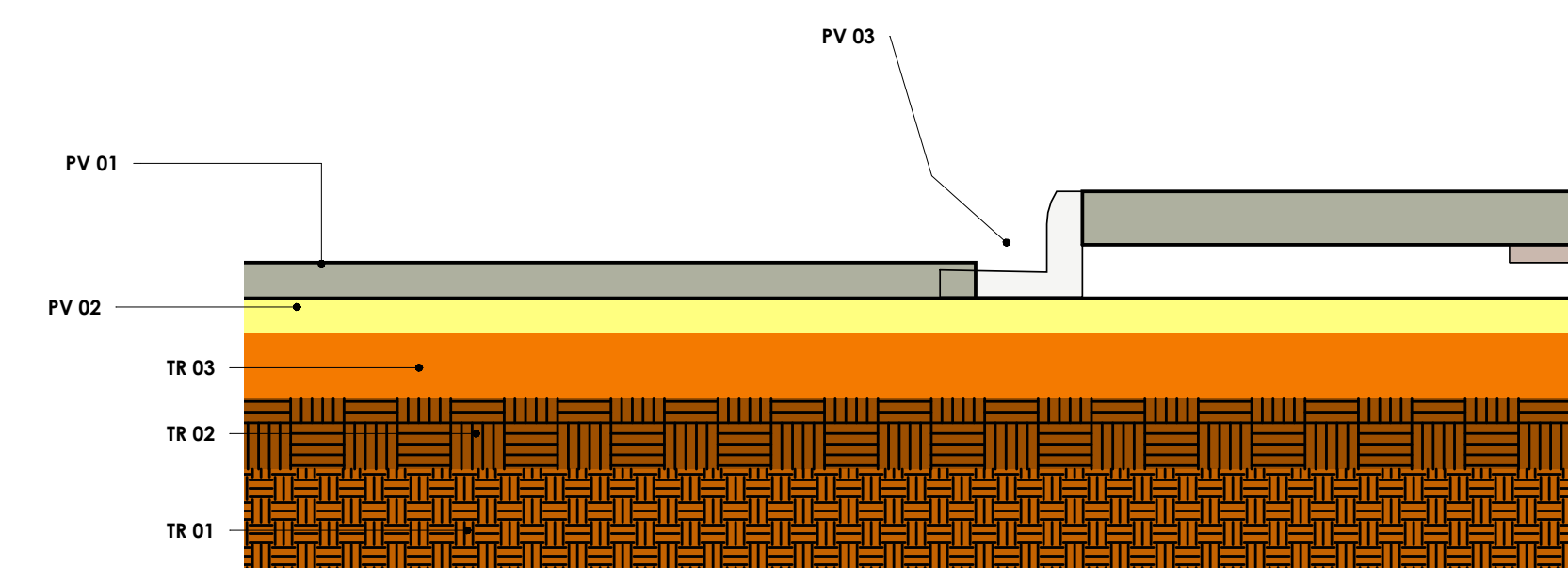
3 DETALHE 01
ESCALA - 1 : 20

TERRAPLENAGEM	
TR01	LEITO NATURAL, onde ocorreu a primeira abertura em terreno natural, sem atendimento às normas Serviço existente e não computável na planilha orçamentária.
TR02	REGULARIZACAO DO SUBLEITO, incluindo serviços de compactacao com altura nao superior a 20cm / SINAPI 72961. Seguir recomendações da NBR 12.307/1991, mantendo uma capacidade minima de suporte - CBR ≥ 3% .
TR03	BASE e SUB BASE executada granulometricamente com materiais materiais constituídos de solos, mistura de solos, mistura de solos e materiais britados SINAPI: S 94387. Capacidade minima de suporte: 1) sub-base CBR ≥ 20%; 2) base CBR ≥ 60% .

PAVIMENTAÇÃO	
PV01	PAVIMENTO INTERTRAVADO - Fck/mín 35Mpa, com bloco sextavado 25 x 25 cm, espessura de 10 cm e rejuntamento em piche asfáltico SINAPI: S 92395 .
PV02	coção de areia para assentamento do pavimento intertravado, acompanhando a declividade da secção transversal prevista em projeto - i = 2%. Espessura da camada: 2 cm ≤ e ≤ 5 cm.
PV03	SARJETA TRIANGULAR em concreto estrutural - Fck/mín 35Mpa.
	PAVIMENTO INTERTRAVADO (intervenção Futura) - Fck/mín 35Mpa, com bloco sextavado 25 x 25 cm, espessura de 10 cm e rejuntamento em piche asfáltico Serviço a ser executado com serviços próprios da prefeitura.

Legenda
ESCALA - 1 : 50

 PREFEITURA DE BRASIL NOVO UNIR, FORÇA E TRABALHO	OBRA: BLOQUETEAMENTO (Tv. Bahia)	
	ENDEREÇO: BRASIL NOVO - PA	
	CLIENTE: PREFEITURA MUCIPAL DE BRASIL NOVO	CPF: -
	ÁREA CONSTRUÍDA: 846,65m²	ÁREA DO TERRENO:
RESP. TÉCNICO ALLAN JOHNNYS DANTAS CARDOSO CREA: 1517120969	ARQ. 01/01	PROJETO: ARQUITETÔNICO INDICADO DATA: MARÇO/2024 REVISÃO: DESENHO: DESENHO PROJETO: CEZAR



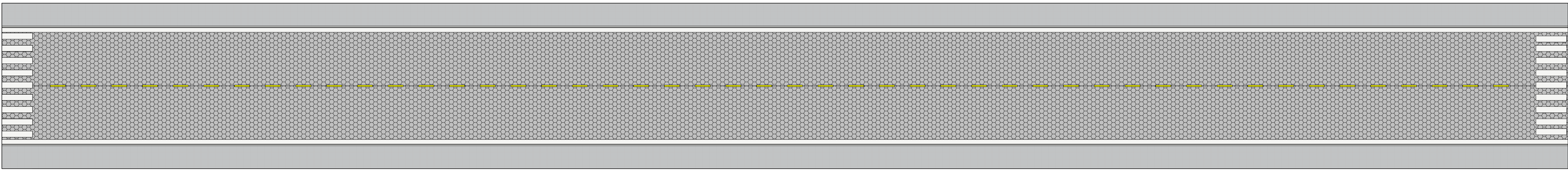
7 DETALHE 03
ESCALA = 1 : 20



Legenda
ESCALA - 1 : 50

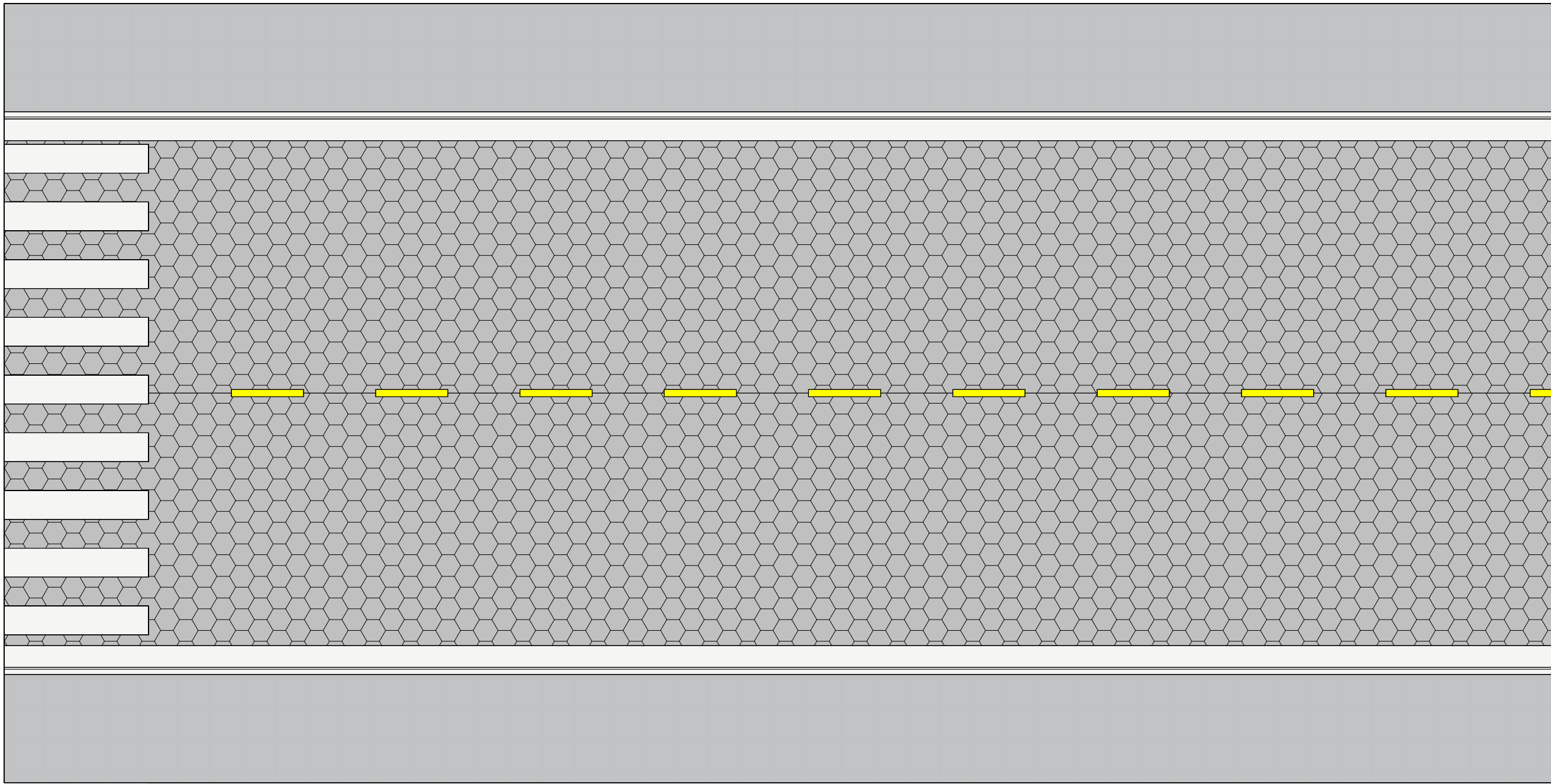
[illegible]

102,71



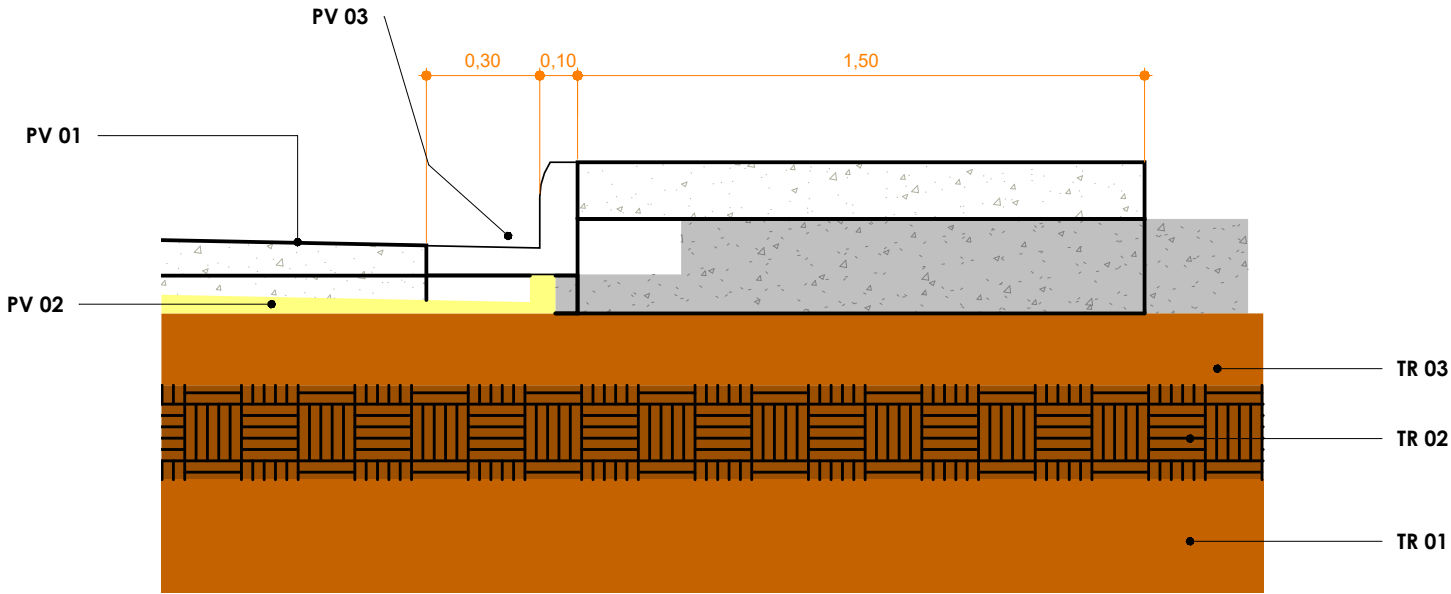
1 PLANTA BAIXA -TÉRREO

ESCALA - 1 : 130



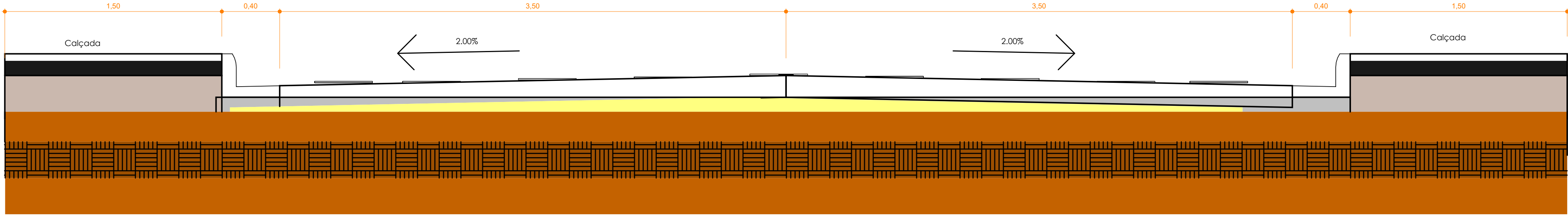
2 PLANTA BAIXA -TÉRREO - Chamada de detalhe 1

ESCALA - 1 : 62



4 DETALHE 02

ESCALA - 1 : 20



3 DETALHE 01

ESCALA - 1 : 20

TERRAPLENAGEM	
TR01	LEITO NATURAL, onde ocorreu a primeira abertura em terreno natural, sem atendimento às normas Serviço existente e não computável na planilha orçamentária.
TR02	REGULARIZACAO DO SUBLEITO, incluindo serviços de compactacao com altura nao superior a 20cm / SINAPI 72961. Segur recomendações da NBR 12.307/1991, mantendo uma capacidade minima de suporte - CBR ≥ 3% .
TR03	BASE e SUB BASE executada granulometricamente com materiais materiais constituídos de solos, mistura de solos, mistura de solos e materiais britados SINAPI: S 94387. Capacidade minima de suporte: 1) sub-base CBR ≥ 20%; 2) base CBR ≥ 60% .

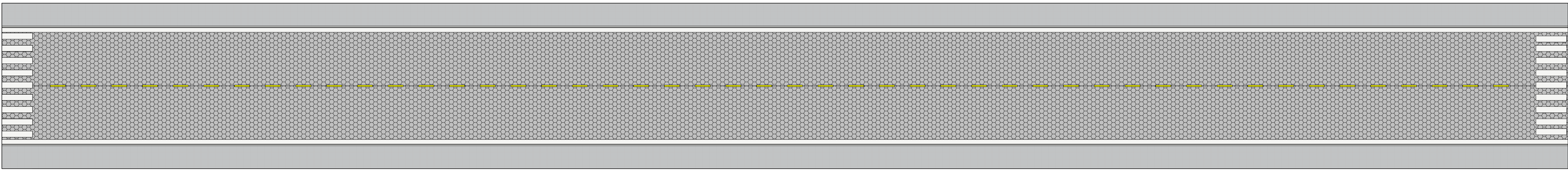
PAVIMENTAÇÃO	
PV01	PAVIMENTO INTERTRAVADO - Fck/mín 35Mpa, com bloco sextavado 25 x 25 cm, espessura de 10 cm e rejuntamento em piche asfáltico SINAPI: S 92395 .
PV02	coção de areia para assentamento do pavimento intertravado, acompanhando a declividade da secção transversal prevista em projeto - i = 2%. Espessura da camada: 2 cm ≤ e ≤ 5 cm.
PV03	SARJETA TRIANGULAR em concreto estrutural - Fck/mín 35Mpa.
	PAVIMENTO INTERTRAVADO (intervenção Futura) - Fck/mín 35Mpa, com bloco sextavado 25 x 25 cm, espessura de 10 cm e rejuntamento em piche asfáltico Serviço a ser executado com serviços próprios da prefeitura.

Legenda

ESCALA - 1 : 50

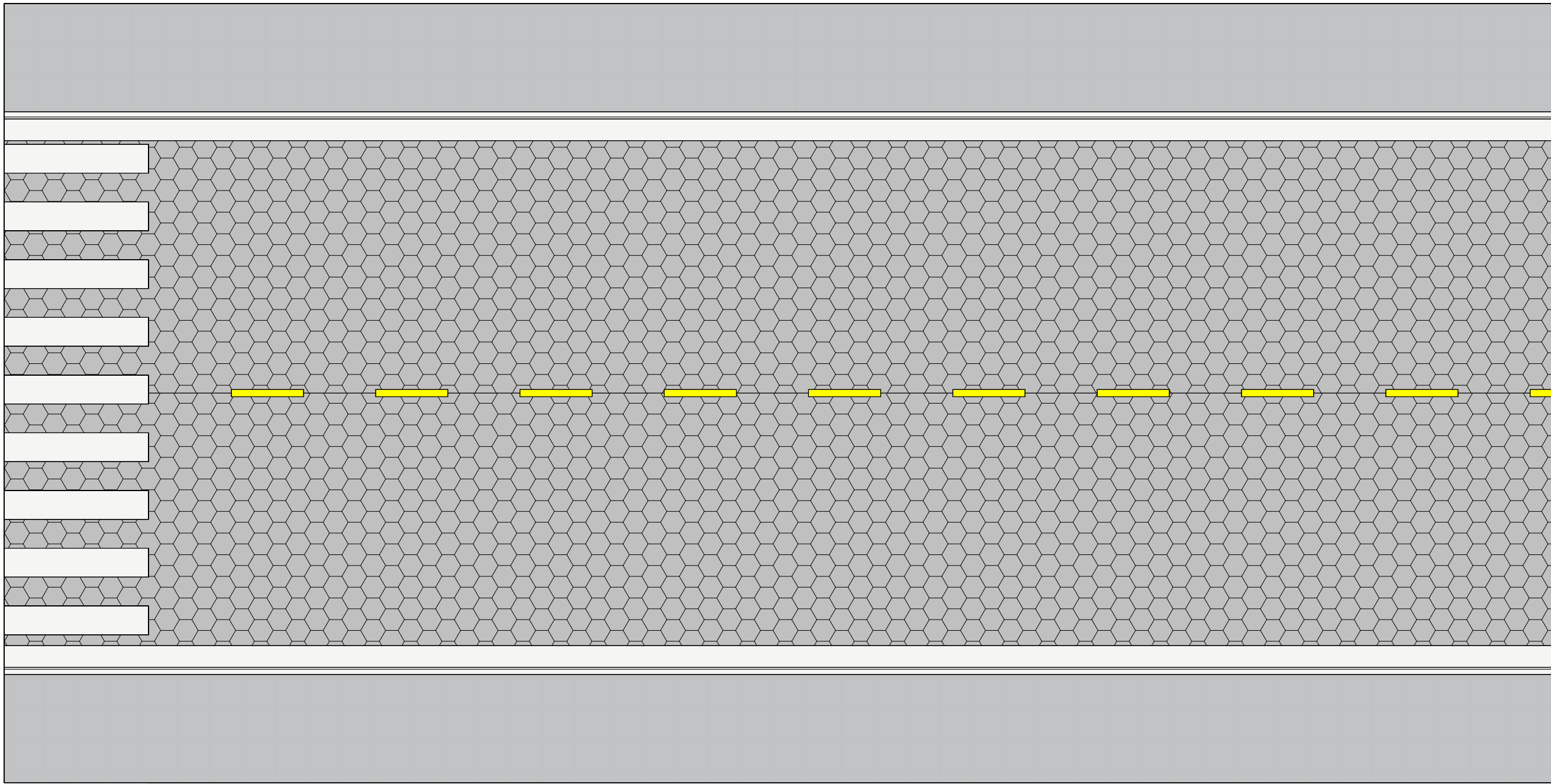
<div><div><div><div><div><div></div><div>PREFEITURA DE</div></div><div><div><div></div><div>BRASIL NOVO</div></div></div><div><div><div>UNIDADE: FORÇA E TRABALHO</div></div></div></div></div><div>RESP. TÉCNICO</div><div>ALIAN JOHNNYS</div><div>BRASIL NOVO</div><div>CARTEIRA: 0151720969</div><div>151720969</div></div></div>		OBRA: BLOQUETEAMENTO (Tv. Cearense)	
		ENDEREÇO: BRASIL NOVO - PA	
		CLIENTE: PREFEITURA MUCIPAL DE BRASIL NOVO	
		ÁREA CONSTRUÍDA: 719 m²	
ARQ. 01/01	PROJETO: ARQUITETÔNICO		ESCALA: INDICADA
	DESENHO: INDICADO		DATA: MARÇO/2024
			REVISÃO:
			DESENHO: PROJETO: CEZAR

115,00



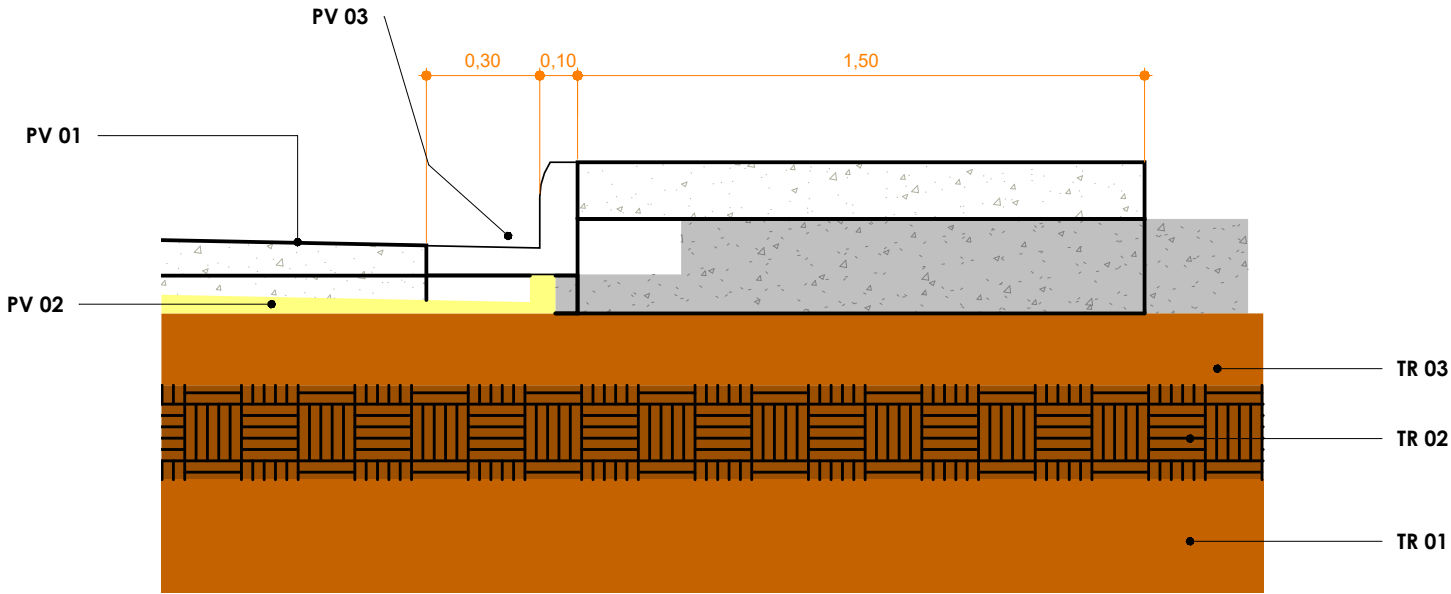
1 PLANTA BAIXA -TÉRREO

ESCALA - 1 : 130



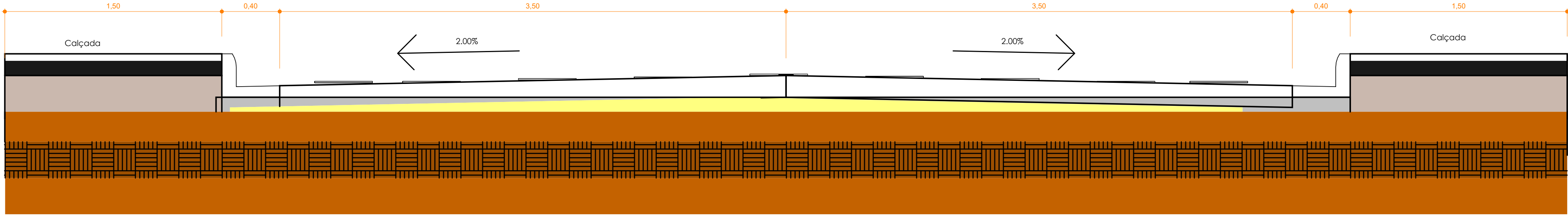
2 PLANTA BAIXA -TÉRREO - Chamada de detalhe 1

ESCALA - 1 : 62



4 DETALHE 02

ESCALA - 1 : 20



3 DETALHE 01


ESCALA - 1 : 20

TERRAPLENAGEM	
TR01	LEITO NATURAL, onde ocorreu a primeira abertura em terreno natural, sem atendimento às normas Serviço existente e não computável na planilha orçamentária.
TR02	REGULARIZACAO DO SUBLEITO, incluindo serviços de compactacao com altura nao superior a 20cm / SINAPI 72961. Seguir recomendações da NBR 12.307/1991, mantendo uma capacidade minima de suporte - CBR ≥ 3% .
TR03	BASE e SUB BASE executada granulometricamente com materiais materiais constituídos de solos, mistura de solos, mistura de solos e materiais britados SINAPI: S 94387. Capacidade minima de suporte: 1) sub-base CBR ≥ 20%; 2) base CBR ≥ 60% .

PAVIMENTAÇÃO	
PV01	PAVIMENTO INTERTRAVADO - Fck/mín 35Mpa, com bloco sextavado 25 x 25 cm, espessura de 10 cm e rejuntamento em piche asfáltico SINAPI: S 92395 .
PV02	coção de areia para assentamento do pavimento intertravado, acompanhando a declividade da secção transversal prevista em projeto - i = 2%. Espessura da camada: 2 cm ≤ e ≤ 5 cm.
PV03	SARJETA TRIANGULAR em concreto estrutural - Fck/mín 35Mpa.
	PAVIMENTO INTERTRAVADO (intervenção Futura) - Fck/mín 35Mpa, com bloco sextavado 25 x 25 cm, espessura de 10 cm e rejuntamento em piche asfáltico Serviço a ser executado com serviços próprios da prefeitura.

Legenda

ESCALA - 1 : 50

	OBRA: BLOQUETEAMENTO - (Tv. Santurino Cândido)		
	ENDEREÇO: BRASIL NOVO - PA		
	CLIENTE: PREFEITURA MUCIPAL DE BRASIL NOVO		CPF: -
	ÁREA CONSTRUÍDA: 805m²	ÁREA DO TERRENO:	
RESP. TÉCNICO ALAN CARNEIRO CREA: 1517120969	ARQ. 01/01	PROJETO: ARQUITETÔNICO	ESCALA: INDICADA
		DATA: MARÇO/2024	REVISÃO:
		DESENHO: INDICADO	DESENHO: CEZAR



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PA

ART OBRA / SERVIÇO
Nº PA20241090082

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará

INICIAL

1. Responsável Técnico

ALLAN JOHNNYS DANTAS CARDOSO

Título profissional: **ENGENHEIRO CIVIL**

RNP: **1517120969**

Registro: **1517120969PA**

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO**

AVENIDA CASTELO BRANCO

Complemento:

Cidade: **BRASIL NOVO**

Bairro: **CENTRO**

UF: **PA**

CPF/CNPJ: **34.887.950/0001-00**

Nº: **821**

CEP: **68148000**

Contrato: **Não especificado**

Celebrado em:

Valor: **R\$ 4.407.352,98**

Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Público**

Ação Institucional: **NENHUMA - NAO OPTANTE**

3. Dados da Obra/Serviço

AVENIDA CASTELO BRANCO

Nº: **821**

Complemento:

Cidade: **BRASIL NOVO**

Bairro: **CENTRO**

UF: **PA**

CEP: **68148000**

Data de Início: **12/02/2024**

Previsão de término: **13/03/2024**

Coordenadas Geográficas: **-3.302643, -52.540344**

Finalidade: **SEM DEFINIÇÃO**

Código: **Não Especificado**

Proprietário: **PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO**

CPF/CNPJ: **34.887.950/0001-00**

4. Atividade Técnica

12 - ELABORAÇÃO

Quantidade

Unidade

155 - Condução de Equipe de Manutenção > CONSTRUÇÃO CIVIL - CONSTRUÇÃO > ESTRUTURAS E CONCRETOS > #116 - PRE-MOLDADOS DE CONCRETO

21.000,00

m²

155 - Condução de Equipe de Manutenção > CONSTRUÇÃO CIVIL - CONSTRUÇÃO > OBRAS EM TERRA E TERRAPLENAGEM > #135 - SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS EM OBRAS TERRAPLENAGEM

21.000,00

m²

155 - Condução de Equipe de Manutenção > CONSTRUÇÃO CIVIL - CONSTRUÇÃO > TRANSPORTE E AFINS > #143 - PAVIMENTAÇÃO DE LAJOTAS

21.000,00

m²

155 - Condução de Equipe de Manutenção > CONSTRUÇÃO CIVIL - CONSTRUÇÃO > TRANSPORTE E AFINS > #165 - TRAFEGO

21.000,00

m²

155 - Condução de Equipe de Manutenção > ATIVIDADES DE ROTINA > OUTRAS ATIVIDADES > #626 - AVALIAÇÃO ECONOMICA DE PROJETOS

21.000,00

m²

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

5. Observações

Pavimentação de 21000 M² em Blokret Sextavado em vias públicas do Município de Brasil Novo-PA

6. Declarações

- Cláusula Compromissória: Qualquer conflito ou litígio originado do presente contrato, bem como sua interpretação ou execução, será resolvido por arbitragem, de acordo com a Lei no. 9.307, de 23 de setembro de 1996, por meio do Centro de Mediação e Arbitragem - CMA vinculado ao Crea-PA, nos termos do respectivo regulamento de arbitragem que, expressamente, as partes declaram concordar

- Declaro que estou cumprindo as regras de colocação e manutenção de placa legível e visível ao público enquanto durar a execução da obra, instalação e serviços, conforme estabelecido no artigo 16 da lei federal 5.194/66.

- Declaro que estou cumprindo as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.

7. Entidade de Classe

NENHUMA - NAO OPTANTE

ALLAN JOHNNYS DANTAS CARDOSO:07308627985

Assinado de forma digital por ALLAN JOHNNYS DANTAS CARDOSO:07308627985
 Dados: 2024.03.13 12:41:04 -03'00'

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

ALLAN JOHNNYS DANTAS CARDOSO - CPF: 073.086.279-85

_____, _____ de _____ de _____
 Local data

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO - CNPJ: 34.887.950/0001-00

9. Informações

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <http://crea-pa.sitac.com.br/publico/>, com a chave: z7aDd
 Impresso em: 13/03/2024 às 12:36:14 por: , ip: 177.74.58.106





Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PA

ART OBRA / SERVIÇO
Nº PA20241090082

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará

INICIAL

10. Valor

Valor da ART: **R\$ 262,55**

Registrada em: **13/03/2024**

Valor pago: **R\$ 262,55**

Nosso Número: **9965691**

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <http://crea-pa.sitac.com.br/publico/>, com a chave: z7aDd
Impresso em: 13/03/2024 às 12:36:15 por: , ip: 177.74.58.106

